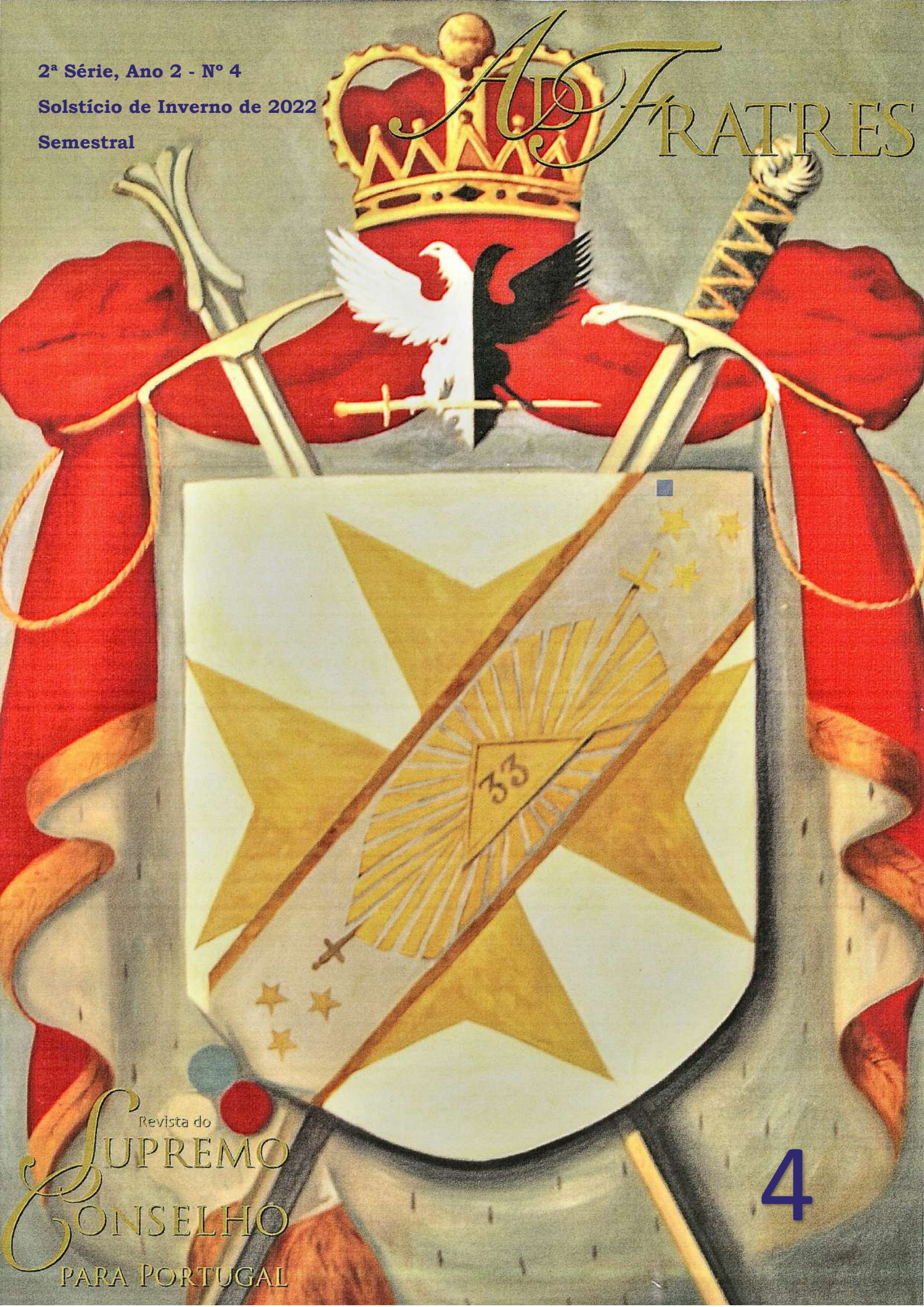


2ª Série, Ano 2 - Nº 4

Solstício de Inverno de 2022

Semestral

A D F FRATRES



Revista do
SUPREMO
& CONSELHO
PARA PORTUGAL

4

Ficha Técnica

Revista Digital Semestral

Propriedade: Associação Cultural Albert Pike

Direcção Editorial: António Balcão Vicente

Sede: Rua João Saraiva, 34, 1º

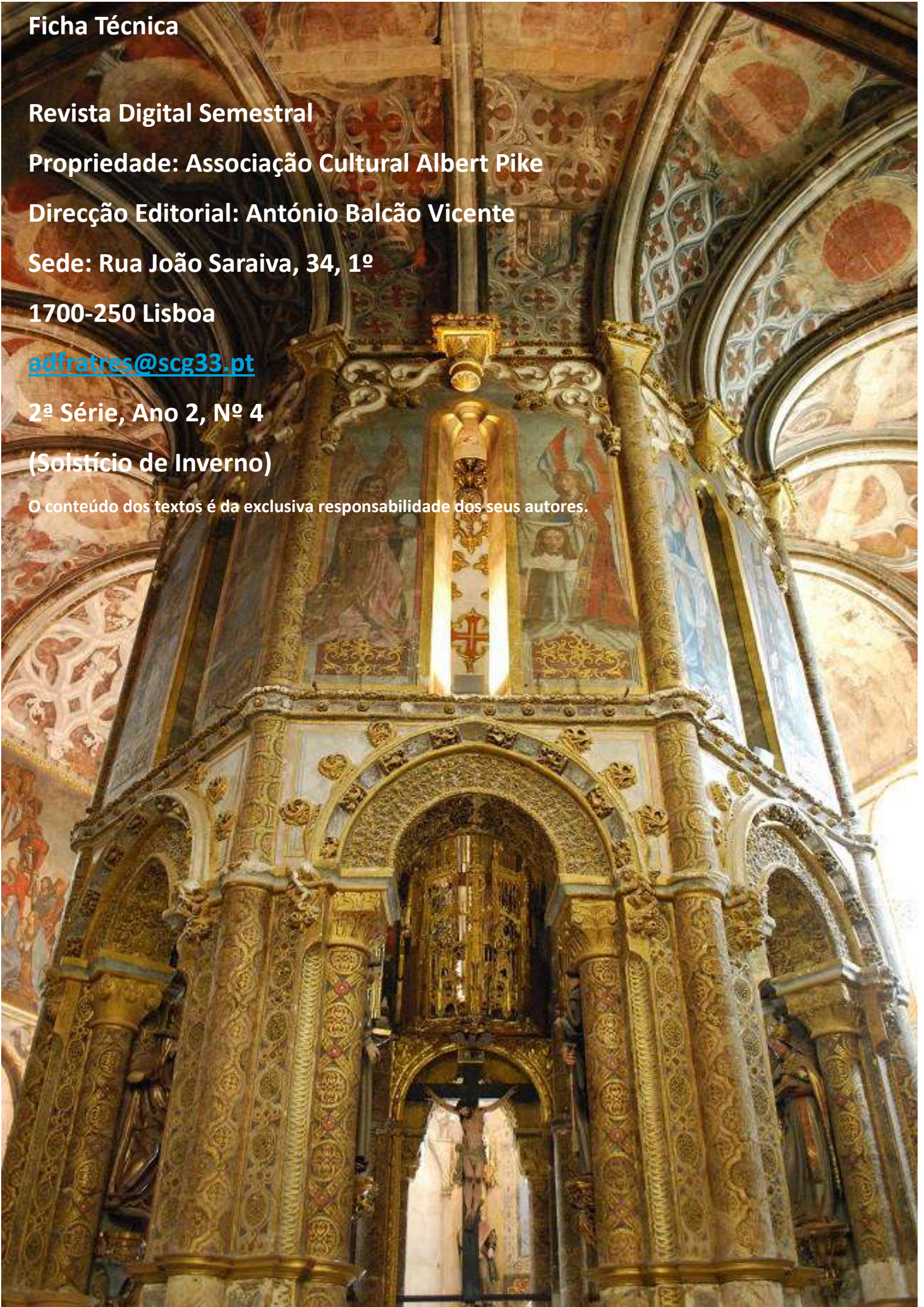
1700-250 Lisboa

adfratres@scg33.pt

2ª Série, Ano 2, Nº 4

(Solstício de Inverno)

O conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



INDICE

Editorial	4
Mensagem de Natal	5
XX Conferência Mundial de Supremos Conselhos	7
Carta de Asuncion	10
Masonería, Inteligencia Artificial y Ética	15
O Silêncio	22
O Homem Místico, a Sombra e o Ponto Ómega	23
Ignorância, Tirania e Fanatismo como principais inimigos da Liberdade Política	26
A Era da Democracia: O trabalho do maçom	28
O Exemplo de Zorobabel: Construtor e guerreiro	31
Deixarás uma herança nobre àqueles que te seguem neste mundo?	33
A Consciência Moral e o Agir Humano	35
A Influência do passado no presente e no futuro	37
Acerca do R. E. A. A.	39
Serpente de Bronze	43
A Justiça humana e a justiça divina <i>versus</i> justiça maçónica	44
A Mónada e a magnificência dos números	54
Não errar	62
A Sentença da Santa Veheme que condenou Cristo à morte	64
Reflexões sobre Iberismo	71
Eventos	88
Leituras	91



EDITORIAL

Enquanto as canções, em que a sociedade de consumo nos envolve, harmonizam mensagens de paz, embrulhadas no papel colorido de mais um presente, vamos, lentamente, esquecendo o troar terrífico das armas de guerra que, mais uma vez, dilaceram a Europa.

Passados os primeiros ímpetos da indignação colectiva motivada pela invasão da Ucrânia, pouco a pouco vamos encarando a tragédia com o cansaço indiferente de quem dela tem apenas as imagens repetitivas dos jornais televisivos. A desgraça humana corre, assim, o risco de ser encarada por nós como a banalidade das coisas costumeiras.

Assim ocorreu com as guerras do Golfo e da Jugoslávia que, desde o início da década de 90 do século passado, se tornaram rotina de comentadores políticos que distraidamente ouvíamos entre duas garfadas à hora de jantar. O mesmo sucedeu... sucede, ainda, com as vítimas directas da guerra da Síria, onde os aliados de ontem se transformam nos inimigos de hoje.

O mesmo sucede com os bombardeamentos sobre um Límen esquecido e remetido à total indiferença informativa.

Será que nos damos conta de que, em cada ser humano vítima da sordidez da guerra, há a tragédia de gente como nós, gente que chora e ri como nós, que ama e se entenece como nós, que reza e pragueja como nós, se encoraja e desanima como nós e que, face à total impotência, tal como nós, apenas consegue erguer as mãos para o céu, num gesto mudo de descrença, raiva e desespero?

Quantas vezes nos revoltamos contra as vidas perdidas no Mediterrâneo da nossa vergonha, onde o resgate dos refugiados é negociado como qualquer outro produto de uma feroz globalização?

A indiferença é o principal inimigo do maçom. Contra os senhores da guerra e o rufar dos seus tambores importa ter sempre presente que o maior pecado cometido pelo homem é a guerra.

«Assim, porque és morno – e não és frio nem quente – vou vomitar-te da minha boca», lembra-nos o *Livro da Revelação*. Que o coração de todos nós se mantenha quente, na Harmonia e na Fraternidade, embalados pelo sentir universalista dos maçons escoceses, contra todas as formas de racismo e fanatismo, em defesa dos valores da Liberdade, da Tolerância e da Paz.

A todos desejo um Santo Natal.

António Vicente, 33º
G.: S.: G.: S.: I.:

MENSAGEM DE NATAL

Meu Q.: Irmão

Aproxima-se mais uma data festiva em que as famílias se encontram reunidas em paz e harmonia dentro do espírito natalício que a todos congrega.

Ultrapassado o tempo de isolamento a que a pandemia nos votou, tentámos aproveitar e aprofundar os conhecimentos sobre a História e os ensinamentos da nossa Augusta Ordem.

Contudo, o ano que brevemente irá findar não nos trouxe boas recordações, fosse pelos nefastos acontecimentos de perturbação da paz, com a devastação de pessoas e exílio forçado de outras, fosse pelas alterações bruscas das condições climáticas, aliado ao agravamento das condições económicas que limitaram o bem-estar das famílias.

Nesta quadra que induz a uma reflexão e recolhimento, cabe-nos perguntar sobre tudo o que fizemos para a alteração deste estado de coisas.

Estamos numa época charneira da existência da terra, na busca por uma vida comum com respeito de todos, na procura de uma justiça social, económica e espiritual.

Os Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceite têm vindo a aprofundar esta reflexão, seja nas acções desenvolvidas por cada um no âmbito da sua jurisdição, seja nas reuniões trienais e quinquenais alargadas onde é mister apresentar e reflectir sobre temas previamente apresentados.

Assentes neste trabalho e de acordo com os nossos rituais, devemos transmitir para o mundo exterior os ensinamentos recebidos em Loja.

O Espiritualismo, o Humanismo, a Fraternidade e a Filantropia, não são para os maçons escoceses conceitos vazios de conteúdo.

A filosofia escocesa tem de afirmar a sua mensagem universalista de liberdade e tolerância contra o fanatismo, o fundamentalismo



religioso e o racismo xenófobo.

Esta será a nossa missão, dando testemunho da existência e vitalidade de um pensamento capaz de oferecer esperança e perfeição espiritual que lute eficazmente contra a injustiça e promova valores essenciais de fraternidade e solidariedade.

Com estes ensinamentos e com a participação voluntária de cada um, devemos colocarnos numa acção alimentada pela nossa visão escocesa que nos permita repensar, para o ser humano, a justiça e o amor, o corpo e o espírito, a vida e a morte, como novas formas do Eterno e Universal.

Esta é a reflexão fundamental para que, libertos de preconceitos, construamos o nosso templo interior de acordo com os nossos princípios, em que a Vida assuma o seu verdadeiro significado e importância.

A todos vós, meus Irmãos, saúdo fraternalmente num abraço que desejo de Paz, Amor e Fraternidade.

Um Santo Natal

Vale de Lisboa, 12 de Dezembro de 2022

 *Manuel Alves de Almeida* 

Manuel Alves de Almeida
Soberano Grande Comendador



XX CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SUPREMOS CONSELHOS

Ultrapassado o pico da pandemia que, brutalmente, nos atingiu durante os anos de 2020 – 2021, foi possível retomar alguma normalidade dos trabalhos maçônicos presenciais que, durante esse período, haviam sofrido sérias restrições.

Neste contexto, foi possível realizar, entre 25 e 30 de Julho, a XX Conferência Mundial de Supremos Conselhos que vinha sendo adiada desde o Verão de 2020.

Com a presença de 69 delegações de Supremos Conselhos, o Past Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Agostinho Garcia, 33º, sob cuja presidência tivera lugar a XIX Conferência Mundial, realizada em Lisboa, em 2015, passou o testemunho ao Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho para o Paraguai, Ill.: e P.: Ir.: Jorge Goldenberg, 33º.

A cidade de Assunção transformou-se, durante esses dias, na capital do esocismo universal.

A delegação do Supremo Conselho para Portugal esteve composta pelo Soberano Grande Comendador, Ill.: e P.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, pelo Ministro de Estado, Ill.: e P.: Ir.: Carlos Inácio e pelo já mencionado Past Soberano Grande Comendador, Ill.: e P.: Ir.: Agostinho Garcia, 33º.

O tema da Conferência *Os desafios políticos, éticos, sociais e jurídicos face ao desenvolvimento das tecnologias*

permitiu diversas abordagens sobre a inteligência artificial, a nanotecnologia, os novos materiais, a internet das coisas, a uberização do mundo, o capitalismo digital, a biotecnologia, o melhoramento humano e o transhumanismo. Este foi, aliás, o tema apresentado pelo Supremo Conselho para Portugal, com o balaústre *O Homem versus o transhumanismo* do nosso Ir.: Francisco Pólvora, 30º H.:, e que mereceu os mais elevados aplausos de todas as delegações presentes.

O Soberano Grande Comendador, Ill.: e M.: P.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, presidiu à Comissão de Propostas e integrou conjuntamente com o Soberano Grande Comendador do S.: C.: da Venezuela, Ill.: e M.: P.: Ir.: Lionel Pedrique Horta, 33º e com o Grande Chanceler do S.: C.: do Perú, Ill.: e P.: Ir.: Eduardo Arana Ysa, 33º, a Comissão que procedeu à redacção da *Carta de Assuncion*.

Os trabalhos decorreram num ambiente de profunda fraternidade, não tendo faltado diversos eventos que proporcionaram o indispensável convívio ao fortalecimento das relações de amizade entre todos os Irmãos.

Os trabalhos da Conferência culminaram numa sessão magna ritual seguida de um jantar de gala.





ALOCUÇÃO DE ABERTURA

Muito Poderosos Soberanos Grandes Comendadores e Ilustríssimos Irmãos

O meu nome é Agostinho Garcia e sou o Past Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho para Portugal, o qual teve o privilégio de acolher em 2015 a XIX Conferência Mundial de Supremos Conselhos.

Fui então nomeado como seu Presidente, pelo que me cabe agora a responsabilidade de abrir esta XX conferência e pedir o vosso consentimento para que o M.:P.: S.:G.:C.: do Supremo Conselho para o Paraguai, Ilustríssimo Irmão George Goldenberg, assumira a sua Presidência.

Antes, porém, gostaria de felicitar o Supremo Conselho nosso anfitrião e em especial o seu S.:G.:C.: pela resiliência e estoicismo demonstrados na realização desta Conferência frente ao infortúnio que sobre todos nós se abateu durante os últimos 2 anos, e de aproveitar a ocasião para agradecer mais uma vez, em nome de todos os Irmãos portugueses, a vossa presença em Lisboa, exprimindo a enorme felicidade que permanece nos nossos corações ao recordar tais momentos de fraternidade e partilha.

Para todos vai o desejo de que este momento , para além do reencontrar amigos e do estabelecer e estreitar relações, seja sobretudo muito produtivo no expandir e difundir dos ideais do R.:E.:A.:A.:., contribuindo decisivamente para a sua evolução, atentos à regra imutável que afirma que a espécie que não evolui extingue-se.

Depois disto e do vosso consentimento gostaria de pedir ao nosso querido e Ilustríssimo Irmão George Goldenberg que assuma a Presidência de XX Conferência.



Agostinho Garcia, 33º





U.: T.: O.: A.:A.:G.:I.:

XX CONFERENCIA MUNDIAL DE SUPREMOS CONSEJOS

CARTA DE ASUNCION

Los Sobéranos Grandes Comendadores participantes en la XX Conferencia Mundial de los Supremos Consejos Grado 33° del Rito Escocés Antiguo y Aceptado, que se realiza en el Campamento de Asuncion de la Republica de Paraguay entre el 25 al 30 de julio de 2022, congregados bajo la Presidencia del I.: y P.: H.: Jorge Goldenberg, 33°, Soberano Gran Comendador del Supremo Consejo del Grado 33° del R.: E.: A.: y A.: para la Republica de Paraguay, Supremo Consejo fundado el primero de junio de 1871 y única autoridad del Rito en el Territorio,

Conscientes

Que la ciudad de Asuncion es la recreación del corazón del Peabirú, aquel 'camino gramado' que se ha ido formando a través de los siglos de nuestra Historia común que une los océanos pacifico y atlantico y que recogiendo el mensaje histórico de unidad congrega en este camino a los Supremos Consejos del mundo.

Que nuestra presencia en esta Conferencia Mundial testimonia también el respeto y la admiración al pueblo e idioma guaraní que conservan el valioso legado de la relación armoniosa con el medio ambiente y los pueblos del mundo.

Convencidos

1.- Que, la Francmasonería Escocesa proclama ahora, como desde su origen ha proclamado siempre, la existencia de un principio creador, al que rinde culto, bajo el nombre de Gran Arquitecto del Universo. No impone ningún límite a las investigaciones de la verdad, y exige a todos los miembros la tolerancia, a fin de garantizar a todos ellos esta libertad de investigación. La Francmasonería abre su seno a los hombres de todas las nacionalidades y de todas las creencias. La Francmasonería tiene por misión, combatir a la ignorancia, bajo todas sus formas, y constituye una escuela de enseñanza mutua, cuya forma de vida implica obedecer las leyes del país, vivir con honra, practicar la justicia, amar a sus semejantes, y trabajar sin cesar por la paz, la fraternidad y la felicidad de la humanidad, como por su progresiva y pacífica emancipación.

HB. G. G.



2.- Que, la XX Conferencia Mundial renueva su compromiso con las Constituciones que llevan la fecha de 1762 y las Grandes Constituciones que llevan la fecha de 1786 como las leyes fundamentales de la Masonería Escocesa, a las que todos los masones del Rito Escocés Antiguo y Aceptado deben rendir obediencia implícita.

3.- Que, en este orden de propósitos, la XX Conferencia Mundial abordó como objetivo primordial "Los desafíos políticos, éticos, sociales, jurídicos ante el desarrollo de la tecnología" reflexionando sobre la inteligencia artificial, nanotecnología y nuevos materiales, internet de las cosas, la uberización del mundo, capitalismo digital, biotecnología y mejoramiento humano y el transhumanismo.

4.- Que, el Rito Escocés Antiguo y Aceptado considera que la masonería es el lazo invisible pero efectivo que liga a una sola gran familia: la humanidad, que está integrada por hombres que se han transformado en Caballeros del Espíritu y que hoy como desde sus inicios observa con preocupación la crisis existencial del planeta; responde a los imperativos vitales y existenciales del ser humano y sirve a los designios del Alma Universal, acordes con una renovada dinámica cósmica; mientras que procura preservar el sentido de la concepción exacta de la Iniciación masónica con la intención precisa de dar libre curso al poder y a la gloria del Verbo Espiritual, indispensable para una Nueva Era.

5.- Que, el Rito Escocés Antiguo y Aceptado es un sistema estructurado de Grados Filosóficos basado en altos valores éticos y morales que postula una vía alternativa de evolución para la Humanidad, de carácter espiritual, material y social, las actuales circunstancias mundiales evidencian una crisis sin precedentes que ameritan la más urgente de las acciones conjuntas e individuales. Es cierto que el alto y profundo contenido humanístico de nuestro Rito plantea la preservación de las condiciones de vida basadas en el mutuo entendimiento, la tolerancia y la libertad de pensamiento, pero no es menos cierto que las condiciones que se observan en distintas latitudes del planeta resultan deplorables e inequitativas para muchos miembros de nuestra especie humana.

6.- Que, los Soberanos Grandes Comendadores participantes observamos con suma preocupación el curso de la humanidad: los graves enfrentamientos y agresiones entre los pueblos, los fundamentalismos ideológicos o religiosos, las acciones devastadoras que afectan el medio ambiente y las especies vivas, el incremento de la criminalidad y la corrupción y en general las



decisiones que se adoptan a nivel mundial que afectan los valores, la paz y la convivencia humana.

Declaramos

1. Compartir los postulados de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible y las 169 metas adoptados por las Naciones Unidas que contienen la Agenda universal que retoma los Objetivos de Desarrollo del Milenio y pretende hacer realidad los derechos humanos de todas las personas y conjugan las tres dimensiones del desarrollo sostenible: económica, social y ambiental.

2. Retomar la vigencia plena de los principios ancestrales originarios y propios de nuestra naturaleza humana, con todos los problemas concomitantes que las ponencias de los otros Supremos Consejos nos han expuesto en el marco de este Vigésimo Conferencia Mundial de Supremos Consejos, y los desafíos del presente siglo XXI.

3. Ratificar nuestro ferviente compromiso de proponer desde nuestros cuerpos escocistas las iniciativas de carácter ecologista, humanista, científico, democrático, y laicista, que permitan dilucidar con responsabilidad plena la búsqueda de soluciones para afrontar tal crisis contemporánea, en correspondencia con las cualidades de la vida que deben ser preservadas y desarrolladas en un régimen de Paz con Justicia y Tolerancia Universales, reafirmando los valores más permanentes de la Libertad, la Igualdad, y la Fraternidad que, históricamente, todavía continúa anhelando la humanidad.

Luego de ser leído, nos ratificamos en su contenido y lo aprobamos suscribiéndolo en la Sala de Sesiones a los veintiocho días del mes de julio de 2022 e.: v.:



**I.: y P.: H.: JORGE GOLDENBERG, 33°
PRESIDENTE**

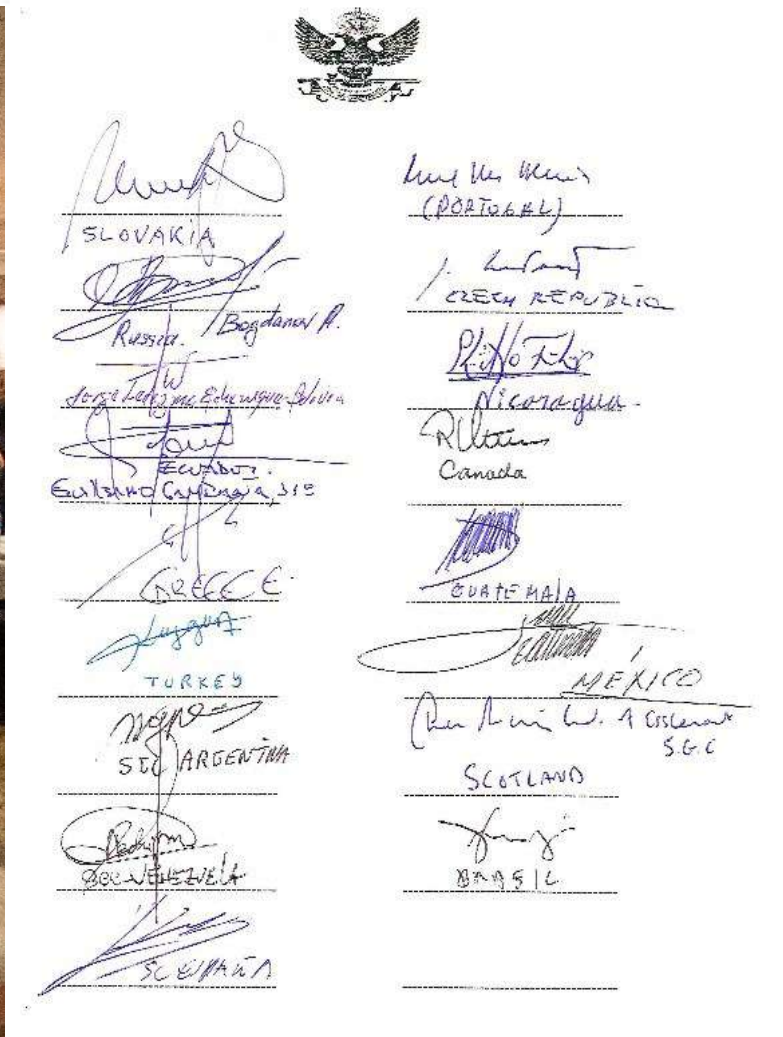


**I.: y P.: H.: STELIAN NISTOR, 33°
VICEPRESIDENTE**



**I.: y P.: H.: BRANDON TOPHAM, 33°
VICEPRESIDENTE**

Página 3 de 6





A Música é uma harmonia agradável dos deleites permissivos da alma em honra do GADU.

MASONERÍA, INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y ETICA

RESUMEN

Asistimos a cambios tecnológicos a velocidad muy superior a la habida nunca jamás, también económicos, pero no necesariamente sociales. Sin embargo, las referencias éticas no necesariamente están adaptadas a las circunstancias. La Inteligencia Artificial (IA) nos está situando en escenarios para los que los sistemas legales no están preparados o lo están parcialmente y las sociedades no necesariamente están adaptadas para asumirlos. La IA plantea nuevos interrogantes. El encaje ético, no es una cuestión fácil de establecer en el actual del mundo de la IA. Estamos interesados en la irrupción de la IA y de los robots en nuestras vidas, en nuestros trabajos, en el alcance y coexistencia de la Humanidad. Estamos interesados en las reglas de juego, en la capacidad de la Masonería de aportar, en este escenario, en la dirección de progreso para la Humanidad. Los códigos éticos siempre fueron imprescindibles, hoy no sólo son un reto, sino una necesidad derivada del respeto y el imprescindible empuje de la libertad que requiere la Humanidad.

La moralidad, es el sentimiento de compromiso mutuo de los humanos con sus semejantes y con el mundo natural y la Ética se ocupa de la moralidad, es decir, de los códigos, normas y reglas que nos permiten vivir mejor en sociedad y de los valores, importancia última que damos a las cosas. La Historia evidencia la pluralidad de los pueblos, de las gentes y de la moralidad. La Masonería es la única Institución capaz de articular una Ética para una Humanidad Universal. Ahora tiene más tarea que desarrollar que nunca. Son los nuevos tiempos, que exigen audaces propuestas.

INTRODUCCIÓN

Están cambiando muchas cosas y muy deprisa. En 2016, el 68% de los adultos de los 11 países más desarrollados tenían un Smartphone¹, que reúne la potencia de internet y del aprendizaje de las máquinas. Las referencias éticas no necesariamente están actualizadas. Los aspectos emocionales, incluso asociados al horror, disgusto, indignación, como reacciones viscerales pueden no ser adecuados ante hechos usualmente punibles. Los implicados pueden ser robots. Hasta ahora los marcos legales establecidos y depurados tenían senti-

do enmarcando una sociedad en orden, pretendiendo la seguridad de las gentes y manteniendo un escenario en el que pueda desenvolverse el trabajo,



el comercio, la vida en suma y procurar la prosperidad de los pueblos, estructurados desde la familia hasta el Estado y siendo respetuosos con todas las creencias.



La Inteligencia Artificial (IA) abre escenarios para los que los sistemas legales no están preparados o lo están parcialmente. Nuevos interrogantes se formulan: ¿Quién o qué será responsable cuando una máquina inteligente agrede a una persona? ; ¿Es correcto destruir o dañar un robot? ¿La IA tiene que cumplir o seguir reglas morales? La ficción ha solventado estas cuestiones imperativamente impidiendo que los robots ataquen a las personas, que obedezcan las órdenes de los humanos, salvo cuando impliquen conflictos dañinos con éstos; los robots deben proteger su propia existencia o que un robot no pueda perjudicar a la Humanidad ni por acción ni por omisión. Como el propio Asimov apunta, son leyes, suficientemente ambiguas, como para permitir escribir historias, aún cuando no posibiliten muy amplio espectro creativo y no basten como para conformar un código de conducta suficiente.

El encaje ético, no es una cuestión fácil de establecer en la confusión actual del mundo de la IA. Se ha escrito mucho y se ha legislado sobre la privacidad de la información personal y mu-

cho se ha especulado, desde apocalipsis futuro hasta un nuevo tiempo de paz y prosperidad. Estamos interesados en la irrupción de los robots en nuestras vidas, en nuestros trabajos, en nuestros mundos, en la coexistencia de la Humanidad con la IA. Estamos interesados en las reglas de juego, en la capacidad de la Masonería de aportar, también, en este escenario, para el progreso en la buena dirección, cual es el desarrollo y el progreso de la Humanidad. Los códigos éticos siempre fueron imprescindibles, hoy no sólo son un reto, sino una necesidad derivada del respeto y el imprescindible empuje de la libertad que requiere la Humanidad.

LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL

En 1956 tuvo lugar una reunión de académicos y estudiantes en New Hampshire pretendiendo profundizar en la inteligencia de las máquinas. No era la primera vez que ocurría tal cosa, dado que desde que la *Ilíada*² que data del siglo VIII a.C., narra que Hefesto se ve asistido por un sirviente hecho de oro y con la apariencia de mujer, se arrastra una pretendida creación de seres subordinados para ayuda de sus



dueños en distintas necesidades³. Anteriores historias sumerias ya relataban la construcción de seres a partir de materiales inanimados como arcilla y sangre.⁴ La Edad Media está plagada de propuestas automáticas de juegos que acababan, indefectiblemente, encontrando al humano bajo las faldas de la mesa que movía las fichas de ajedrez o juegos de diversa índole. Ciertamente, la idea de robot es muy anterior, pero como tal, la IA surge mucho después, cuando Karel Capek puso en escena Robots Universales Rossum⁵. La fertilidad de la imaginación humana ha quedado patente en la cantidad de relatos, películas e historias que recogen el tema robótico y la IA. Ciertamente, muchos de los conceptos que manejamos proceden de relatos novelescos tipo HAL (traslación de una letra del alfabeto, de IBM) de 2001 una Odisea en el espacio o de Star Wars. No dejan de ser una caricatura, pero alejada de la realidad de la IA. Incluso se han dado intentos de emular las descripciones de la Ciencia Ficción. De hecho en 2017 se anunció por parte de una empresa, Neuralink, una interface de lazo neuronal entre en cerebro humano y procesadores artificiales⁶. Sensores que leen el cerebro cosidos con hilos microscópicos. Robert Geraci arguye que *“para comprender a los robots, debemos comprender cómo la Historia o la Religión y la Historia de la Ciencia se han comportado en torno a las otras entre sí, trabajando muy a menudo con la misma finalidad y muy a menudo influyéndose mutuamente, tanto en objetivos como en métodos”*⁷. La idea

de la IA como robots humanoides que perciben, oyen y piensan como los humanos es errónea. La tecnología que disponemos no es capaz de tales aproximaciones. Es muy importante que enmarquemos la IA para establecer un punto de referencia cabal.

Se aceptan, en general, como describe Turner⁸, dos aproximaciones al concepto de IA: Una conceptualización restrictiva, suave, consiste en un sistema con habilidad para lograr ciertos objetivos mediante técnicas calificadas de inteligentes. Encajarían en esta definición desde el procesado del lenguaje natural, hasta la navegación por entornos físicos desconocidos. En esta visión de la IA un sistema realiza la tarea para la que ha sido diseñado. La gran mayoría pertenecen a esta clase. Por el contrario, la concepción dura, amplia, general de la IA abarca muchos objetivos, incluyendo nuevos, situaciones de incertidumbre o imprecisas. Incluye, por tanto, muchas de las características que atribuimos a la inteligencia humana. Claramente esta opción está lejos de ser alcanzada e incluso puede concebirse dudoso de que se alcance. Una y otra concepción se aproximan en un todo continuo. No es descabellado concebir que los sistemas de IA aprenden por ellos mismos y pueden lograr tener más capacidades que aquellas con las que han sido programados⁹.

El término Artificial es controvertido, pero la connotación es sintética, no natural, mientras que el término Inteligencia incluye atributos y habilida-

des. No es fácil delimitar el concepto. Hay que ponerse de acuerdo con “*qué es inteligente*”. El Test de Fuller¹⁰ incluye 8 requerimientos formales para que un sistema legal satisfaga ciertas normas morales básicas. No se pueden cumplir leyes que no se conocen. Si no se conoce a priori, el papel tutor de la ley queda destruido. Leyes desconocidas conforman un escenario como el imaginado por Kafka en *La Prueba*, en la que el protagonista es acusado, condenado y finalmente ejecutado por un crimen que nunca se le explicó.

Todas las concepciones de la IA caen en una clasificación dual: centradas en lo humano o centradas en una concepción racionalista. La raza humana se autocalifica de homo sapiens; no es raro que se pretenda referir a otras entidades como tales, con características humanas. Una definición de IA centrada en lo humano es el famoso test de Turing, que en 1950 caracterizó la inteligencia mediante un “Juego de imitación” que concluye en otorgar inteligencia si en un diálogo no se le distingue de un humano. De aquí se deriva que la IA es una tecnología con habilidades para llevar a cabo tareas que

requerirían de un humano para ejecutarlas. McCarthy propuso la denominación IA y reconoció que no hay todavía una definición de inteligencia que no esté en relación con la del ser humano¹¹. En todo caso la resolución de problemas por el hombre, presenta la limitación de nuestro cerebro. En la IA estas limitaciones no existen, potencialmente.

Desde el punto de vista racionalista, la inteligencia es una cualidad que permite a una entidad funcionar apropiadamente en un entorno¹². El aprendizaje de máquinas no supervisado no está restringido a un objetivo, excepto, quizás, a nivel elevado de abstracción, como pueden ser las tareas implicadas en la clasificación de datos y reconocimiento de patrones. Los programas capaces de reescribir su propio código, también entran en esta categoría. Las definiciones racionalistas de hoy para la IA, no necesariamente son útiles mañana. Hacer las cosas correctamente en tiempos apropiados es una alternativa racionalista, aún cuando presenta problemas de delimitar cuando algo es correcto y, en todo caso, hacerlo en el

tiempo apropiado implica un antropomorfismo al imponer la valoración humana. Como todas las definiciones incurrimos en ambigüedades, como puntualiza Russell¹³ con el ejemplo de un reloj que cambia puntualmente al atravesar un huso horario, que hace lo correcto en el tiempo apropiado, pero claramente no se le puede atribuir inteligencia. Nos queda-



mos con la propuesta de Turner⁷ como habilidad para elegir. La propia naturaleza de la elección y las consecuencias que derivan de ello es lo que nos interesa.

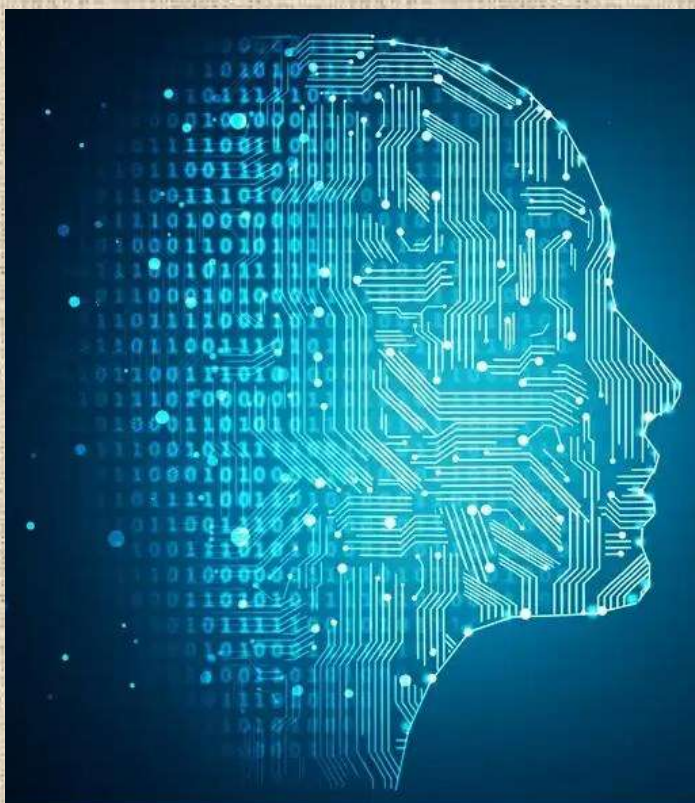
Un robot, por tanto es una entidad que emplea la IA. No le atañe cualquier proceso de automatización mediante una máquina, es necesario que emplee la IA. La autonomía, derivada del griego auto y nomos (ley) no es automatización, que es un proceso efectuado por una máquina. La Autonomía no requiere que la IA sea la que impulsa su funcionamiento, dado que puede efectuar una elección autónoma incluso interactuando con un humano para tomar la decisión.

El carácter evaluativo de la elección implica que los principios deben ser sopesados antes de concluir. Principios y reglas no son sinónimos. Las reglas cuando se aplican son conclusivas. Si dos reglas entran en conflicto, una de ellas no puede ser válida. Por el contrario, los principios soportan la justificación de varias acciones, pero no son necesariamente concluyentes. Podemos entrever que los principios tienen ponderación. Así pues, en caso de conflicto entre principios, se resuelve seleccionando la posición que es soportada por los principios que tienen una ponderación agregada más alta. Los sistemas con principios requieren evaluación, mientras que las reglas no. La IA simbólica emplea árboles de decisión lógica del tipo "Si X, entonces Y". Son reglas que indican qué hacer con una entrada. Los sistemas complejos de este tipo se denominan siste-

mas expertos. Usan el método deductivo para ir elaborando las decisiones, cabalgando sobre las respuestas si o no, hasta concluir¹⁴. Es un proceso determinista. Por otro lado, las redes neuronales son sistemas que incluyen un gran número de unidades interconectadas, cada una de las cuales puede intervenir una sola vez. Presuntamente imitan el funcionamiento del cerebro. Las redes convencionales fijan la arquitectura antes de iniciar el entrenamiento; las redes neuronales artificiales emplean "pesos" - ponderaciones - para determinar las conexiones entre las entradas y las salidas¹⁵. Los sistemas de aprendizaje de máquinas, recalibran la ponderación, proceso que usualmente consiste en una propagación hacia atrás y optimizan los resultados¹⁶. Los sistemas de IA simbólico no responden a la definición de IA, siendo la inteligencia la del programador mientras que las redes neuronales y el aprendizaje de máquina si lo son, aunque no son la única forma de hacer IA. Ya que el futuro seguro que nos sorprende con emuladores del cerebro globalmente, como lo son los intentos de mapear y reproducir la estructura de un cerebro animal completo.

Hoy se debate sobre la inclusión de la imaginación, emociones o conciencia, que no son demasiado relevantes en la mayoría de los aspectos de la IA, susceptibles de ser regulados. Qué duda cabe que la regulación es precisa en aquellas facetas en las que la IA tiene impacto en el mundo. Las aplicaciones de los smartphones, gran parte de las cuales son ejemplos de IA y los algorit-

mos complejos que incluyen, son más que motores de búsqueda y la mejora de ellos mismos se basa en poner en correspondencia búsquedas con reacciones y resultados. Nosotros usamos los motores de búsqueda, pero resulta que los motores nos usan a nosotros. En este mecanismo se basa el Internet de las cosas. La IA se constituye en el sirviente doméstico y cuida y satisface las necesidades cotidianas. La conducción autónoma es un ejemplo bien conocido. Los pasos dados no son halagüeños, ya que en 2017 un Tesla Modelo S tuvo un accidente con un camión en que fallecieron los pasajeros. Otro modelo Uber mató a una mujer en Arizona. Se están desarrollando armas semi y totalmente automáticas. No deja de ser un campo controvertido que se puedan matar objetivos sin intervención humana. Las actividades creativas, desde el campo musical hasta el artístico es objeto de alcance de la IA.



MARCO ÉTICO

La responsabilidad profesional es un tipo de responsabilidad moral que adquiere una persona en función del conocimiento especializado por el que se considera un experto. Científicos y tecnólogos tienen diferentes formas de entender esa responsabilidad o de desplegarla socialmente a través de instituciones.

La responsabilidad profesional no puede verse como ejemplificación de un conjunto de reglas que se aplican de manera diferente en las diferentes profesiones y situaciones. La responsabilidad responde a condiciones históricas cambiantes y los intentos por parte de los propios profesionales por hacer explícitos los principios que regulan éticamente una profesión es una tarea continua. La ética debe partir del reconocimiento de que la formación debe incluir no solo la enseñanza de técnicas para resolver problemas, sino cómo hacer juicios que incorporen diferentes tipos de valores, beneficios y riesgos, lo que requiere un conocimiento mínimo de las consecuencias que pueden tener ciertas decisiones, así como un conocimiento básico de las maneras en las que el riesgo puede medirse y los problemas éticos que plantea la medición del riesgo¹⁷.

La Masonería filosófica, regular, por tanto, hace reparar en que no se podría estar extrayendo conocimiento de la Naturaleza constantemente, ni creando cualquier Ciencia y Técnica de no ser porque la inteligencia nos viniera dada por la causa primera. Pe-

ro esto, precisamente esto, nos hace, libres, iguales y hermanos. Pero la extensión moral de esto no solo alcanza al resto de seres vivos y no vivos y a la propia Tierra, sino que conlleva la tutela de cuanto hacen y producen los humanos. Por tanto la IA es un producto humano, que deberá estar sujeto a las mismas normas, reglas y códigos que han permitido desarrollarlo. Responsabilidades y regulaciones de garantía deben alcanzar a todos los derivados de la IA, con mas rigor que lo efectuado hasta ahora, dado que no se puede éticamente entender la IA, de no ser por venir a procurar más felicidad al género humano. Los problemas laborales que causó el maquinismo, no pueden extenderse al mundo de la IA. La Masonería impulsa la ética de la Humanidad con todas sus consecuencias.

REFERENCIAS

- 1 Poushter, J., "Smartphone Ownership and Internet. Usages Continues to Climb in Emerging Economics", Pex Research Centre, 22, (2016)
- 2 Homero, *La Iliada*, Editorial: Club internacional del libro, (1994)
- 3 Zardakis, G., In Our Image: Will Artificial Intelligence Save or Destroy Us ¿ Rider, London (2015)
- 4 Abush, T., "Blood in Israel and Mesopotamia", in *Inmanuel Studies in the Hebrew Bible the Septuagint, and the Dead Sea Scrolls in Honor of Enmanuel Tov*, Edited by Shalom M. Paul, Robert a Kraft, Eva Ben-David, Lawrence H. Shiffman, and Weston W. Fields (Leiden, The Netherlands. Brill (2003)
- 5 Capek Karel., *RUR Robots Universales Rossum.*, Clásicos de la Ciencia Ficción., Libros Mablaz 142 Madrid (2017)

6 Neuralink Web <https://www.neuralink.com/>

7 Geraci, R.M., *Apocalyptic AI: visions of Heaven in robotics, Artificial Intelligence and Virtual Reality*. Oxford University Press. Nueva York (2010).

8 Turner, J., *Robots Rules.*, Springer Nature, Switzerland (2019)

9 Kaplan, J., *Artificial Intelligence: What Everyone Needs to Know.*, Oxford University Press, Nueva York (2016)

10 Fuller., L.L., *The Morality of Law* C.T. Yale University Press, New Haven (1969)

11 McCarthy, J. "What Is Artificial Intelligence" Web del autor

12 Nilsson, N.J., *The Quest for Artificial Intelligence: A History of Ideas and Achievements*, Cambridge University Press, Cambridge, UK (2010).

13 Russell, S y Wefald, E., *Do she Right Things: Studies in Limited Rationality*, MIT Press, Cambridge Massachusetts (1991).

14 Tsoukalas, L. H. y Uhrig, R.E., *Fuzzy and Neural Approaches in Engineering*, Willey, NY (1996=

Approaches in Engineering, Willey, NY (1996=

15 Han, S, Pool, J., Tran, J., y Dall, W., *Learning Both Weights and Connections for Efficient Neural Network.*, *Advances in Neural Information Proccesing Systems* (2015).

16 Rumelhart, D. E., Hinton, G.E., y Williams, R.J., "Learning Representations by Back Propagationg Errors", *Nature*, 523, (1986).

17 Soriano, J. *Aspectos éticos de la Ciencia y la Tecnología*. Convento de Caldas de Montui (2010).

Alberto Requena Rodriguez, 33º

(Reitor da Academia de Estudos Masónicos del Supremo Consejo para España.)

Texto apresentado na XX Conferência Mundial de Supremos Conselhos, em Assunção, Paraguai em Julho de 2022 e publicado com beneplácito do autor.

O Silêncio

Oscar Wilde, sabiamente, disse um dia que: “como a abelha trabalha na escuridão, o pensamento trabalha no silêncio e a virtude no segredo”.

A busca da verdade implica meditação, reflexão e repouso. Dessa forma, aprender a controlar o falar é aprender a pensar e meditar.

Em Maçonaria, o silêncio tem um abastado sentido como nos recorda o sinal do grau, e é sobre este semblante que este balaústre vê a LUZ auxiliado pelo compromisso com o dever.

O silêncio domina a noite e à noite somos impelidos à reflexão, ao repouso e ao sono que fecha as feridas abertas quando estamos acordados. Dormir é das coisas mais misteriosas que fazemos, e o silêncio embala o rotineiro desígnio que o sono nos traz. Sabemos que é essencial, mas não sabemos exactamente porquê.

Freud acreditava que, ao sonharmos, encontramos a real estrada que conduz ao inconsciente. Talvez Freud se referisse à expressão *Visita o Centro da Terra e Rectificando-te, encontrarás a Pedra Oculta*.

Não conseguimos afirmar, com certeza, se o silêncio serve o sono ou o sono o silêncio. Qual a quantidade mínima de sono certa para termos saúde e sermos felizes. Passamos, pelo menos, um terço da nossa vida em silêncio, a dormir... Uns mais em silêncio que outros. Não há nenhuma parte do corpo que não beneficie do silêncio e das propriedades do sono, embora seja um mistério o que nos mata, exactamente quando morremos por não dormir.

Em 1989, numa cruel experiência, investigadores da Universidade de Chicago mantiveram 10 ratos acordados até morrerem; demorou entre 11 e 32 dias até que a exaustão os levasse à morte. As autópsias demonstraram que os ratos não tinham evidências de anormalidades que explicassem a sua morte. O corpo simplesmente havia desistido.

Fico a pensar se morremos quando paramos de Visitar o Centro da Terra, sem nos rectificarmos e sem encontrarmos a Pedra Oculta, ou se nos tornamos apenas zombies de olhos abertos, mas de coração às escuras, reféns de uma existência fracassada.

Existe um provérbio chinês que diz: “Se queres manter a tua cidade limpa, começa por varrer à frente da tua casa”.

A divisão da nossa casa para onde somos impelidos a retirarmo-nos em silêncio é o quarto, local onde se dorme (um lugar estranho). Não há outro lugar da nossa casa onde passemos mais tempo a fazer menos (aparentemente), e... em silêncio. Apesar disso, é no quarto que se desenrolam grande parte dos mais profundos e persistentes infortúnios da nossa vida, em que o silêncio é o nosso companheiro, momentos em que estamos enfermos, moribundos, exaustos, sexualmente disfuncionais, em choro ou devastados pela ansiedade.

Há séculos que assim é. Nesses momentos, o nosso santuário é defendido pela reflexão e pelo estudo. Defendidos pela nossa relação com Deus, a nossa família, o nosso país, e a Maçonaria.

Em termos filosóficos, o Grau 4 chama-se Mestre Secreto, porque Salomão entendeu que “que nenhum homem deve roubar, a liberdade de consciência”, e que só aqueles que estavam devidamente instruídos estariam aptos para receber tal dádiva: “somos donos do que calamos e reféns do que dizemos”. Só com o controlo total das palavras é que nos podemos dedicar à meditação e à reflexão silenciosa que nos abrem as portas do progresso evolutivo.

O silêncio é um DEVER do homem imposto apenas pela nossa consciência.

Alexandre Bogalho, 9º

O HOMEM MÍSTICO, A SOMBRA E O PONTO ÓMEGA

O Homem é composto de matéria, espírito e alma, sendo o corpo servido pelo espírito que traduz em palavras as opiniões e juízos mundanos. A alma apenas fala por expressões silenciosas. Sentimentos verbais raras vezes correspondem aquilo que a alma diria. Quanto mais gesticulamos, tanto mais a alma se retrai e se esconde. Em qualquer conversação, não vemos o homem real, mas o seu duplicado; sorrisos em demasia, mau humor ou deferência, escondem o verdadeiro homem.

Se o espírito e a alma são duas entidades distintas, como poderemos entender apenas pela linguagem o que o homem pensa e sente profundamente?

O corpo acha-se em contínua evidência e é impossível escondê-lo ou negá-lo; ele tem imensas necessidades quando comparado com as poucas exigidas pela alma, fazendo com que o nosso duplicado esteja sempre pronto a mistificar, a desconcertar, a distrair, a fim de que o mundo não possa adivinhar o que lhe vai na alma.

Um homem sentado, sozinho a meditar é a expressão do próprio homem, mas quando, bem próximo, surge um outro indivíduo, a sua expressão muda e aparece o duplicado, retrai-se a alma e o espírito, surgem os subterfúgios das circunstâncias, os prodígios das aparências, os equívocos pessoais da vida.

Os sistemas pueris da sociedade

resultam do facto de as derivações das manifestações do duplicado, serem confundidas com as da alma. É este o coio da aranha psicológica, à espreita da incauta mosca, suficientemente ingénua para entrar na rede fatal.



Quanto mais ignoramos as leis que governam a vida interior e espiritual, tanto mais somos esmagados pelo poder e pelo número de influências fatídicas.

Enquanto durar o mundo, as antipatias físicas e mentais continuarão a ser o pomo de discórdia.

Quando confiamos em alguém, deixamos à porta a nossa personalidade, como o muçulmano que se descalça antes de entrar na mesquita. Cada homem é um Deus na sua própria casa e ao entrar na casa de outro coloca-se sob a proteção de outro deus, distinto do nosso, pelo que apenas poderemos confiar em indivíduos que, dias antes, em nossa casa, nos tenham

manifestado palavras livres de qualquer constrangimento.

Mas a vida não é tão linear assim. Haverá sempre a influência do Ciclo do Eterno Retorno, sendo estéril olhar para um fluxo de pensamento linear que não integre a selecção, o corte, a pré-selecção, negando a singularidade de ser expressivo enquanto princípio de individualização.

Analisemos, ainda, “o problema moral” da Sombra, porque ela coloca em jogo a globalidade da personalidade do Eu.

A Sombra, conceito que designa a face sombria da nossa personalidade, manto obscuro da totalidade dos materiais psíquicos e rainha do inconsciente. Estes conteúdos do inconsciente são aquisições da vida individual, ou coletivos e têm uma existência permanente e *a priori*.

A “Sombra”, segundo C.G.Jung: «É a personalidade, oculta, recalcada, inferior carregada de culpas, cujas ramificações mais extremas remontam até ao reino dos nossos ancestrais animais e engloba assim todo o aspecto histórico do inconsciente. A “Sombra” personifica tudo aquilo que o homem se recusa a reconhecer ou admitir e que, no entanto, se lhe impõe directa ou indirectamente e define os traços do carácter inferior ou outras tendências incompatíveis”. O homem não consegue livrar-se da sua “cauda de sáurio” para se tornar um ser realmente civilizado.

Alguns dias antes da sua morte ter-

restre, no plano espiritual, o demasiado velho C.G.Jung, tinha sobre a sua mesa de leitura as obras do padre filósofo e poeta Teilhard de Chardin (1881-1955). Entusiasmado pelo ensaio “Le Phénomène Humain (1955), poder-se-ia pensar



que antes de entregar a alma à “Sombra”, teria pensado no enigmático “ponto ómega”, para o qual converge a humanidade em movimento e busca da Verdade?

Nesse trabalho Teilhard, centrando-se na evolução biológica, descreve a evolução como um processo cada vez mais complexo e unitário, desde o caos inicial até uma unidade cada vez maior.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia provoca uma expansão da esfera de influência humana,

cada vez mais cosmopolita.

A *Noosfera*, seja o “invólucro pensante” que envolve toda a Terra ou a “esfera do pensamento humano”, segundo Vernadsky (1863-1945) é antes definida como a terceira etapa do desenvolvimento da Terra, depois da geosfera e da biosfera, originada pelo surgimento do conhecimento humano que alterou a biosfera.

Segundo Teilhard na *Noosfera*: «assim como há atmosfera, deverá coexistir o mundo das ideias, formando produtos culturais e conhecimentos colaterais».

Devoto do cristianismo, Teilhard defende uma compreensão idealista da natureza humana, com avanço social, sob o olhar atento de Deus e que culminará na unificação da humanidade, tornando-se .

consciência de si mesma “num ponto”, que intitulou de “*Ponto Omega*”.

Num estado final, todas as criaturas do universo existirão em Cristo como o “Logos” ou “Palavra Sagrada”.

A Igreja Católica Romana no princípio distanciou-se dos pontos de vista de Teilhard, no entanto comentários recentes de figuras religiosas como o Papa Bento XVI. Têm-lhe sido favoráveis na imprensa popular, como o *The New York Times*.

António Diniz Flores, 28º



“Ignorância, tirania e fanatismo como principais inimigos da liberdade política”

A grande maioria dos modelos actuais de organização sócio-política no mundo consubstanciam-se em democracias. Estas pressupõem, na minha opinião, que quem escolhe possui a capacidade mínima ao exercício de tal decisão, obrigando a uma análise sobre o que lhe é “vendido” e a avaliar as consequências da sua escolha na altura do sufrágio.

Só na posse destas habilitações, capacidade de análise e de avaliação, é que a escolha se revela plena e faz sentido.

A sua ausência irá dotar o eleito de um poder maior e mais nefasto do que o detido por um ditador, pois todas as suas decisões ou acções são embaladas, revestidas ou justificadas por uma vontade popular “ilegítima”, uma vez que o acto eleitoral foi baseado na ignorância ou na falta das faculdades necessárias para o efeito de quem elege: conhecimento para analisar e discernimento para avaliar e decidir.

Quando assim é, estes últimos permitem aos eleitos, que sem escrúpulos, conscientemente propiciaram o estabelecimento dessa ignorância e a sua fruição, a utilização de valores e sentimentos que são comuns e inerentes ao ser humano para conseguirem os seus propósitos próprios e não sociais/comunitários.

Esta situação revela-se mais repugnan-

te do que a de um ditador que assume o poder pela força e nele se mantém impondo, pela mesma, uma ausência de liberdade de escolha. Caso em que nem o tirano foi eleito, nem o cidadão vive no engano.

Dá-se assim origem a um sistema político enganador e que me propiciou há algum tempo a reflexão: “Democracia exercida por oportunistas sufragados por ignorantes é pior do que uma ditadura.”

Nesta forma, o oportunista e homem sem escrúpulos manipula, manietta e explora populações, coadjuvado por aqueles que ao engano e na ignorância o elegeram e/ou aqueles que em consciência o fizeram na esperança de um dia virem a ocupar o lugar do eleito.

A autêntica prostituição ou corrupção da moral e dos valores que ocorre, porventura muito mais condenável do que aquela que se baseia na venda do corpo para colocar comida na mesa, faz emergir uma sociedade construída pelos maus eleitos que, no exercício das suas funções, não conseguiram criar as condições e as oportunidades para que, pelo menos, a mais velha profissão do mundo não vingasse.

Tal resultado só é possível com a desconstrução de valores pessoais, provocando a ausência de referências e construindo novos à medida das necessidades pessoais de uns e apenas uns e uns quantos. A ambição e o fanatismo revelam-se então por completo.

O combate à ignorância, ou seja, ao

desconhecimento, a promoção de uma verdadeira educação e formação é uma ferramenta que poderá se contrapor a uma educação “orientada”, manipuladora de opiniões e, como tal, escravizadora do pensamento e da acção.

de todo o ser humano.

Apenas a experiência dos anos, a observação do mundo em que vivemos, o estudo e o trabalho diário e abnegado permitem combater, preparando-nos mais convenientemente para as escolhas que temos que fazer na vida.



Efectivamente, uma sociedade devidamente educada, composta por indivíduos com capacidade crítica e com discernimento real, muito dificilmente coloca impreparados e oportunistas no poder ou em lugares cuja acção se repercute directamente na sua vida económica, social e cultural.

Uma boa educação reflectir-se-á num conhecimento mínimo dos assuntos em causa e permitirá prever as consequências do que é acenado ou proposto ao indivíduo. Evitará, então, a tentação do logro por parte de quem se propõe ao cargo/função, visto que saberá à partida que este será detectado e não será acolhido, nem nunca conseguirá merecer a concordância dada por indivíduos esclarecidos.

A ignorância, na forma de desconhecimento, é uma característica intrínseca

Só a educação, através do conhecimento e da razão, permitirá verdadeiramente erradicar a tirania e o fanatismo.

Assim o desejo e esteja verdadeiramente disposto ao compromisso que lhe é lançado, o Homem ignorante e o iniciado.

Bibliografia:

- *Bíblia Sagrada* (Franciscana)
- *Ritual de Aprendiz*
- *Ritual de Mestre*
- *Ritual de Cavaleiro Eleito dos Nove*
- *Ritual de Cavaleiro Eleito dos Quinze*

José Mateus, 14º

A Era da Democracia O trabalho do Maçom

Deve um Homem Justo obediência cega à Lei?

Segundo a Lenda do REAA, o Rei Salomão, depois de pacificar o Reino e punir os Assassinos de Hiram, edificou o Templo.

Para isso, ao invés de dividir, uniu, tratou o igual como igual e assim manteve a união.

Também assim tem sido historicamente, no que respeita à ascensão dos regimes democráticos.

As mais das vezes aparecem depois de períodos históricos negros, de perseguições e injustiças e são a resposta do Povo, que se une para resgatar o Direito e a Justiça.

Historicamente, como todos sabemos, a Maçonaria tem tido um papel importante nestas mudanças de regime – foi assim, por exemplo, com a Revolução Francesa, com a Independência dos Estados Unidos e com a própria Independência do Brasil.

Sabemos também da aversão que os Regimes totalitários, normalmente, têm à nossa Augusta Ordem, o que diz bem do trabalho dos Maçons em prol da Democracia, da sua instauração e preservação.

E é aqui, na preservação da democracia que, muitas vezes, reside o problema.

Da história retiramos, com relativa facilidade que as crises, locais ou globais, são cíclicas e que, em tempo de crise, florescem os populistas que, as mais das vezes usando a democracia e o voto, ascendem ao poder e instauram regimes totalitários. Outras vezes passam por cima do voto, mas contam

com o apoio do Povo, sem o qual não é possível, disso estou certo, mudar e manter um regime.

É também aqui que entra o trabalho do Maçom, aquele trabalho que, não terminando, tem que ser feito e ao qual não nos podemos furtar.

E o que se passa hoje por esse mundo fora exige-o, pois que estamos em tempo de crise global em que, novamente, florescem pelo Mundo fora aspirantes a ditadores e populistas, que, independentemente das nossas convicções, mais à esquerda ou à direita, temos, enquanto Maçons, que combater.

É certo que todos nós juramos respeitar o Direito, mas quando esse Direito se põe do lado da injustiça e se torna um instrumento de opressão, um Maçom tem que repensar o seu posicionamento.

Justiça e Direito nem sempre andam de mão dada, porque um – o Direito - é um instrumento da outra.

E nós, Maçons, tal como na lenda de Salomão, temos que estar sempre do lado da Justiça e, assim, do Povo. Dos que não podem ajudar-se a si próprios, seja por falta de meios, de vontade, de instrução, seja pelo que for.

Em tempos de crise, como os de agora, verificamos uma tendência crónica para regular demasiado a vida em sociedade, assim nascendo, ciclicamente, regimes ditatoriais que, sempre e sem excepção, justificam a sua existência e manutenção na Lei e, ao abrigo da Lei, cometem as maiores atrocidades (desde a queima de “bruxas e infiéis” da inquisição, aos fornos da Alemanha nazi).

Mas, não tenhamos ilusões. A Lei pode mudar, mas a Justiça não. O que hoje é legal pode não o ser amanhã, mas a Justiça é imutável. Talvez por isso, os

anglo saxónicos praticamente não tenham Leis escritas, respeitando a regra do precedente e fazendo do costume a sua principal fonte de Direito.

Aliás, repare-se que, curiosamente, a esse respeito, os anglo saxónicos nem sequer têm uma palavra para o que nós, latinos, chamamos Direito. Apenas fa-

é que um Maçom tem de ser livre, em todas as aceções da palavra. Se o não for, não poderá nunca ser justo. E se não for justo, não será bom.

Por isso mesmo e mesmo tendo jurado respeitar a Lei, um homem justo não pode respeitar uma Lei injusta, nem tem que se submeter a uma decisão in-



lam em Justiça e em Lei, o que torna a diferenciação muito mais fácil e clara.

Assim, nestes tempos de mudança e de incerteza, deixo duas perguntas para os Maçons?

Poderemos nós viver com um Direito que seja um braço armado de uma ditadura?

Pode haver democracia e liberdade sem Justiça, mesmo que se respeite a Lei?

Entendo que não, sem dúvida que não. Só pode haver democracia e, com ela, Justiça, em liberdade e por isso mesmo

justa, ainda que legal. O homem bom, porque é justo ou quer a Justiça, tem que se insurgir contra as decisões injustas, mesmo que respeitem a Lei. Deve fazê-lo com a contenção e o respeito que todos lhe merecem, sem desrespeitar - enquanto tal for possível - as autoridades legais, mas não pode calar as injustiças, sendo sua obrigação combatê-las. Também este trabalho do Maçom é constante e difícil, mas não podemos largar os malhetes e o cinzel enquanto nos depararmos com a injustiça, mesmo que a coberto da Lei.

E nos dias hoje, em que é cada vez

mais difícil destrinçar a injustiça, o nosso cuidado enquanto Maçons tem de ser redobrado.

O Maçom, porque é livre, não deve - não pode - necessitar da muleta da Lei para ser justo. É justo, porque é bom.

E, porque é bom e é livre, escolhe a Justiça - porque a conhece e a ela aspira, e não porque está obrigado a isso.

Mais que nunca e já o disse em anteriores ocasiões, temos de formar Homens ao invés de máquinas.

Sem descuidar a competência técnica para cada função, temos de apelar ao que nos é inato e eu acredito que o bem e o justo nos são inatos.

Os nossos Filhos terão de se preocupar mais em ser Homens Bons do que em ser eficientes (a formação que lhes estamos a comprar é mais que suficiente para lhes assegurar competências técnicas). Não podem perder de vista a eficiência, devem ser ambiciosos, mas têm que ser justos, porque só assim podem aspirar a ser bons.

A Maçonaria tem, também aqui, um papel importante, pelo exemplo. Todo nós (como o Rei Salomão) temos de ser exemplos de homens justos e, por isso, bons - mesmo que isso nos custe, por vezes, a liberdade ou alguma liberdade. Só um homem verdadeiramente livre pode decidir, em consciência, abdicar dessa liberdade por um bem maior e ao perdê-la ser, mais que nunca, livre, porque escolheu o seu caminho, sabendo das consequências. E esse caminho é, tem que ser, o da Justiça, mesmo que não seja o que o Direito (ou a Lei) indica.

Por isso, mais que nunca, os Maçons terão de ser um exemplo.

Nos momentos difíceis, é a altura de mostrarmos, pelo exemplo, que somos

homens bons.

Em tempos difíceis temos, como na lenda, que unir e não separar. Temos que escolher os nossos Doze e não ceder à tentação da força.

Este é o tempo de nos assumirmos e de sermos reconhecidos por isso.

Pelos nossos Irmãos e por todos. É neste trabalho em prol da democracia (hoje da sua preservação sem limitações), da liberdade e da Justiça que, no meu entender, reside a operacionalidade da Maçonaria nos nossos dias.

Nestes tempos difíceis não podemos bastar-nos com a especulação, temos que ser operativos.

É certo que o Trabalho de um Maçom nunca acaba, mas, como já referi, cada um de nós tem de fazer e terminar o seu trabalho no dia a dia. Não por nós, mas por todos.



Só assim seremos realmente homens bons, porque livres e de bons costumes.

Só assim nos poderão reconhecer Maçons.

Duarte Caldas Martins Carvalho, 14º

O Exemplo de Zorobabel Construtor e Guerreiro

“Quando o Templo foi concluído e recebeu o depósito sagrado do Delta, os Eleitos pensaram que o trabalho estava terminado. A indolência paralisou os espíritos e perverteu-lhes o coração. (...) Os vícios trouxeram o ódio, a superstição e a ignorância. A entrada Santa, que ocultava o Delta, foi esquecida; os descendentes de David tornaram-se vis e covardes; os ricos tornaram-se cúpidos; os operários ficaram pobres; a massa da nação quedou-se na miséria. Eis o que aconteceu por terem os Eleitos pensado que todo trabalho seria, daí por diante, inútil e por isso, não souberam utilizar-se da própria Liberdade.”

Ritual do Grau 15

A decadência do Reino de Israel, provocada pelo esquecimento das virtudes e pelo cultivo dos vícios, iniciou um período de progressiva decadência, que conheceu o seu paroxismo quando Nabucodonosor conquistou e destruiu o Reino de Judá (586 a.C.) numa campanha militar da qual resultou o saque e a destruição da cidade de Jerusalém, das suas muralhas e do seu templo; desta campanha resultou também a deportação de muitos Judeus para a Babilónia, onde teve início um largo período de cativeiro.

Já no reinado de Ciro, porque Zorobabel demonstrou fidelidade perante os seus princípios, afastando-se de indiscrições inúteis, o cativeiro na Babilónia pode ter fim – e, por conseguinte, iniciou-se um caminho de regresso desse tempo de expiação, que levou os antigos cativos de regresso à cidade de Jerusalém.

Aí, constatando as ruínas que os vícios haviam provocado, e já com a liberdade restituída, pode Zorobabel juntamente com os que o acompanharam, dar início à reconstrução do Templo, verdadeiro símbolo do Deus único que, agora depois do cativeiro, se propõe que seja um “Templo da Liberdade para todas as opiniões e da Tolerância, que é o alicerce da Fraternidade”.



O exemplo da construção deste segundo templo permite-nos reflectir num outro aspecto que esta permanente analogia tem: não só a construção do templo é uma história exemplar de combate ao vício e afirmação das virtudes, através de um permanente trabalho de polimento da pedra bruta, mas constitui, também, um símbolo da independência de cada um, entendida esta sobretudo como independência filosófica.

Com efeito, o esforço na edificação do nosso templo, como no exemplo histórico de Zorobabel, mostra que, ao fazê-lo, sublimamos a nossa liberdade - liberdade de pensamento, liberdade de consciência, liberdade de estudo e expressão. E, ao fazer tal construção em conjunto com os nossos Il., em construções que, apesar de individuais, não são solitárias, devemos também reflectir na importância que o valor da tolerância deve assumir nas nossas relações e na forma como, consciente ou inconscientemente, julgamos os progressos, as escolhas, as perspectivas dos nossos Il.:

Porém, nem tudo é passividade perante o mundo exterior – tal como na vida profana, há sempre o risco que podem representar os outros, sobretudo se cobiçosos, como os opositores que Zorobabel teve de enfrentar na ponte de Gabara

Por conseguinte, é necessário, para além de trabalharmos para erigir altares às virtudes e cavar abismos para os vícios, que nos mantenhamos vigilantes, dispostos a empunhar a espada para defendermos a nossa construção, os nossos valores – sem isso, o nosso templo, tal como o Segundo Templo, não estaria a coberto de investidas que poderiam destruí-lo e, condenar-nos a um cativeiro, onde, por definição perdemos a liberdade.

Foi com a constância do trabalho, mas também com a coragem perante os adversários que surgiu, portanto, o Segundo Templo. E os Cavaleiros que acompanharam Zorobabel puderam, então, afirmar que “sei trazer a trolha numa das mãos e a Espada na outra”.

Ao longo dos tempos, esta dupla necessidade será percebida por alguns; entre eles, talvez os que melhor a perceberam, foram os Cavaleiros Templários que trabalharam com objetivos simultaneamente de construção, e de combate, como os companheiros de Zorobabel o haviam feito.

Nelson Nascimento, 18º



“Deixarás uma herança nobre àqueles que te seguem neste mundo?”

Acredito que um dos anseios de qualquer Ser Humano é imortalizar-se. Ora, todos o sabemos, tal é impossível de um ponto de vista meramente material. Não há dúvida que somos finitos. Todavia, tudo aquilo que fazemos, seja na escrita, seja nas artes, seja mesmo no nosso exemplo de vida, poderá e acrescento, deverá, eternizar a nossa existência.

É, por isso, que a Maçonaria nos ajuda, com a sua espada da Justiça, da Equidade e da Fraternidade, a fazer de homens bons, homens melhores. Temos, desde que sigamos alguns dos princípios que irei adiante expor, uma verdadeira transformação ou, se quisermos, uma alquimia.

Tal como dizia Spinoza, quando o homem se consegue libertar das suas paixões, da sua natureza emocional ou apaixonada, fá-lo em prol da razão. Essa é a única forma de se aproximar de pensamentos superiores e, como tal, próximos do GADU.

Dito isto, é imperioso que possamos controlar as nossas emoções, para que as mesmas não nos impeçam de chegar à verdade.

Tudo isto feito em Liberdade, já que é na liberdade que podemos construir o nosso templo interior. De que liberdade falo? Falo da liberdade de expressão, naturalmente, já que somos homens livres e de bons costumes, mas,

Mas, em que princípios assentará essa Verdade? Foi esta a resposta que procurei e cheguei a 7 princípios principais:

- **Justiça**, pois, sem ela, é impossível pensar num mundo melhor. Quando pactuamos com injustiça, ou somos vítimas dela, o mundo não melhora e não caminhamos na direcção da Luz;
- **Equidade**, já que a mesma revela que o tratamento, ou modo de agir, em relação a determinada pessoa deve ter por base o reconhecimento das suas características individuais e necessidades específicas; -
- **Moralidade**, dado que esta transcende e completa a ética. Entre ladrões pode haver ética, pois há o princípio de não se roubarem uns aos outros, por exemplo, mas não há moralidade. A moralidade é, assim, um aspecto fundamental da natureza humana, pois é a ciência do ser;
- **Sabedoria**. A Maçonaria inclui-a numa das suas colunas, é a grande Luz da Maçonaria. A procura do conhecimento é a forma de lutar contra a ignorância ou o obscurantismo, mas é mais do que isso. É a nossa capacidade de orientar a nossa vida na direcção do bem, ou seja, na procura de um sentido para as nossas vidas;
- **Trabalho**. O homem não pode querer chegar à verdade sem trabalho digno. Poderemos discutir tipos de trabalho, mas é na sua

base que deverá centrar-se a vida de um Maçon;

- **Fidelidade.** Se atentarmos na origem desta palavra, ela vem do latim *fidelis*, que significa uma atitude de quem é fiel, de quem tem compromisso com aquilo que assume e, nós assumimos a Maçonaria. Mas, Fidelidade é mais do que isso, é uma característica daquele que é leal, que é confiável, honesto e verdadeiro.

E, finalmente, a

- **Fraternidade.** Esta é fundamental, desde logo porque a Maçonaria é uma fraternidade iniciática que tem por fundamento a fé em Deus, Grande Arquitecto do Universo. Na realidade, trilhamos caminhos individuais, embora feitos em fraternidade. Aceitamos o outro e contribuimos para a felicidade do outro na fraternidade.

Enunciados os princípios que nos podem fazer chegar à verdade, é necessário dizer que esta verdade só prevalecerá se for inspirada pelo Amor. A maioria de nós funciona mais no plano físico do que no plano mental ou moral. É aqui que um Maçon deverá fazer a diferença.

Toda a Maçonaria é trabalho e este destina-se a desenvolver a natureza moral e espiritual.

Quando os homens procuram dentro de si a Luz, a Verdade e a Compreensão, dão o primeiro passo para a Liberdade. O segundo passo será quando descobrirem a força do Amor e da vontade que os levará à sua realização e perfeição. E, então, já estaremos muito próximos da imortalidade.

Pedro Carvalho Sousa, 18º



A consciência moral estará associada às experiências relacionais desde a nossa mais tenra idade, e exprime a interiorização das protecções, das proibições, das sanções, dos julgamentos e dos valores que ajustam socialmente as condutas humanas.

O conceito de consciência é entendido em três vertentes: a moral, a metafísica e a psicológica

A consciência moral é o lugar psíquico de referência aos sentimentos de estima por si próprio, de valorização, de culpabilidade, de humilhação, mas também de reparação.

Os seres humanos são seres sociáveis por natureza, e a busca da perfeição só pode acontecer na sua relação com os outros.

Portanto, existe a necessidade das relações intersubjectivas como parte essencial do desempenho humano na sua inclinação para se associar, porque no estado de sociedade se sente mais homem, ou seja, sente-se protegido e confortável com as suas inclinações naturais.

O mesmo se passa comigo, na nossa Augusta Ordem.

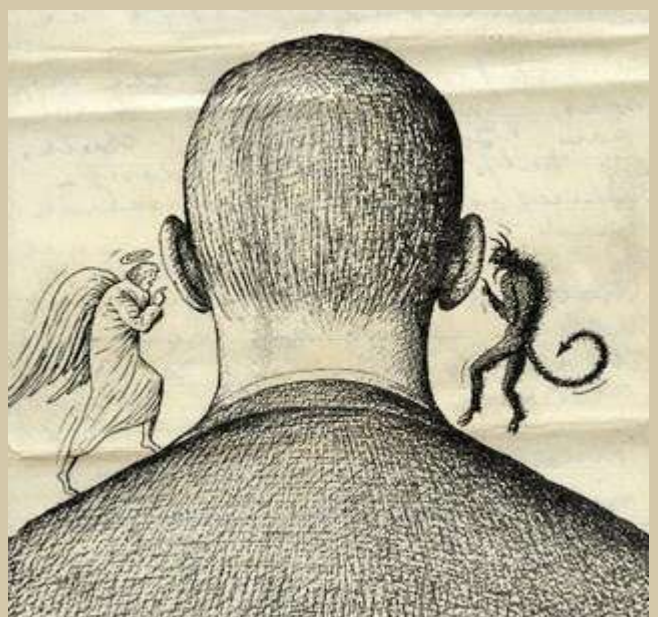
Desta forma, existe uma relação de homem para homem, graças à qual, cada um se sente vinculado ao outro, para a paz, para a amizade e para a solidarie-

berdade da igualdade e da fraternidade, tão ou mais importantes, como os que acabei de referir.

A missão social do homem não consiste em fomentar anti-valores como a intolerância, o individualismo, o egoísmo e o domínio em qualquer das suas formas, mas sim, assumir os grandes problemas da humanidade, como se fossem os nossos próprios problemas.

Um princípio supremo que seja formulado de modo imperativo e categórico para a vontade dos homens deve promover a sua natureza de ser racional e moral, isto é, a sua humanidade como um fim em si mesmo, e nunca, como um meio para realizar qualquer objectivo exterior a esta natureza. Deste modo, o princípio subjectivo do agir, é simultaneamente um princípio objectivo. Na minha opinião, uma das melhores afirmações de Immanuel Kant, espelha isso mesmo e passo a citá-la:

“Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na de qualquer outro, sempre simultaneamente como um fim e nunca simplesmente como um meio”.



O homem íntegro ou inteiro, poderá ser comparado a uma escultura, de onde não se pode retirar sequer uma pequeníssima parte que seja, sem correr o risco de perder a sua harmonia de conjunto.

Por sua vez, a moral permite-nos apreciar a diferença entre o bem e o mal e garante o exercício do livre arbítrio.

Deste modo, pode entender-se por moral qualquer conjunto de regras, valores, proibições e tabus que são apresentados, diria mesmo impostos aos seres humanos, nos dias de hoje, pelos costumes sociais, políticos, religiosos e ideológicos.

A Maçonaria foi a primeira entidade em que a fé individual foi utilizada como instrumento de integração, e não como combustível para sangrentas guerras, provando que todos somos filhos do mesmo Criador, ou seja, Irmãos.

O homem procura valores e virtudes relacionadas com actividades espirituais para o enriquecimento da sua alma, não só na sua vida terrena, mas também para depois da morte física.

A espiritualidade humana é o fortalecimento da alma como sede principal, em cujo terreno crescem a liberdade e a responsabilidade, as obrigações morais, a virtude desinteressada, a justiça, o amor e a consciência de um Deus bondoso e activo, que constitui um modelo para a humanidade.

O aumento da espiritualidade fomenta-se na realização de causas boas e nobres. Assim como na disposição de estar em comunhão com o divino, o eterno, o justo e o perfeito.

O sentido metafísico leva a que o ser humano se conheça a si próprio numa visão interior.

Já nos séculos XVII e XVIII, emerge o sentido psicológico, em que o espírito se define pela consciência, como instrumento não equívoco, tanto do conhecimento do mundo, como de si mesmo e acessível pela introspecção.

A Maçonaria foi a primeira entidade em que a fé individual foi utilizada como instrumento de integração, e não como combustível para sangrentas guerras, provando que todos somos filhos do mesmo Criador, ou seja, Irmãos.

Podemos então viver realmente como tal, independentemente da religião a que pertencamos.

A Maçonaria não se esgota nestes princípios, mas considero ser esta a estrutura para o meu crescimento como Maçon e como Homem.

Gostaria de partilhar uma data que a todos nos diz muito, e que tem para mim um significado muito especial, que é o dia 10 de Dezembro de 1948.

Nesta data foi proclamada, em Paris, a declaração Universal Dos Direitos do Homem revelando que o nosso trabalho como Maçons não foi, e não é em vão.

José Montezo, 14º

A Influência do Passado no Presente e no Futuro

“*Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado*”, dizia e bem George Orwell, veterano da Guerra Civil Espanhola, onde presenciou sangrenta feira de ódios, vaidades, mentiras, soberba, traição e tiranias sucessivas da qual apenas resultou a robustez da ditadura de coração empedernido e a sofisticação barbárica das espadas dos Cavaleiros alados das Trevas.

Pervasivos provaram ser os “Protocolos dos Sábios de Sião”, a libertação soviética do Báltico, as teorias da conspiração judaico-maçónica-comunista internacional, libelos de sangue, ataques no Golfo de Tonkin, e outros artefactos provindos da mais proficua imaginação da Gestapo, NKVD, CIA e demais escolas da perfídia.

Escreve-se a História, rasurando e queimando a palavra escrita, imolando o papel, e desfigurando templos e monumentos, e, holisticamente, manobras articuladas como a “Revolução Cultural”. Pela cura da exposição em monumentos, revisão de caneta azul, e pela sabotagem administrativa dos órgãos de comunicação. Hipólito José da Costa foi um precursor do jornalismo, e fortemente perseguido pela inovação na distribuição de informação, e pertença à Ordem.

Já se viu como a memória colectiva pode ser apagada pelo sangramento, exterminando-se fisicamente vozes como os cantores de folclore ucranianos, e na sua máxima escala, genocídio por limpeza étnica.

Aqueles que querem polir pedras lasca-

das resultantes do trabalho sem arte, e previamente usadas para construir os seus templos débeis, atacam as pranchas arquetónicas, e substituem no papel os inúteis e perigosos blocos. Assim, os templos e seus mestres parecem fórmulas de sucesso. Comportamento patente nos negacionistas de genocídio e horrores. Criar causas falsas para validar realidades presentes, como lendas retroativas de William Wallace, e delas derivar material político para enviesar processos democráticos, é um epíteto da “falácia”.

A Trilogia do “*Regresso ao Futuro*” apresenta simulações de como minúsculas descontinuidades do Espaço-Temporal podem induzir rumos material e moralmente opostos.

Cabe-nos a nós Maçons lutar para manter o Universo a salvo destas distorções. Em primeiro lugar, sendo verdadeiros connosco próprios e com a Ordem. Cumprindo de maneira livre os preceitos de aprendizagem ao longo dos graus. Assimilando os ensinamentos, deveres e responsabilidades: Justiça, Intervenção, Liderança, procura do Conhecimento Científico, promoção da Resiliência a dogmas agrilhoadores. Construindo o conhecimento em observância dos *Landmarks*, da regularidade, agindo na sociedade e ajudando os irmãos, é o método para transitarmos para um futuro o mais justo e perfeito possível.

É preciso a lucidez e honestidade de olhar para o passado para poder compreendê-lo. A repetição de palavras de outrora, alegorias e fábulas, necessita iluminação para que o seu valor intrínseco se perca na avidez pelo axiomático. Gente culta foi capitalizando nos ensinamentos de outros povos, que aportaram ideias e conceitos diferentes.

Reza mais a História grega acerca dos

asiáticos Masságetas e Citas, do que pelas suas terras se registou, mas foi a observação do Sol que permitiu posicioná-los geograficamente. Tal como a maçonaria se volta para o Oriente, muitos estudiosos se interessaram pelo papel espiritual (e religioso) que aquela estrela podia desempenhar, alinhando as suas crenças e etnicidade em seu redor.

Baco, versão romana da divindade Dionísio, é ainda hoje popularmente conhecido, como o Deus do Vinho. E do amoral bacanal. Aplauda-se que é uma



referência histórica essencial à cultura do povo português, com matriz ancestral romana.

Segundo investigou e concluiu Hipólito José da Costa, uns cidadãos gregos da antiguidade emigraram para Biblos, perto da atual Beirute, e deram origem aos Jónicos. Criaram a sociedade dos Artífices Dionisíacos, com o propósito da construção de edifícios. Dionísio era também Deus do Teatro, e estes Artífices eram conhecidos por organizar fes-

tividades dionísias. E também pela caridade.

Aponta Costa que Hiram, ao construir o Templo para Salomão, teria obtido da parte do Rei de Tiro homens qualificados na arte da construção. Entre os estrangeiros haveria mestres oriundos de Biblos e traços de estilo grego no Templo. Alguma influência teológica grega na Judeia poderá ter havido.

O traço de princípios maçónicos na Humanidade poderá ser mais alongado no tempo do que ficou escrito. Olharmos para o passado e o tentarmos compreender, permite que nos aperfeiçoemos de maneira sustentável.

Bibliografia:

Costa, H. J. (1820). *Dionysian Artificers*.

Camino, R.D. (1999). *Rito Escocês Antigo e Aceito Loja de Perfeição (Graus 1º ao 33º)*. 2ª Edição. ISBN 85-85505-65-6.

Clausen. (s/d). *Grande Pontífice ou Sublime Escocês*.

Orwell, G., 1984, Companhia das Letras, 2009.

Pike, A. (s/d). *Conselho Kadosh, Grande pontífice ou (sublime escocês). Moral e Dogma. Tradução de João de Oliveira e Silva (33º)*.

SCG33 (2022). *Ritual do grau 18*.

SCG33 (2022). *Ritual do grau 19*.

José Luís Freitas, 21º

Acerca do R.E.A.A.

Vem este texto à laia de reflexões de um apaixonado pelo R.:E.:A.:A.:, e pela forma como o mesmo visa a acção sobre o mundo, através – apenas – da acção sobre cada um dos Ilr.: inspirando-os nos seus quotidianos, nas coisas simples e nas complexas. Tal como nas palavras de Vinicius (“O Poeta”), tornando-me *“cheio de amor para as coisas da vida e cheio de respeito para as coisas da morte”*¹

“A Maçonaria não é especulativa, nem teórica, mas experimental”.

*Albert Pike*²

Não há maçons que não são maçons. E há seguramente maçons que ainda resistem à experiência de sentir a maçonaria, fazendo desta um mero clube de encontros, procurando o favor, a satisfação de vaidades ou importância imaginada, ou apenas o suporte de amigos que não encontram de outra forma. A Maçonaria, e o R.:E.:A.:A.: muito particularmente, é muito mais, e está além de todas essas coisas.

O nosso tão amado R.:E.:A.:A.: é um conjunto de graus organizado de forma sistemática e intencionalmente provocatória da inteligência e ousadia de Homens maduros que fizeram a escolha consciente de adoptar este sistema como um modo de vida. Uma segunda pele.

Os graus maçónicos, e muito especialmente o sistema concebido pelo R.:

-são intencional e progressiva de profundas lições e valores morais, mas mais ainda, de compromissos, com um propósito que, se bem trabalhado, começa, ao longo do seu curso, a aparecer com evidência. Basta ler – mesmo apenas isso e de forma seguida – as fórmulas dos juramentos prestados em cada um dos graus ministrados pelo S.:C.:. É frequente os críticos deste Rito (que seguramente nunca o cursaram ou, se o fizeram, certamente nunca o compreenderam!) afirmarem que há graus que “obrigam” a certa confissão religiosa. Surge este debate frequentemente no Grau 18. Certamente que quem cair nesse logro (ele próprio um teste à firmeza dos princípios ministrados até então), percebeu mal – e deverá visitar! – os 17 graus anteriores. R.:E.:A.:A.: opera sob a base sólida e rochosa da inteligência e liberdade humanas. Este rito opera sobre os sentidos (criando notáveis impressões inesquecíveis!), mas também sobre o espírito, a sagacidade e a inteligência.

O R.:E.:A.:A.: não nos fala da temperatura das águas. Diz-nos para mergulhar nelas e descobrir.

Não nos fala do vento, como um contador de histórias, escondido no conforto do interior de uma casa sem nome. Diz-nos para sair e conhecer o mundo. Diz-nos para viver. Para amar e ser amado, aprender, ensinar, sorrir e chorar quando for o caso, para experimentar as alegrias e as felicidades. No fundo, para viver. Não para falar da vida.

E, no fim – como fazemos no Gr18 – para voltar à nossa casa, partilhar as alegrias e experiências da vida com os demais II. e convidá-los novamente a sair e fazer todas aquelas coisas, com o que tenham aprendido com os demais. A dar de si aos demais. E para dar é preciso ter. É preciso ser!

O R.:E.:A.:A.: não nos fala da temperatura das águas. Diz-nos para mergulhar nelas e descobrir.

O R.:E.:A.:A.: opera muito além do literal (sem o esquecer). Não visa experiências místicas ou sacerdotais, nem tão pouco epifanias de tipo religioso. Visa experiências humanas, tangíveis, mensuráveis. Experimentais. Visa influenciar o trabalhador dedicado, o marido, o pai, o companheiro, o amigo, o titular de qualquer tipo de ofício, o filho, o Homem... Na certeza de que nenhum de nós é apenas Santo nem Pecador.

Estes compromissos, os juramentos que prestamos progressivamente, não são mais grupais (“nós o juramos”), mas sim íntimos e individuais (“eu o juro”). É um compromisso de cada Homem consigo mesmo. E de cada um, consigo, perante os demais que, consigo mesmos, assumem igual compromisso.

Este caminho é solitário, mas não tem de ser feito sozinho.

É por isso particularmente bonito e notável, ver Ilr.: que começaram esta caminhada na companhia uns dos outros, e assim continuam, sempre ani-

mados pelo mesmo espírito de amizade, e compromisso, liberdade e experiência. Consigo e com os demais.

Chegados a este ponto na nossa caminhada, podemos talvez evocar um sentido, uma direcção, para o R.:E.:A.:A.:. Tem por objecto a VIDA.

A morte surge como a evocação, evidência e inevitabilidade que torna toda a vida ainda mais bela. O R.:E.:A.:A.: visa, arrisco-me a dizê-lo, que os seus membros não se esqueçam de viver bem. Intensamente. Justamente. Que sejam mais que o Poeta. Que façam das suas vidas o próprio Poema (como bem dizia o Mestre Agostinho da Silva).³

Como dizia T.S. Eliot, “*The life is very long*”.⁴

Parece sempre insólito ouvir alguém, como eu, aos 46 anos dizer isto.

Parece quase bizarro, ou exótico, dizer-se que “*a Vida é muito longa*”.

Toda a gente desespera com a certeza da Morte. Com o medo (natural em espécies conscientes da sua finitude) do dia do inevitável fim desta experiência humana, que tão mal somos capazes de compreender.

Mas deixo aqui uma ideia, evocada pela experiência dos nossos Rituais, e pelas belas e sôfregas palavras de Eliot.

A “Vida” de que fala pode perfeitamente não ser a “minha”, do “outro”, ou de qualquer coisa viva e que, portanto, nasceu e, inevitavelmente, morrerá um dia.

E se, digo eu, a “Vida” for “toda a Vida”?

A Vida como um todo. Como um suspiro divino que animou um rochedo, de outra forma inanimado, e se difundiu por todas as formas, todas as espécies, antes, agora e adiante. Como que um manto que cobriu a Terra e tem continuado a animá-la, em todos os tempos, sob todas as formas. Como se fosse um único SER, intemporal, contínuo, com todas as formas e não limitado a qualquer delas.

Visto assim, a VIDA é realmente longa.

Pouco importa – se não em que devemos aproveitá-la e honrá-la como preciosa? – a “minha” vida ou a de uma coisa viva. Visto assim, somos todos o mesmo.

Os que vieram, os que estão, e os que virão!

Teria, pois, seguramente assim razão Eliot. “*Life is very long*”. E a sua afirmação seria não já a de um homem amargurado, mas a de alguém que compreendeu o regresso à “casa da Vida”.

O R.:E.:A.:A.: aborda tantas vezes a ideia da impermanência. Da Vida como passageira e preciosa. Do dever de a viver bem, e de fazer do nosso último suspiro, não um vale de lágrimas, mas um hino à Vida. Um exemplo para que os que continuam o que deixámos, se sintam inspirados.

Uma cadeia de união inquebrável – mesmo pela aparência da morte – de todas as coisas vivas, de todas as espécies, de todos os tempos...

Esta é também uma ideia poderosa do R.:E.:A.:A.:, que guardo carinhosamente no coração.

Os humanos afirmam-se vulgarmente como a espécie mais sofisticada e dominante sobre o planeta Terra.

Tal visão, especialmente no sec XXI da dita “era comum”, revela talvez pouca reflexão ou, no limite, uma imprudência e arrogância incompatíveis com a maturidade de alguém suficientemente informado. Talvez continuemos presos ao antropocentrismo...

Os humanos são apenas mais uma espécie animal sob o nosso planeta. Dentro do reino animal, pertencemos à classe dos mamíferos e, dentro desta, à ordem dos primatas.

Habitamos um planeta, entre muitos, em órbita de uma estrela relativamente vulgar, entre triliões, de uma galáxia relativamente vulgar, entre triliões de galáxias, em algo cujo início não compreendemos e sobre cujo fim apenas especulamos...

Em cada humano adulto, estima-se que habitem cerca de 39 biliões de bactérias e vírus! Somos na verdade colónias individuais (“biomos”).⁵

Estes pensamentos afrontam directamente o que parece continuar a ser a nossa certeza humana de que ocupamos um lugar especial e único no Cosmos.

E, no entanto, ocupamos um pálido ponto azul (como dizia com suma beleza C. Sagan).⁶

O único lugar em que conhecemos a existência de humanos e de vida. Toda a história, imperadores, tiranos e heróis, jovens e velhos, pais e filhos, casais apaixonados. Toda a arte, ciência e

conhecimento, toda a música e experiência, todas as pessoas que existiram, viveram aqui as suas vidas...

Não é possível não sentir a beleza da profundidade desta ideia.

Assim a Vida procura, sabemos-lo, a sua perpetuidade. A sua continuação.

E é também este o trabalho do R.:E.:A.:A.: .

Por isso dedicamos os nossos esforços a algo maior que a nossa própria existência

* * *

Fui pela primeira vez pai em Novembro de 2021, aos 45 anos.

O interessante deste facto é que, ao contrário de outros tempos, já se percebe, com esta idade, que não vamos viver para sempre. Não só já não se pensa viver para sempre, como se tem a certeza de que o fim desta experiência apenas se aproxima.

Isso não lhe tira beleza. Pelo contrário.

No fundo, o R.:E.:A.:A.: trabalha sobre os “extremos intangíveis”, em que vive o homem apaixonado pela vida e que respeita a morte.

E assim, os graus maçónicos, e este Gr33 muito em particular, não representam uma “honraria”, uma “decoração”, uma “distinção” ou um vulgar distintivo para exibição de vaidades de qualquer tipo.

O Grau 33 representa, quanto a mim, antes do que quer que seja, uma incumbência. Um absoluto dever de se dedicar a ser um hino à vida. E a beleza desta instituição, que proporciona tão bonita experiência, merece ser

preservada e passada à geração seguinte. É nosso dever íntimo – creio – levar a outros este amor à vida, sem temor, e com respeito à Morte.

Costumo dizer que os Graus conferidos no R.:E.:A.:A.: não são “altos”, nem “pra cima” (nem “pra baixo” nem “pro lado”). O R.:E.:A.:A.: confere graus PARA DENTRO.

Para dentro de cada um dos que os recebe. E essa profundidade é íntima, única, apenas se conhece pela exploração e experimentação individual e com os limites, experiência única e intransmissível de cada um.

E também nesse sentido o R.:E.:A.:A.: é profundamente universal. Não ocupa – e pelo contrário protege como SacroSanto – o espaço da espiritualidade.

A ideia de Deus é a Luz nesse caminho (“*Spes mea in Deo est*”)

Mas o mesmo é APENAS de cada qual. A sua liberdade é INVOLÁVEL.

E assim assumimos o princípio ÚNICO E INQUEBRÁVEL do R.:E.:A.:A.: (“*Deus Meumque Jus*”).

Notas:

- 1- “O Poeta” de Vinicius de Moraes, Rio de Janeiro, 1933 ; <https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-poeta-1>
- 2- “Morals&Dogma of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry”, https://archive.org/stream/PikeAlbertMoralsAndDogmaOffreemasonryEN1871575P./Pike%2C%20Albert%20-%20Morals%20and%20Dogma%20of%20Freemasonry%2028EN%2C%201871%2C%20575%20p.%29_djvu.txt
- 3- <https://aviagemdosargonautas.net/2014/04/16/celebrando-agostinho-da-silva-9-por-alvaro-jose-ferreira/>
- 4- T.S. Eliot, “The Hollow Men”, 1925 <https://www.d.umn.edu/~tbacig/cst1010/chs/eliot.html>
- 5- <https://www.sciencefocus.com/the-human-body/human-microbiome/>

Pedro Hilário, 33º

Serpente de Bronze

Condenado a procurar a palavra perdida depois de ter sucumbido à sedução da serpente enrolada na árvore, a minha humanidade despontou e iniciou o caminho do deserto, buscando aqui e ali, aqui é além, debaixo das mais variadas pedras, algumas verdades que me alimentassem, alguma luz que me orientasse, algum refúgio que me confortasse.

Inúmeras vezes estão serpentes debaixo dessas pedras. Quanto mais conforto verídico encontro, mais o veneno penetra.

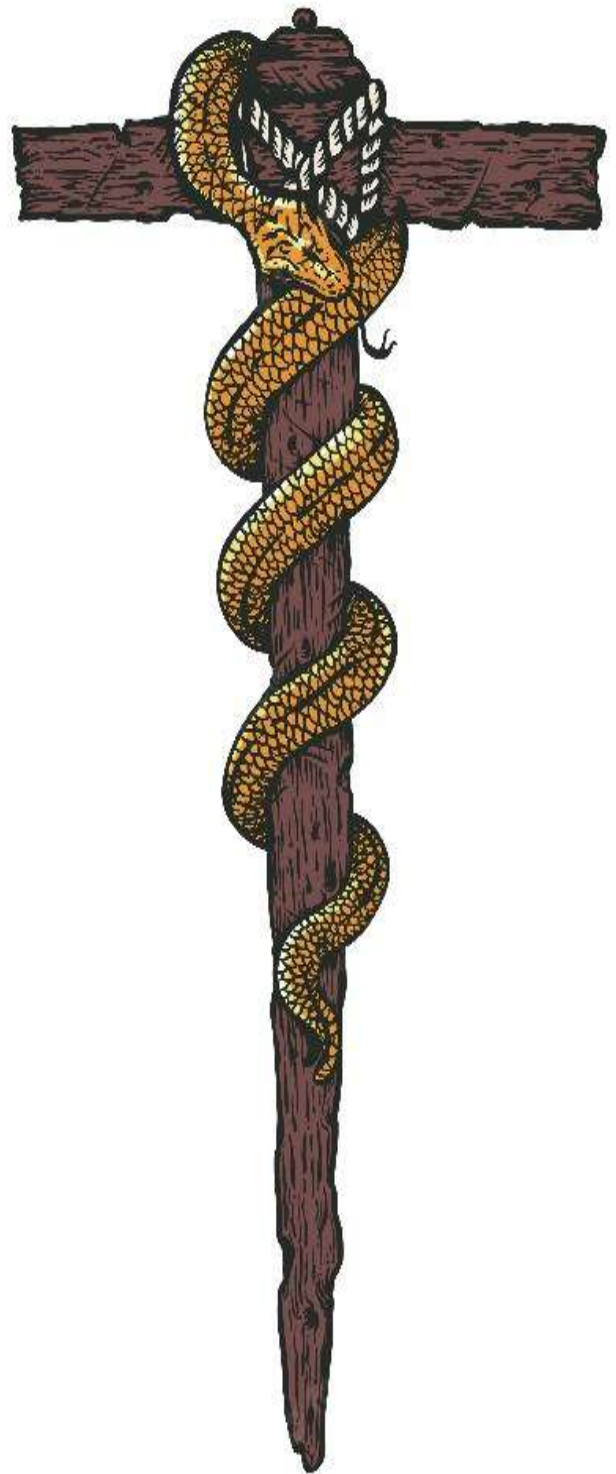
Em cada momento de conforto desponta um oceano de incerteza, de dúvida, de intoxicação.

Em desespero, subjugado pela verdade cristalina da minha ignorância, encontro a serpente graciosa da humildade. Esta não me envenena, não me tolhe os movimentos, não me inebria, não me ilude, não me induz em erro. Desperta-me e vejo um tronco ascendente onde esta serpente, na sua graciosidade, parece transmutar-se vezes sem fim. A pele que se desprende tem várias cores, vários golpes, inúmeras fissuras.

Mostra-me a minha vida e tão só me seduz para a sua nova essência-aderir àquele tronco, qual coluna, numa demanda árdua mas sadia do caminho justo e perfeito onde encon-

encontrarei o Pai que a todos ama e a todos abraça no dizer de Schiller. Para lá do firmamento reside o GADU.

António Saiote, 28º



A Justiça Humana e a Justiça Divina versus Justiça Maçónica

O tema da Justiça é abordado, insistentemente nos Rituais dos diferentes graus maçónicos do R.:E.:A.:A.: sendo deveras revelador da sua importância na formação do carácter de qualquer iniciado.

A Justiça faz parte das quatro virtudes cardeais, em conjunto com a Prudência (L: *prudencia*; Gr: *fronesis*), que significa a sabedoria prática, a Temperança (L: *temperantia*; Gr: *sofrosone*), que significa o autocontrolo, ou a moderação e a Fortaleza (L: *fortitude*; Gr: *andraia*); que é sinónimo de coragem. A Justiça (L: *iustitia*; Gr: *dikaio-sune*) significa um sentido de consciência moral elevado, englobando as outras virtudes anteriores.

Todo o ser humano, com plena consciência, tem uma noção de justiça, estando esta interligada com a perspectiva que cada indivíduo tem do mundo e com a relação de causa e consequência que consegue estabelecer. A Justiça é uma característica humana básica não sendo plausível que alguém possa não ter acesso a esse foro.

Geralmente quando se fala em Justiça, é comum ocorrerem-nos os célebres conceitos formulados pelos filósofos gregos. No entanto, pode sustentar-se que as mais primitivas percepções de Justiça constam de eventos clássicos narrados nas Sagradas Escrituras, como se pode aferir em duas breves pas-

sagens.

Em *Génesis* 18:25, quando Abraão pede a Deus que, em Sodoma, não deixe fenecer os bons juntamente com os maus, Deus responde: “*Não irá o próprio juiz de toda a terra agir com Justiça?*”. Depreende-se daqui que um dos primeiros conceitos de Justiça é permitir que os maus pereçam, em decorrência dos seus pecados, e os bons, como fruto da sua rectidão, sejam salvos da morte. Trata-se aqui da Justiça Divina.

Por outro lado, representando a Justiça Humana, São Mateus relata o momento em que Pôncio Pilatos condenou Jesus a morrer na cruz, não obstante não ter visto nele culpa alguma. “*Então Pilatos, vendo que nada aproveitava, antes o tumulto crescia, tomando água, lavou as mãos diante da multidão, dizendo: Estou inocente do sangue deste justo. Considerai isso.*” (*Mateus* 27:24). Lavando as mãos, Pilatos julgou e selou a justiça tão reclamada pelos hebreus.

A afamada definição de justiça, atribuída à sabedoria grega, de conceder a cada um aquilo que é seu, é porventura considerada ineficiente porque o ponto decisivo, o que é que cada um pode realmente considerar como seu, parece nunca ter resposta.

Por sua vez, o princípio da retaliação, encontrado no *Código de Hammurabi*, instituído no reino da Babilónia (1780 a.C.), declara que o bem se paga com o bem e o mal com o mal, ou seja, a máxima *do olho por olho, dente por dente*. Neste contexto, a resposta à

questão, o que é o bem e o que é o mal, deve ser tida como evidente, embora tal não tenha ocorrido em todos os povos em épocas distintas.

A justiça, na Grécia pré-socrática, era vista como ordem natural a que o homem deveria submeter-se, pretendendo-se que, como em Protágoras, seja “*a medida de todas as coisas*”. A injustiça, por sua vez, seria a inversão da ordem pela subjectividade ou particularidade do indivíduo.

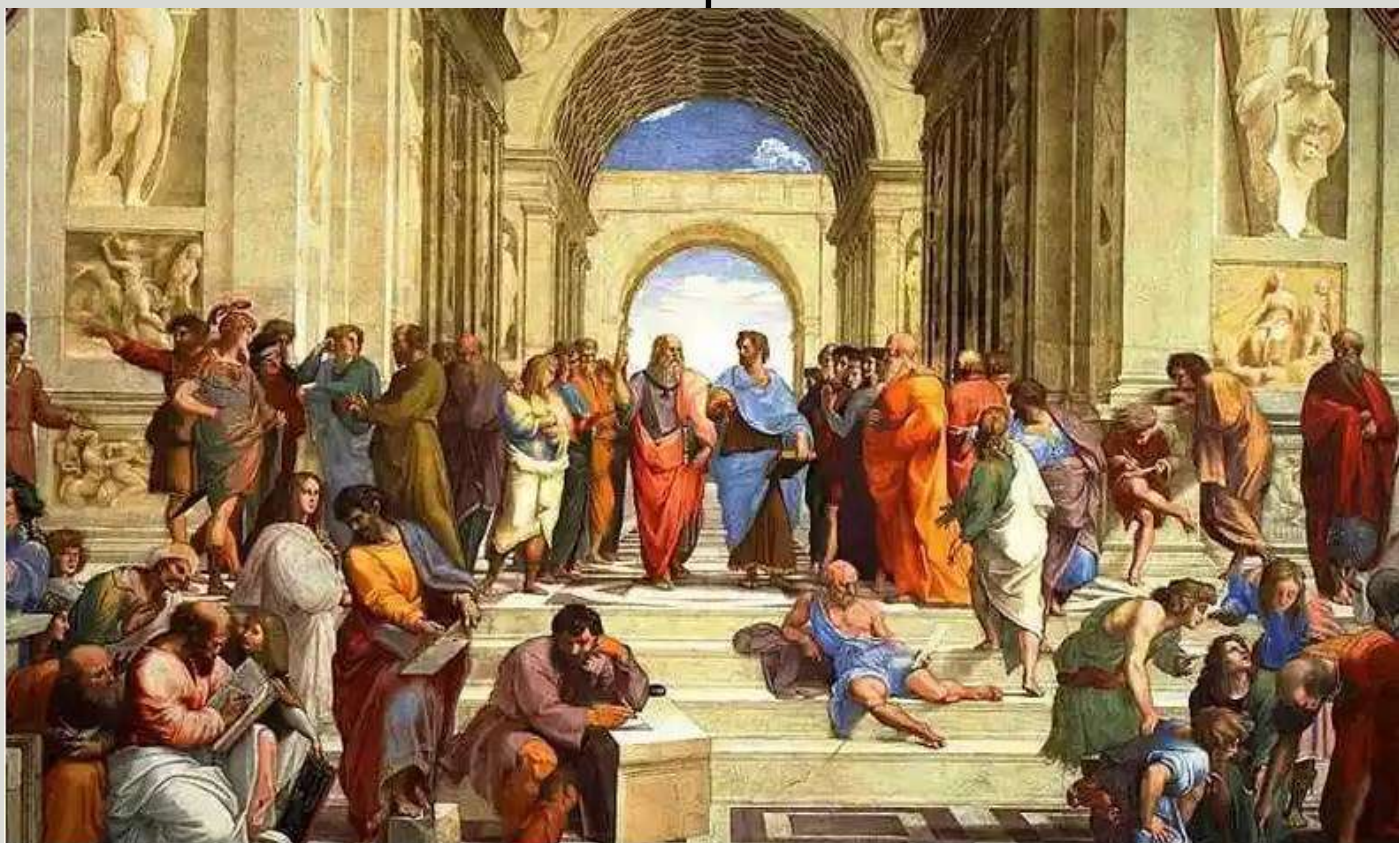
Sócrates rompeu a ordem da *polis*, dando lugar a uma nova ordem que seria proposta por Platão. O pensamento platónico introduziu a ideia de justiça como igualdade, levando-a a uma dupla concepção. A justiça como ideia (metafísica) e a justiça como virtude (ética), a praticada individualmente.

Utilizando o “mito da caverna”, Platão afirmou que só conhece a justiça a-

quele que é justo. Agir com justiça, significava, para Platão, descartar o egoísmo e agir reconhecendo a igualdade do direito do outro. Por considerar o outro, a justiça passa a ser vista como a maior das virtudes, uma vez que é objectiva e a única que se liga ao Estado, ao contrário das outras virtudes, Sabedoria, Temperança e Coragem, que são subjectivas.

A partir de Sócrates, viver com justiça já não é apenas viver de acordo com as leis da *polis*, mas procurar o justo além da lei e do costume. Justiça não é agir de acordo com a legislação; ela deve ser a base da legislação. As leis são justas porque foram estabelecidas por pessoas que praticam a virtude da justiça e, por isso, contemplam a própria ideia de justiça.

A justiça, na concepção platónica, tem um carácter universal, porque é harmonia, é ordem. Ela é mais estimulada



para dar do que pra receber, enquanto o cidadão se disponibiliza com as suas aptidões ao serviço da sociedade, recebe dela uma função para desempenhar.

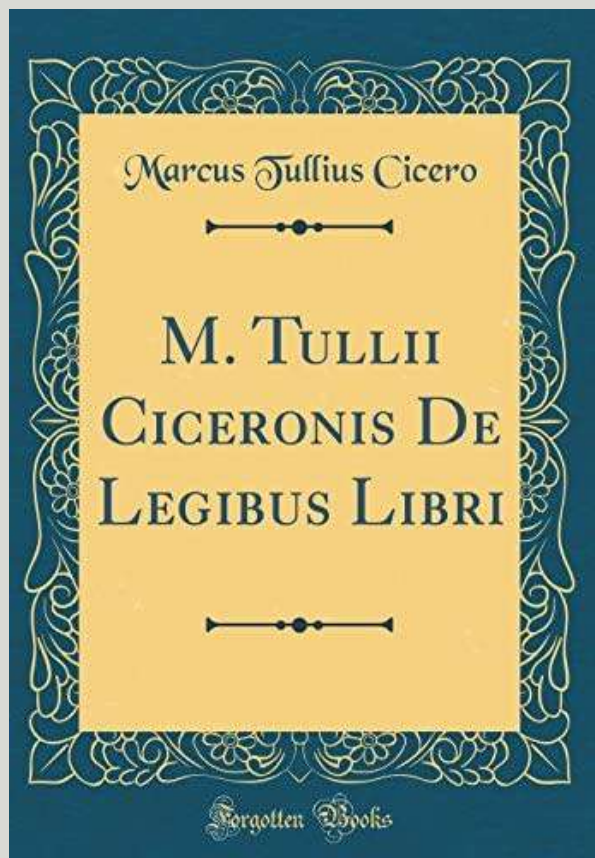
Aristóteles colocou o conceito de felicidade como ponto central da sua ética. O homem deve atingir a felicidade, principal fundamento da vida moral, e considerou dois tipos de justiça. A universal, que é a observância da lei (virtude universal) e a particular, que é o hábito de realizar a igualdade (virtude particular).

A justiça é uma virtude que só pode ser praticada em relação ao outro, conscientemente, para chegar à igualdade ou à observância das leis, tendo como fim último o bem comum, ou seja a felicidade da *polis*. O bem comum é alcançado na política. O bem supremo, a felicidade na comunidade dá-se com a realização do bem político, que é a justiça. *“aos iguais deve corresponder sempre algo igual”* (Política). *“justo é o que beneficia a comunidade”* (Ética a Nicómaco).

A Justiça é, para Aristóteles, a virtude que considera o outro como igual e, assim, pauta as suas acções por essa igualdade. Tal igualdade fundamental, que faz parte da essência do homem, não exclui alguma desigualdade nas qualidades que o homem possui designadamente *“se o injusto é o desigual, o justo será o igual, o que, ainda que sem prova, é evidente para todos”*.

Para Cícero, a *“lei natural é a reta razão, conforme a natureza, gravada*

em todos corações, imutável eterna” que se deve aplicar a todos os povos, em todas as épocas e que determina o objecto da justiça, que, também para Cícero, consiste em *“dar a cada um o que é seu”* (Cícero *De Legibus*).



Embora, quanto às leis e ao direito, Santo Agostinho tenha concordado com Cícero, confrontou-se com o problema de adaptar tais ideias à crença na existência de um Deus pessoal e criador. Todos os homens são iguais porque todos são filhos de Deus, eis a justiça divina. Mas eles serão tratados desigualmente, de acordo com o seu mérito, que consiste na observância da lei divina.

A igualdade absoluta e, portanto, a justiça perfeita, só existe na Cidade de Deus (reino do inteligível). Perante Deus, todo homem é servo. A Cidade dos Homens (reino do sensível), tem

que se submeter à Cidade de Deus, a sua finalidade é apenas a paz temporária, enquanto a Cidade de Deus objectiva a paz eterna, Deus.

Para Santo Agostinho a justiça é dar a cada um o que é seu, de acordo com a hierarquia da ordem natural criada por Deus. O corpo deve submeter-se à alma, a alma a Deus e as paixões à razão. Na ordem sobrenatural, a justiça consiste na observância da lei eterna que liga o homem a Deus e prescreve a sua submissão a Ele. Na ordem natural, a lei natural prescreve a harmonia do homem consigo mesmo, com o natural e com o sobrenatural.

A lei dos homens deve seguir a lei natural, razão de Deus por Ele ordenada. Todo o ser racional tem inscrita na sua alma a lei natural. O princípio de justiça natural é um princípio de equilíbrio entre o que se dá e o que é devido. A lei natural pretende que o homem alcance esse equilíbrio.

Quanto a São Tomás de Aquino também considera o homem imagem e semelhança de Deus. O Doutor Angélico baseou-se na *Ética a Nicómaco* para definir a justiça como virtude específica, “*o hábito pelo qual se fazem coisas justas*” e para afirmar ser ela a principal virtude moral, em função da sua sede estar na faculdade da alma chamada vontade e, portanto, próxima da razão.

Como definição de justiça, São Tomás incorporou a de Ulpiano. Justiça é uma “*vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito*”. A vontade

(como apetite racional) é o fundamento principal do acto justo, porque, se houver ignorância, não existirá acto voluntário.

Ademais, o direito é, para São Tomás, um meio real ou objectivo, porque encontra a igualdade ao dar algo ao outro, sendo que as outras virtudes puramente morais consideram a igualdade do ponto de vista das condições subjectivas daquele que executa a acção. São Tomás admitiu que se deva dar maior punição ao que injuria o príncipe do que àquele que injuria o particular. Foi a objectividade na avaliação da igualdade que o levou a tal conclusão.

Embora o direito, objecto da justiça, seja objectivo, ele não é o mesmo que a lei. A razão humana determina o que é o justo, antes que exista a lei. Esta regra vem da prudência que preexiste na razão da arte de legislar e, se for escrita, será transformada em lei. Quando a lei escrita estiver de acordo com a lei natural, que é a lei do ser racional que vem da lei eterna (vontade de Deus nas suas criaturas), ela determinará o que é o justo. Justo é o que é igual ou adequado ao outro. Os elementos essenciais da justiça são, então, o igual e o outro, ou seja, do devido ao outro.

Em São Tomás como em Santo Agostinho, vislumbra-se um conceito de vontade aproximado ao de Kant. Uma lei que venha de uma vontade pura será necessariamente justa, de acordo com a lei natural. A vontade não corrompida tem como objecto o bem

E não o mal.

Para Kant, o papel da nossa razão é o de formar uma boa vontade, porque nela está contida o desejo. O arbítrio, na medida em que determina em si mesmo os princípios puros, é designado livre-arbítrio e implica essa boa vontade. Uma vontade livre constituída por um arbítrio autónomo e pela liberdade da vontade, pois vontade livre e vontade submetida a leis morais são uma e a mesma coisa.

Kant, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, defende que só há autonomia numa acção que respeite a lei moral, *“age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”*.

Kant alude que deve haver uma identificação dos objectivos de outrem com os meus próprios, visto que o fim natural de todos os homens é a felicidade. Não contribuir para a realização desses fins significa ignorar a humanidade como fim em si mesma.

Na sociedade contemporânea permanece uma grande sensibilidade pela justiça. O Papa João XXIII, ao comentar a cultura contemporânea, admitiu uma pluralidade de significados, motivo pelo qual existe determinada desorganização. Afirmo o Sumo Pontífice *“a verdade é que os termos justiça”* e *“exigências da justiça”* continuam repetidamente a ser propalados, mas têm sentidos diversos para quem os difunde. Desta forma os apelos repetidos e apaixonados à justiça e às exi-

gências da justiça, longe de oferecerem possibilidades de contacto ou de entendimento, aumentam a discórdia, agravam as diferenças e tornam mais estimuladas as controversas.

João Paulo II denunciou, com frequência, que presentemente não existe paridade entre a exigência de justiça e a prática da mesma. Professava-se o amor à justiça, mas ela não é praticada. Prova disso é o ingente número de injustiças que se acumularam ao longo do século XX.

Na derradeira carta encíclica do pontificado de Bento XVI, *“Caritas in veritate”*, o Sumo Pontífice afirma que a caridade é a principal força para um verdadeiro e justo desenvolvimento da humanidade. É uma força extraordinária que impele as pessoas a comprometerem-se com coragem e generosidade no campo da justiça e da paz, na construção de uma sociedade justa e de um verdadeiro desenvolvimento humano integral.

Ao abordar o tema da justiça, Bento XVI retoma a definição clássica de *“dar a cada um o que lhe é de direito”*, mas imediatamente amplia e aprofunda o conceito ensinando que *“a caridade supera a justiça”*, porque amar é dar, oferecer ao outro o que é meu. Porém, a oferta do que é meu não pode substituir o direito próprio do outro em receber o que é seu por justiça.

A caridade significa, em primeiro lugar, reconhecer o direito do outro e fazer-lhe justiça. *“A justiça não só não é alheia à caridade, não só não é um*

é um caminho alternativo ou paralelo à caridade, mas é inseparável da caridade, é-lhe intrínseca". A justiça é o primeiro caminho da caridade. Se por um lado a caridade exige o cumprimento da justiça, no respeito pelos legítimos direitos das pessoas e dos povos, por outro, ela supera a justiça, completando-a com a lógica do dom e do perdão.

Bento XVI reforçou a fundamental ligação que deve haver entre ética da vida e ética social, denunciando a contradição de uma sociedade que afirma os valores da dignidade humana, justiça e paz, mas tolera e protagoniza as mais diversas formas de desprezo e violação da vida humana, sobretudo a que se encontra débil e marginalizada.

O Papa Francisco ao explicar como



se constrói a paz, citou o profeta Isaías: *"A obra da justiça será a paz"*, lema adoptado pelo Papa Pio XII. *"A paz é obra da justiça, uma justiça praticada e vivida"*, acrescentou o

Sumo Pontífice. O Novo Testamento ensina que o pleno cumprimento da justiça é amar o próximo como a si mesmo. *"A verdadeira justiça é fazer à pessoa, ao povo o que gostaria que fizessem a mim, ao meu povo"*, apontou o Papa Francisco, durante missa em Sarajevo, em 6 de Junho de 2015).

Por sua vez, não obstante, o entoar de apelos de imensas vozes e de uma vasta literatura conclamando pelo respeito à dignidade da pessoa humana e pela igualdade entre os seres humanos, não faltam aqueles que, movidos por uma pervertida razão, personalizam a economia de mercado e transformam o ser humano em utensílio político e económico. Assim, pode-se perscrutar o delito daqueles que, embora eleitos pelo voto directo, traem o povo que os

elegeu e sem qualquer pudor, usam as instituições públicas e o poder público, impondo-se como a única lei a vigorar sobre tudo e sobre todos, indiferentes às exigências intrínsecas ao ser humano porque impressas nele, pela lei natural, como parti-

cipação da lei eterna.

A justiça é um sentimento primário, o conceito de um comportamento ético que se encontra presente em todas as culturas, mas cuja extensão

e cujas concretas aplicações variam de povo para povo e de época para época. Mesmo uma criança protesta, de modo espontâneo, quando experimenta ser tratada injustamente. Convém sublinhar que a ideia de justiça acompanha o homem na sua história e adquire tonalidades e conteúdos distintos ao ritmo das sensibilidades da época.

A justiça constitui, em conjunto com a verdade e o bem, a trilogia dos grandes conceitos e realidades humanas. Pelo contrário, a injustiça constrói uma relação com a mentira e o mal. Por consequência, a otimização do ser humano e a preeminência da sociedade está no caminho da verdade, do bem e da justiça, assim como a existência e a convivência social perdem sentido, se tomarem o rumo do erro, do mal e da injustiça.

Por outro lado, os estudos maçónicos, a partir dos Graus Simbólicos, dedicam especial atenção ao tema da Justiça.

Nas mais diversas abordagens, sempre que ritualística ou doutrinariamente se refere a “Justiça”, assume-se um sentido de julgamento, de avaliação, de conduta e de tomada de decisão por parte do Maçon.

Ao ingressar durante a Cerimónia de Iniciação, o neófito já assume o compromisso, através de juramento, de defender e proteger os seus irmãos dispersos pelo mundo, em tudo que puder e for necessário e justo. Neste juramento já está assumindo o compromisso de julgar e fazer justiça.

Sobre a forma de fazer justiça, maravilhosos ensinamentos são ministrados nos nossos rituais, como o que estabelece que “*A sabedoria não está em castigar os erros, mas em procurar as causas e afastá-las*”. Tal ensinamento deixa bem claro que mais importante que a repressão é a prevenção.

Se avançarmos nos Graus Filosóficos, com fulcro na lenda da construção do Templo de Salomão, o Grau 7 – *Preboste ou Juiz*, dedica especial atenção ao tema Direito e Justiça. De entre tantos ensinamentos infere-se que:

As leis e regulamentos devem estar alicerçados em valores éticos e morais;

Em todo o julgamento deve ser assegurada a ampla defesa;

Devem ser apreciados os direitos e os deveres;

As decisões devem ser imparciais, sem serem tendenciosas, seja por amizade, seja por temor, seja por recompensa;

A justiça deve ser igual para todos;

A justiça maçónica atende também ao apelo, à consideração e ao perdão.

No que diz respeito ao Grau 31 – Grande Juiz Comendador - o Soberano Tribunal é um modelo evoluído do Tribunal Fémico, no qual se conservam os nomes de Franco-Conde e Franco-Juízes que existiam no tribunal Fémico. Sabemos que o Soberano Tribunal Maçónico se dedica exclusivamente à implantação da Justiça, pois para o Maçom o direito sobrepõe-se à lei. A esse propósito Montesquieu afirmou “*Sustentar*

que o direito não existe antes da lei, é o mesmo que pretender que, antes de traçar o círculo, todos os raios não sejam iguais."

Realmente, para a Maçonaria, particularmente no Grau 31 que concentra no essencial as funções judiciais, a Justiça é a verdade em ação. Quando os irmãos desse Grau se reúnem forma-se o Egrégio e Soberano Tribunal que se bate pela aplicação da Justiça e da Equidade, proscrevendo a injustiça e a iniquidade. No Egrégio Soberano Tribunal há símbolos de extraordinária grandeza, o maior dos quais é a estátua de Témis, a deusa da Justiça. Era a deusa-guardiã dos juramentos dos homens e da lei, sendo costumeiro invocá-la nos julgamentos perante os magistrados. Segundo algumas representações ela está de olhos vendados, o pé direito sobre o livro da precária lei dos homens, a balança na mão esquerda e a espada na mão direita. Noutras empunha a balança com que equilibra a razão com o julgamento, e/ou uma cornucópia, mas não é representada segurando uma espada. O seu nome significa "aquela que é posta, colocada". A sua justiça é perfeita porque é recta e equânime.

O Painel do Grau é expressivo e representa o "Julgamento de Osíris". O Deus egípcio julga o que morreu, absolvendo-o ou condenando-o.

O Corvo é um símbolo de grande significado na liturgia do grau, porque entre as aves é a de maior inteligên-

cia, prudência e memória. Para o Egrégio Tribunal o direito natural sobrepõe-se ao direito escrito, porque aquele é eterno e este é transitório. O conceito maçónico de Justiça é mais humano que o conceito Fémico. O Tribunal Fémico era duro e inflexível. Ao contrário, a justiça maçónica não exclui a caridade porque sabe que o rigor absoluto da lei pode conduzir à injustiça. O Egrégio e Soberano Tribunal só aceita como seus membros, homens limpos e puros, isentos de toda a mácula.



Deusa Themis

Ninguém penetra nos seus umbrais sem proferir esta confissão, que é um

sublime decálogo:

- *Senhor Deus dos Mundos,*
- *Não fui negligente, nem preguiçoso;*
- *Não cometi fraude contra os homens;*
- *Não persegui, nem atormentei os fracos;*
- *Não fui insensível à dor dos meus semelhantes;*
- *Não menti perante os tribunais;*
- *Não prevariquei*
- *Não produzi o mal conscientemente;*
- *Não desenrei a bandeira da minha Pátria;*
- *Não roubei;*
- *Não matei.*

Acresce ainda que as colunas J e E, significam a Justiça e a Equidade. Justiça é a verdade abstracta, mas uma atitude activa e construtora. Equidade é a Justiça natural, adstrita às contingências do indivíduo e dos factos.

A Investigação é a palavra-chave deste Egrégio Tribunal do Grau 31, motivo pelo qual é também conhecido por Comendador ou Inspector Inquisidor. Todo o indivíduo, e especialmente o Maçom, deve reflectir e fazer um exame próprio das actividades do dia, em espírito de oração e sobriamente. Os erros cometidos hoje devem ser evitados e corrigidos amanhã. Cada dia deve transmitir alguma luz como orientação para o nosso futuro. Então, conforme o tempo vai passando, o nosso carácter estará de tal maneira formado e fortalecido, que o mundo

pronunciará o seu julgamento e dirá instintivamente: *“Lá está um homem-bom, pois é um Maçom.”*

Quando se trata de julgar um irmão em face de um ilícito maçónico, sem repercussão na justiça profana, os critérios devem ser diferentes, sem considerar a máxima do Direito *“Dura Lex, Sede Lex”*, pois se houver arrependimento e o firme propósito de corrigir a sua conduta, o irmão deve ser auxiliado e não considerado um ser irrecuperável, que não merece outra oportunidade. O julgamento maçónico, diferentemente do que, em via de regra, acontece na justiça profana, é feito entre irmãos, entre pessoas que têm o compromisso de auxílio mútuo.

Na Maçonaria o exercício do poder de julgar e de aplicar penalidades deve ser exercido com muita serenidade, ponderação, equilíbrio, bom senso, tolerância e exacerbada responsabilidade, para não transformar a oportunidade de recuperar um homem num instrumento de revolta e desencanto.

Ao entrarmos para a Maçonaria, todos temos o compromisso assumido de socorrer os irmãos nas suas aflições e necessidades, de os encaminhar na senda da virtude, de os desviar da prática do mal e de os estimular a fazerem o bem, dando exemplo de tolerância, de justiça e de respeito pela liberdade de cada um.

O julgador, para praticar a justiça, além de apreciar as provas cabais e irrefutáveis da autoria do ilícito ou

da infracção, deve saber analisar as circunstâncias em que o acto aconteceu, se não há nenhuma exclusão de ilicitude, se o facto sucedeu por negligência, imprudência ou desconhecimento. Deve, ainda, caracterizar bem a autoria e o dolo, saber avaliar o estado psicológico e emocional do autor, conhecer a sua vida passada e o seu histórico na vida maçónica.



Para finalizar estas breves considerações sobre a Justiça Maçónica, não deixamos de fazer alusão ao que reiteradamente temos ouvido e com o qual concordamos: *“O verdadeiro Maçon não se conhece pelos sinais, toques e palavras, mas pela sua conduta, pela sua reputação dentro e fora da Maçonaria”*.

Nesses termos, não basta sermos bons maçons dentro das nossas lo-

O verdadeiro Maçon não se conhece pelos sinais, toques e palavras, mas pela sua conduta, pela sua reputação dentro e fora da Maçonaria”.

jas ou no exercício dos compromi-

sos maçónicos; é fundamental levarmos estes ensinamentos para as nossas actividades profanas. O nosso compromisso maior é tornar feliz a humanidade, com demonstrações de amor, sem ser omisso; de tolerância, sem ser conivente, de respeito ao livre arbítrio de cada um, dentro dos limites impostos pelos direitos e deveres constantes das regras de convivência social.

Julgar e fazer justiça no mundo profano não é responsabilidade exclusiva de juízes, magistrados do Ministério Público, advogados, militares e policiaes, é uma tarefa que exercitamos com frequência, seja como pais de família, seja como chefes, directores ou empresários, etc.

Nesse sentido todos devemos interiorizar e assimilar os ensinamentos maçónicos, bem como colocá-los em prática nas nossas vidas, pois só assim estaremos sendo verdadeiramente maçons.

David Martins de Oliveira, 31º



A MÓNADA E A MAGNIFICÊNCIA DOS NÚMEROS

I—Introdução

Há dois sóis e um pôr-do-sol; todo o fim é um recomeço e um bem absoluto e não existe nenhum inferno a não ser o nosso medo.

Se a alma é imortal, então deve ter existido sempre, pois o que é imortal não pode ser criado.

As coisas são mortais ou imortais, ou uma ou outra e, então, se são mortais, quer dizer que nasceram e têm de morrer e, se são imortais, não podem ter nascido nem podem morrer.

Mortalidade significa sujeição à vida e à morte e imortalidade significa imunidade às duas.

Na asserção de Séneca, um dos principais inspiradores do estoicismo no Renascimento, contida na sua “Carta a Lucílio”, XCI,16, afirma-se que “*As cinzas a todos dão igualdade. Nascemos desiguais, mas morremos iguais*”. Assim, a morte é o grande equalizador.

Todavia, como dizia um filósofo grego “sem a doutrina da metempsicose, não é possível justificar os caminhos de Deus” pelo que, se gozamos, merecemo-lo; se sofremos, merecemo-lo; em ambas as situações, através dos nossos esforços e empreendimentos, e não por acidente, nem devido aos méritos ou deméritos dos nossos antepassados, nem à “predestinação” ou “escolha” desse destino. A ser assim, é imperioso aceitar que nos foi dado o entendimento para suportar estoicamente os sofrimentos e misérias des-

ta vida sem amaldiçoarmos o destino ou acusar de injustiça o divino. E que também nos é dado um incentivo para tirarmos o supremo partido das oportunidades actuais, a fim de passarmos para condições melhores e mais cabais nas próximas vidas.

A nossa passagem por esta Terra deixa assim de ser o efeito de um capricho do destino ou o resultado da sorte, apresentando-se como uma simples estação na longa jornada que fazemos por este mundo. Antes de nascermos, já vivemos, sendo esta vida a sequela e o resultado das anteriores. Temos uma alma que devemos purificar, melhorar e enobrecer no decurso da nossa estadia na Terra ou, tendo já completado uma vida imperfeita e perversa, somos constringidos a começar uma nova, esforçando-nos assim para ascender ao nível dos que avançaram para planos superiores—não é esta a pedra angular da nossa AO e da construção do nosso templo interior que postula a crença numa mente criadora e na imortalidade da alma?

As leis naturais universais elucidam que, se a alma é imortal, deve tê-lo sido sempre, não sendo possível transformar algo mortal em imortal e, tão pouco, transformar o nada em algo. Uma vida futura implica, espontaneamente, uma vida passada, tudo sendo experiências essenciais à educação da alma e ao avanço necessário ao usufruto dos estados superiores do ser.

A esse desiderato importa o conceito de reencarnação que ao longo da história foi adoptado, desde a teoria egípcia da alma aos ensinamentos de Pla-

tão sobre o prisma moderno da vida eterna, pleno de argumentos e evidências que suportam a ideia de que a alma é como “um viajante numa longa jornada”.

Singela e transversalmente a todas essas doutrinas, mediante a exegética da história da humanidade, depara-se-nos sempre a noção de que há um espírito que sobrevive à morte, bem como a ideia mais ou menos vaga e imprecisa de que, por alguma razão ou de algum modo, um dia o espírito da pessoa regressa à existência terrena assumindo novas vestes carnaís, sói dizer-se, um novo corpo.

E é aqui que radica a ideia de reencarnação, sendo que quando o homem evolui um pouco, começa a reflectir que, se o espírito é imortal e sobrevive à morte do corpo é porque viveu seguramente antes do último nascimento, devendo ter, portanto, uma longa cadeia de vidas atrás de si – este é o segundo passo.

Ademais, tudo isso encaixa no princípio científico da conservação da energia, o que vale por dizer que nenhuma energia se cria ou se perde, mas que toda a energia não passa de uma forma da energia universal, que flui de forma em forma, de manifestação em manifestação, sempre a mesma, mas numa miríade de formas, sem nunca nascer nem morrer mas avançando em frente para novas manifestações, tendo pela frente uma eternidade de progressão por zonas de conhecimento e de experiência espiritual cada vez mais próximas do sol central. Para poder tornar-se um “deus”, o homem tem

tem primeiro de se transformar num homem perfeito e não é crível que o possa fazer em setenta anos de vida na Terra, nem em qualquer número de anos de vida em que as condições humanas estejam ausentes.

Depois, se fossemos meras vítimas de uma lei evolutiva, átomos indefesos com os quais os mecanismos da natureza jogam impiedosamente, talvez a perspectiva de uma sequência de encarnações, nenhuma delas satisfatória, nos conduzisse ao desespero e à loucura quando elas adequam uma lei para o homem porque são as condições da sua progressão, que é por seu turno uma lei, mas ele pode moldá-las, melhorá-las e diminuí-las. Sem poder livrar-se dos mecanismos – e nem deve sequer tentá-lo – o homem tem o poder de se guiar para o melhor, motivado a utilizar esse poder, pode harmonizar as aspirações e os esforços com o sistema que expressou a infinita sabedoria do supremo e, ao longo da caminhada entre o temporal e o eterno, palmilhar o caminho em andamentos firmes, apoiado pela consciência de ser um no meio de uma multidão infinita, podendo finalmente alcançar a esfera onde o nascimento e a morte não passam de memórias do passado.

II—A Mónada Pitagórica: O número é o princípio de tudo o que existe

Para os pitagóricos, os números são as sementes de tudo o que existe; todas as coisas são números. O número é o princípio que governa a estrutura do universo.

É indispensável aproximarmo-nos des-

sa ideia para podermos aprofundar a concepção de beleza que eivou essa doutrina.

Cada número é uma realidade, tem um significado, contém uma ideia que, ao desenvolver-se, ao iniciar-se, desencadeia um processo que se reflectirá em diferentes fenómenos: é o processo de emanação, e foi explicado por meio do monocórdio e da cosmogonia pitagórica.



HP Blavastky, in *"Filósofos antigos, críticos modernos"*, denota como, para Platão e seus discípulos, as espécies inferiores eram imagens concretas de espécies superiores abstractas. *"O espírito, que é imortal, tem um princípio aritmético, assim como o corpo tem um princípio geométrico."* A sua ideia principal era que sob as formas, mudanças e outros fenómenos do universo, havia um princípio de unidade permanente.

Esta é uma das doutrinas do pitagorismo, a da emanação. Unidade na multiplicidade, o Uno evoluindo para o muito e interpenetrando-o. Na teorização de W. Archer Butler *"O mundo é, portanto, uma aritmética viva no seu desenvolvimento, uma geometria execu-*

tada no seu resto."

Assim, a génese começa com os números das Ideias, continua com as figuras geométricas dos números e com objectos físicos, de sólidos geométricos.

"O ilimitado é o Um como uma divindade absoluta e não manifestada, o limitado é o cosmos como uma expressão daquela Primeira Ideia ou Unidade" (Delia Steinberg).

"Espeusipo, Xenócrates e o seu mestre Platão conceberam essa ideia da mesma forma. O Um não existe, não é, não aparece. Até que Ele se unisse ao múltiplo (a existência emanada), nenhum ser foi produzido. Ele está tanto no centro quanto na circunferência, mas é apenas o reflexo do Divino."

Pitágoras concebeu a mónada que, após dar origem à dupla, se retira para o silêncio e a escuridão e cria a tríade. A década mística pitagórica foi uma forma de expressar isso:

$$1 + 2 + 3 + 4 = 10.$$

Um é Deus; dois é matéria; três, a combinação da mónada e da dupla e participando da natureza de ambas, é o mundo fenomenal; a tétrade expressa o vazio das coisas; e a década, ou soma total, abrange todo o cosmos" (HP Blavastky).

Seguindo o processo inverso e usando a ciência matemática, Pitágoras conseguiu elevar a mente do conhecimento dos seres corpóreos ao incorpóreo e eterno: os Números.

Assim, dez é década e Tetractys. Década como o desenvolvimento formal do cosmos e Tetractys como os

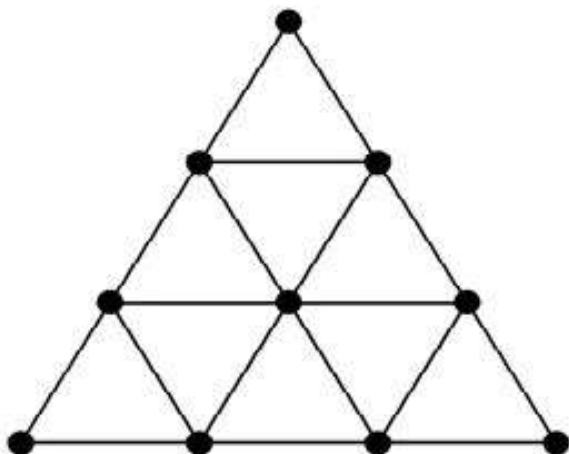
quatro estágios desse desenvolvimento.

Segundo HPB, o triângulo de dez pontos expressa simbolicamente um tratado de cosmologia e filosofia, onde teologia, antropologia, matemática e todas as ciências, ética e estética estão integradas.

Cada lado tinha um significado qualitativo: verdade (ciência), bondade (religião e filosofia), beleza (arte). Expressa ainda uma ética profunda e uma estética formal e transcendente no sentido de que toda a expressão dessa emanção, todo o reflexo do número é belo, logo, ético.

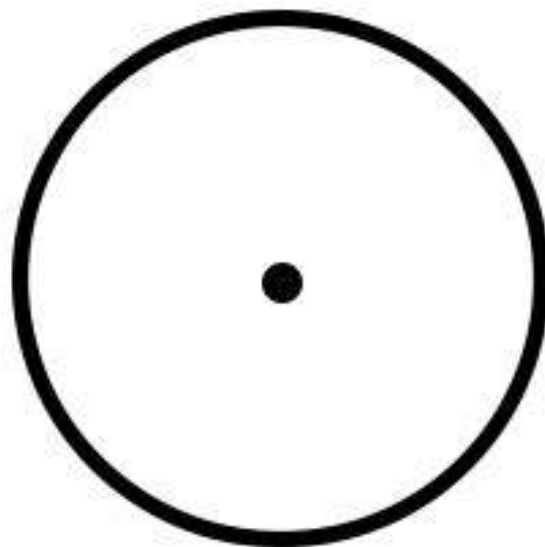
E foi por isso que a mística dos números passou a expressar-se, na Grécia clássica, em todos os tipos de manifestações harmônicas, desde palavras até à arquitectura ou à música.

HP Blavatsky (*Glossário Teosófico*) abona que *“existe uma ciência sagrada dos números, conhecida por vários nomes, que era ensinada nos templos da Ásia e do Egito. Esta ciência é de extrema importância para o estudo do oculto, pois fornece-nos a chave de todo o sis-*



tema esotérico. O mistério de todo o universo funda-se, com pouquíssimas exceções, nas hierarquias e nos verdadeiros números desses seres, invisíveis para nós”.

Na *Doutrina Secreta*, Vol.II. Seção II, a fun-



dadora da teosofia ensina que *“... A própria natureza poderia ter ensinado à humanidade primitiva os princípios de uma linguagem de símbolos, numéricos e geométricos. Portanto, encontramos números e figuras usados como expressões e anais do pensamento em todas as escrituras simbólicas arcaicas... Cada cosmogonia começou com um círculo, um ponto, um triângulo e um quadrado até 9, todos então sintetizados pela primeira linha e círculo, a mística Década Pitagórica, a soma de tudo, englobando e expressando os mistérios de todo o Kosmos.”*

Esse conhecimento, recolhido no Oriente por Pitágoras, seria transmitido na Europa, no seio da sua Escola de Filosofia da Magna Grécia, sendo tais conhecimentos científicos, matemáticos e filosóficos parte integrante do legado recolhido pelos gregos da época clássica.

desde o Egito, a Índia e a Mesopotâmia. Nas antigas escolas gregas, ensinava-se que os números ou Ideias são expressos por meio de factos geométricos, a partir dos quais todas as coisas são criadas. Nas palavras de Platão: *"foi em virtude da ação das ideias e dos números que todos os géneros constituídos receberam de Deus as suas figuras"*.

Platão dividiu o estudo da matemática em quatro disciplinas, as mesmas que eram ensinadas na Escola Pitagórica: ARITMÉTICA, GEOMETRIA, MÚSICA E ASTRONOMIA, Ciências que não se limitavam ao aspecto formal das coisas, mas eram meios para conduzir a alma à percepção dos ritmos, das proporções e da Harmonia que rege o Universo.

Assim, a aritmética seria o estudo do próprio número, das leis eternas da natureza; a geometria exprime as formas que surgem dos números e cumpriria a função de direccionar a alma para a compreensão do que ela sempre é e foi, por meio de símbolos e formas; a Música ou movimento harmónico é o estudo de proporções e medidas nas artes, para que o ser humano aprenda a harmonia do Universo e a astronomia consente ao homem a contemplação e o conhecimento de seres perfeitos, não se cuidando unicamente de olhar para o céu para medir e obter dados, mas sim de compreender as relações do cosmos como um todo ordenado.

É manifesto que os números não eram então compreendidos como são hoje, em que são actuáveis para cálculos, para negócios, ou para determinar

quantidades e medidas. Eles iam mais longe pois eram a manifestação de um Princípio invisível, eram o símbolo de um arquétipo, ou o que Platão viria a desenvolver como "A Ideia". Os gregos não empregavam figuras como as que usamos hoje, pois o seu sistema de numeração tinham correspondência com as letras do alfabeto e cada palavra e cada nome tinham uma chave numérica.

Segundo a tradição é atribuída a Pitágoras a asserção de que: *"Tudo está organizado de acordo com o número."*

A noção do número que governa o Universo, também foi outorgada por Platão.

E a palavra Filosofia, cuja lavra é atribuída a Pitágoras, significa Amor à Sabedoria, um Conhecimento (*logos*) que se atém à essência das coisas, ao que é permanente e invariável, mas que no mundo manifesto está sujeito a leis, relações, qualidades, etc. O filósofo busca a compreensão das leis invisíveis, do que sempre é e, portanto, do que constitui o Real. Essas leis eternas, como modelos arquétipos, são governadas por Ideias-numéricas.

"Tudo o que a natureza arrumou no universo parece ter sido, tanto nas suas partes como no todo, determinado e ordenado de acordo com o número, pela clarividência daquele que criou todas as coisas ... De acordo com o número, como em conformidade em um plano artístico, todas as coisas foram criadas, e o tempo, o movimento dos céus, as estrelas e todos os ciclos de todas as coisas. "

(Nicómaco de Gerasa, Neo-Pitagórico século I DC)

O conceito de número puro liga-se a princípios ou símbolos que a Natureza contém e cujas representações geométricas coincidem em distintas civilizações longínquas e desconhecidas.

Na revelação de HP Blavatsky: *"A filosofia nunca poderia ter formado o seu conceito de divindade lógica, universal e absoluta, se não tivesse nenhum ponto matemático dentro do círculo, no qual basear as suas especulações"*.

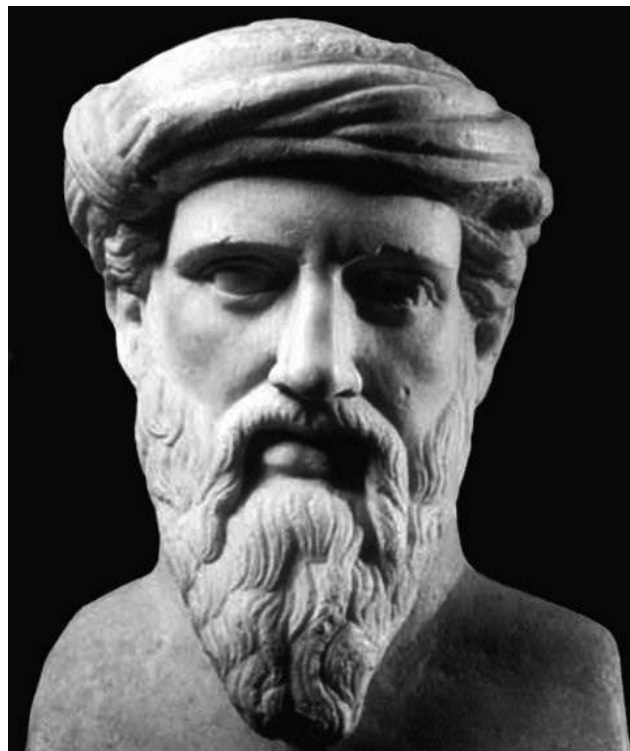
"A doutrina dos números foi revelada aos homens pelos deuses. O som e a harmonia deram origem ao mundo do caos, construído de acordo com as proporções musicais. " (Doutrina Secreta, Volume II. Seção XIV)

Segundo a Teogonia (Conjunto de divindades cujo culto constitui o sistema religioso de um povo politeísta) Pitagórica, a Mónada é o princípio de todas as coisas. Da mónada e da dupla indeterminada, os números; dos números, os pontos; dos Pontos, as linhas; de linhas, superfícies; de superfícies, sólidos; destes, os corpos sólidos cujos elementos são quatro: Fogo, Água, Ar, Terra; em tudo isso, transformado (correlacionado) e totalmente mudado, consiste o mundo . "

(Doutrina Secreta, Volume II. Seção XII)

O número como parte principal de um mundo, a Mónada, da qual os outros pontos surgem como emanações ou movimentos do ponto. Os pitagóricos usavam arranjos de pontos geometricamente, dando origem aos números figurativos que definem as característi-

cas de vários grupos de números por meio de seu crescimento geométrico. O número puro, despojado da figura, é o início da série dos números naturais. Portanto, "Um" é o princípio de unidade, identidade, harmonia, empatia. E "Dois", de desigualdade, dualidade, discórdia.



Pitágoras

Nicómaco, define o número como uma multidão limitada (conjunto finito), uma combinação de mónadas, é uma série animada que surge da Unidade. Da mesma forma, Helena Blavatsky elucida que para os antigos *"todo o Universo, metafísico e material, estava contido e podia ser expresso e descrito pelos dígitos que o número 10 encerra, a Década Pitagórica"*. Na Década, a partir do sistema dedutivo de Platão, a parte plural da Unidade ou os dígitos emergiram da Década para serem finalmente reabsorvidos no círculo infinito. E mais tarde ele escreve que no plano superior o Um não é um número, mas um zero, um Círculo. No mundo

manifestado, torna-se 1, origem da sequência dos números naturais. "Os números ímpares são divinos, até mesmo terrestres ..."

(HPB *Doutrina Secreta*, Sec. Volume IV. Seção X)

O Um, então, é o Bem, o princípio da Identidade, a Harmonia absoluta. A palavra latina Solus está relacionada ao único Deus e ao Sol. Na geometria, está relacionada ao ponto como uma entidade adimensional, da qual todas as formas se originam.

Dois é o primeiro número par feminino. É dualidade, oposição, polaridade, diferenciação, discórdia. É o estado imperfeito em que o primeiro ser manifestado caiu quando se separou da Mônada, criando a bifurcação entre os dois caminhos do bem e do mal. Geometricamente, é o primeiro movimento do ponto que gera a linha.

Três é o primeiro dos números ímpares, masculino. Relacionado com a primeira figura plana que é o Triângulo. É uma força geradora, um princípio de formação e crescimento. Eles são os três aspectos da Divindade no mundo manifestado, na natureza e no homem.

Os Quatro, representados por um quadrado ou pela primeira figura sólida de quatro lados, o Tetraedro; relaciona-se com a perfeição no mundo manifesto.

Segundo Blavatsky, os pitagóricos ensinavam que a Alma é um número que se move por si e que contém o número 4; e o homem espiritual é o número 3.

Essa união de 3 e 4 é observada na figura da pirâmide, onde os quatro lados convergem num vértice formando um perfil triangular, sintetizado pelos pita-

góricos nos tetraktys. Essa figura triangular, composta pelos primeiros quatro números dispostos em forma de pontos, soma dez no total e representa o Universo ordenado como uma unidade de forças em que o Todo está relacionado às partes.

Metade de dez é cinco, composta de um binário e um ternário. É a união entre o princípio feminino e o masculino. Símbolo de Afrodite como gerador de Amor, é Harmonia, Saúde e Beleza. Relacionado ao Dez, como seu reflexo, está o Microcosmo dentro do Macrocosmo. Expressa uma sincronia entre o ritmo da Alma humana e o do Universo. A imagem gráfica é a estrela de cinco pontas ou pentagrama. A relação com os cinco elementos e os cinco sentidos vai além do aspecto físico, pois o quinto princípio que se eleva acima dos quatro aspectos materiais se expressa neste número. É a consciência humana desperta, o homem que cresce em Harmonia com o Universo.

Seis expressa as direcções do espaço, as seis faces do cubo. É estabilidade e equilíbrio na natureza manifestada. HPB relaciona esse número à suástica hindu e à evolução do Cosmos. Foi considerado um emblema de natureza física. Representado por um duplo triângulo equilátero ou por um hexágono (polígono com seis lados), é a mistura dos Três Fogos e das Três Águas, da qual resulta a procriação dos elementos de todas as coisas.

A mesma figura dos dois triângulos com direcção oposta ou estrela de seis pontas, mais um ponto no centro representam Sete. É a forma física mais a

alma imortal. É um símbolo da Vida Eterna, da qual não tem Princípio, pois o 7 não pode ser produzido por nenhum outro número nem é divisível. Portanto, é perfeição. Por ser a união do Três e do Quatro, expressa a constituição para o actual ciclo evolutivo, presente no simbolismo das diferentes religiões.



Helena Blavatsky

No ser humano é a união dos quatro princípios físicos mais os três espirituais.

Dos Oito, há pouco que pode ser expresso no nosso actual estado evolutivo. Blavatsky identifica-o com o movimento eterno e a espiral dos ciclos. Relacionado ao símbolo matemático do infinito (8) e ao Caduceu de Hermes. É a respiração regular do Cosmos.

O Nove ou ternário triplo *“é o número que se reproduz constantemente sob todas as formas e figuras ao longo da multiplicação. É o sinal de todos os círculos, já que seu valor em graus é igual a 9 (3 + 6 + 0).”*

(HPB Dou.Sec. Volume IV. Seção X)

E o Dez que fecha o ciclo, traz todos os dígitos de volta à Unidade dentro de

zero. Símbolo da Divindade, do Universo, é o Macrocosmo, onde existe uma ordem perfeita e harmónica.

Como instrui N. De Gerasa *“Como o Todo era uma multidão ilimitada, era preciso uma ordem... Na Década é onde existia um equilíbrio natural entre o todo e seus elementos... Portanto, o Deus que dispõe com a arte usou a Década como um cânone para o todo”*.

Afirmção análoga encontramos-la no tratado de Vitruvius sobre arquitectura para a composição de edifícios.

A propósito, Blavatsky (Doutrina Secreta, Volume IV, seção X) *“O universo inteiro pode ser explicado e descrito pelos dígitos incluídos no Dez, a Década Pitagórica... Ele representa o universo e a sua evolução a partir do silêncio e das profundezas desconhecidas do Espírito.”*

José Gomes Correia, 32º



Não errar

Não errar é o desejo primordial de todo o ser racional. Fazer as escolhas certas, seguir o caminho correto, encontrar a solução adequada, enfim, procurar a verdade e evitar a falsidade será o que todos os seres humanos almejam.

Não errar é a norma e o que se espera de qualquer ação em que o ser humano é agente. Assim sendo, quando prosseguimos a verdade e evitamos a falsidade estamos a cumprir o básico que se exige à racionalidade.

Então porque erramos tantas vezes?

Um olhar rápido pela história do conhecimento e da ação humana mostra que a tarefa de construção da verdade está pejada de erros e equívocos. Tanto a filosofia da ciência como a filosofia moral mostram que as escolhas encaminham bastas vezes o homem para a ilusão da crença e para a injustiça do juízo moral. Crenças julgadas verdades acabadas e juízos tomados como o supremo bem, foram ao longo da história lançados para o lixo pelos vindouros.

A verdade de Ptolomeu deu lugar à verdade de Galileu e Newton, que por sua vez permitiu a verdade de Einstein. Ora se aceitarmos que a verdade não é relativa, se concordarmos que a objetividade / universalidade é condição necessária e suficiente da verdade, teremos que pôr em causa a ideia de que a mesma reside em qualquer um dos casos referidos.

Então será que apenas no resta a posi-

ção do cético mais radical, que aconselha o abandono da busca e a suspensão do juízo? Não. Sobra-nos a possibilidade de agir de acordo com o princípio de que a verdade é desejável e preferível à falsidade, sabendo no entanto que o caminho está cheio de armadilhas.

Não errar é o farol que nos orienta. A verdade é o destino que procuramos atingir. Mas sabemos também que esse farol pode ter falhas de luz nos nossos olhos, e que a verdade é como a linha do horizonte (está à nossa frente mas jamais lá chegamos).

O erro é por um lado contrário à lógica racional e por outro inerente à natureza humana. Dito de outra forma: não



errar é a obrigação do bom uso da razão, errar é resultado das escolhas do homem, especialmente no plano moral.

E é aqui, no plano moral, na dimensão ética, que faz sentido julgar o mérito ou o demérito do errar e do não errar.

Não errar é o que se espera de qualquer ser sensato. Ao não errar, estamos a cumprir o nosso desiderato racional. Não errar é assim a normalidade.

Elogiar a normalidade não tem sentido, daí que aquele que não erra ao agir não possa esperar a admiração e o elogio. Ressalva-se aqui a situação em que o acerto corrige drasticamente um erro anterior.

Embora não errar seja desmerecedor de elogio, sabemos que nenhum ser humano é capaz de percorrer o caminho da sua vida sem erros. Por mais que porfie ninguém está livre de errar. Nem os deuses do olimpo. O que significa então que errar é tão humano como acertar. Com uma diferença importante: quando não erramos seguimos em frente; quando erramos temos que parar e avaliar o que nos levou ao erro.

Se não o fizermos é porque não estamos conscientes do erro ou porque, embora conscientes, nos recusamos a admitir. E esta segunda hipótese coloca problemas éticos.

Tomar consciência do erro e não o admitir ou procurar diluir o problema em sofismas e outros recursos retóricos, é próprio de um caráter malévolo ou fantasioso.

É revelador de pequenez moral. É sintoma de ausência de imperativos éticos.

Reconhecer o erro, expressar esse reconhecimento, é, isso sim, elogiável.

Aquele que reconhece, com humildade intelectual e moral, que errou, coloca-se no plano ético. Investe-se em pessoa, sendo reconhecível como agente

de moralidade.

Reconhecer o erro é a ação de maior mérito moral.

Assumir que erramos, sem subterfúgios,

, é talvez o ato mais revelador da dignidade humana.

Como diz um pensador “Precisamos conhecer e reconhecer os nossos erros para poder crescer. Aprender com os erros é o melhor caminho para o autoconhecimento”.

A Maçonaria é prática e exige que os seus membros estejam ativamente envolvidos na vida. E na vida humana er-



rar é uma inevitabilidade, mas mais importante é como diz o poeta “Quando reconhecemos os nossos erros, purificamos a nossa alma e alegamos o coração”.

Carlos Andrade, 28º

A sentença da Santa Veheme que condenou Cristo à morte

Segundo informação colhida no *Dicionário do Antigo Egipto*, o Livro dos Mortos é um dos mais conhecidos textos religiosos¹. Trata-se da expressão moderna que procura traduzir o verdadeiro título egípcio da compilação: *Rau nuperet em heru*, que significa «Capítulos para sair à luz do dia».

Para alcançar o outro mundo, onde o defunto iria fruir a vida eterna, era necessário comparecer perante o Tribunal de Osíris, o deus dos mortos. Na sala do tribunal, onde por vezes estavam presentes várias divindades (Tot, Anúbis, Hórus, Ísis, Néftis e Maet), era proferida a confissão negativa, através da qual o morto afirmava o que não tinha feito na sua vida terrena.

Segundo a crença do Velho Egipto, todos os mortos deveriam estar em condições de fazer as seguintes afirmações essenciais que se destacam das 42 expressas ao longo capítulo “Feitiço” para poderem entrar na sala de Osíris, onde o seu coração seria pesado numa balança:

“Não cometi injustiça contra os homens;

“Não matei os bois destinados ao sacrifício...;

“Não fiz o que o deus abomina;

“Não acusei falsamente nenhum servo diante de seu chefe;

“Não deixei a ninguém passar fome;

“Não fiz chorar ninguém;

“Não matei;

“Não mandei matar;

“Não agi mal contra ninguém;

“Não diminuí as ofertas de alimentos nos templos...;

“Não cometi adultério...;

“Não aumentei nem diminuí a medida do trigo;

“Não diminuí a medida do campo;

“Não enganei na medida do campo...;

“Não roubei;

“Não fui ganancioso;

“Não furtei;

“Não matei homens...;

“Não falei mentiras...;

“Contentei o deus com aquilo que ele ama;

“Dei pão aos famintos, água aos sedentos, vestidos aos nus e condução para os que não tinham barco...;

“Salvai-me, portanto, protegei-me, portanto, e não testemunheis contra mim perante o grande deus!

“Tenho a boca pura e as mãos puras; sou um ao qual dizem: “bem-vindo!”, quando me vêem”.

A importância que o «Livro dos Mortos» tinha para os defuntos comprovava-se pelo facto de muitos exemplares terem sido encontrados junto da própria múmia ou até inseridos nas faixas mortuárias, sendo ainda de sublinhar que certas passagens podiam ser inscritas nas paredes do túmulo.

Será que Os Dez Mandamentos foram plagiados do Livro dos Mortos?

Na verdade, do ponto de vista esotérico, a intelectualidade de Moisés, na

sua qualidade de iniciado egípcio, admitia a imutabilidade das leis do Universo, o desenvolvimento dos mundos pela evolução gradual, tendo sobre a natureza invisível da alma noções amplas, precisas e lógicas. Ou seja, Moisés foi um sacerdote de Osíris que usou o simbolismo egípcio como base do *Génesis* que ele legou à posteridade no testamento secreto do Sefer Bereshit, o seu *Livro dos Princípios* e, segundo o relato dos autores gregos, os sacerdotes do Egipto tinham, três maneiras de exprimir o pensamento: *“A primeira era clara e simples, a segunda, simbólica e figurada, a terceira, sagrada e hieroglífica. A Mesma palavra tomava, à vontade, o significado próprio, figurado ou transcendental (...).”*²

*Heraclito exprimiu perfeitamente essa diferença, designando-a pelos epítetos falante, significante e ocultante”*³.

Neste ponto, urge recordar que a Cena do Julgamento de Osíris não é o julgamento de Osíris, mas sim um julgamento feito por Osíris. Osíris não é julgado pois ele é juiz!

“No capítulo 125, o morto não era o requerente, mas sim o acusado; ele tinha de justificar-se perante os juízes divinos, recitando uma longa lista de potenciais transgressões e atestando que não as havia cometido”⁴

Sinteticamente, o Julgamento de Osíris processa-se factualmente do seguinte modo:

Depois da sua morte, o espírito do morto é conduzido pela Barca Solar, apresentando-se na Sala da Justiça, à presença de Osíris, para fazer o seu relato confessional. De seguida, o seu coração é deposi-

tado num prato da Balança de Osíris e no outro é colocada uma pena de avestruz, Símbolo da Deusa Maat (Verdade). A pesagem é presidida por Osíris e verificada por Hórus e Anúbis. O peso é anotado por Thot e Osíris pronuncia a sentença. Ísis e Nefites assistem à cena por trás de Osíris. Caso haja absolvição, a alma do morto é absorvida por Osíris; caso contrário, a alma será devorado pelo monstro que de frente assiste a toda a cena. Participam do episódio descrito oito personagens e a lenda é muito detalhada no Livro dos Mortos.

Neste conspecto, cabe dizer alguma coisa sobre a Santa Veheme.

Sob todos os pontos de vista, a Idade Média foi um período de trevas para a humanidade. Muitos crimes hediondos foram cometidos em nome de ideais políticos pelo despotismo e até em nome de Deus, como foi o caso da Inquisição. Condenava-se por crimes de ideias e de pensamento e o obscurantismo e os erros grassavam.

Para combater os verdadeiros crimes contra Deus, a Lei e a Honra, Carlos Magno ou Carlos I dos Francos criou o Tribunal da Santa Veheme, onde exaravam decisões rápidas e extremas.

Com o passar do tempo, o Tribunal da Santa Veheme deturpou-se, caindo na ilegalidade, considerando alguns que continuou a actuar na clandestinidade.

Seja por referência ao Livro dos Mortos, seja pelos erros cometidos pelo Tribunal da Santa Veheme, para vermos como o drama judiciário se repete, como uma fatalidade, no tempo,

permito-me trazer à colação a sentença que condenou Cristo à crucificação e que, segundo a lenda, corresponde à cópia autêntica da sentença de Pilatos existente no Museu da Espanha:

"No ano dezanove de Tibério César, Imperador Romano de todo o mundo, monarca invencível na Olimpíada cento e vinte e um e na Elíada vinte e quatro, da criação do mundo, segundo o número e cômputo dos Hebreus, quatro vezes mil cento e oitenta e sete, do progénio do Romano Império no ano setenta e três, e na libertação do cativo de Babilónia no ano mil duzentos e sete, sendo governador da Judeia Quinto Sérgio, sendo governador da cidade de Jerusalém, o Presidente Gra-tíssimo Pôncio Pilatos, regente na Baixa Galileia Herodes Antipas, pontífice do sumo sacerdote, Caifás; magnos do templo Alis Almael, Robas Acasel, Franchino Ceutauro; cónsules romanos da cidade de Jerusalém, Quinto Cornélio Sublime e Sixto Rusto, no mês de Março e dia XXV do ano presente, Eu, Pôncio pilatos, aqui Presidente do Império Romano, dentro do Palácio e arqui-residência, julgo, condeno e sentencio à morte Jesus, chamado pela plebe Cristo Nazareno e galileu de nação, homem sedicioso contra a Lei Mosaica, contrário ao grande Imperador Tibério César.

Determino e ordeno por esta, que se lhe dê morte na cruz, sendo pregado com cravos como todos os réus, porque congregando e ajustando homens, ricos e pobres, não tem cessado de promover tumultos por toda a Judeia, dizendo-se filho de Deus e rei de Israel, ameaçando com a ruína de Jerusalém e do sacro Templo, negando o tributo a César, tendo ainda o atrevi-

mento de entrar com ramos e em triunfo, com grande parte da plebe, dentro da cidade de Jerusalém

Que seja ligado e açoitado, e que seja vestido de púrpura e coroadado de alguns espinhos, com a própria cruz aos ombros para que sirva de exemplo a todos os malfeitores, e que, juntamente com ele, sejam conduzidos dois ladrões homicidas; saindo logo pela porta sagrada, hoje Antoniana, e que se conduza Jesus ao monte público da Justiça, chamado Calvário, onde, crucificado e morto, ficará seu corpo na cruz, como espectáculo para todos os malfeitores, e que sobre a cruz se ponha, em diversas línguas, este título: JESUS NAZARENO, REX JUDEORUM.

Mando, também, que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição se atreva, temerariamente, a impedir a Justiça por mim mandada, administrada e executada com todo o rigor, segundo os Decretos e Leis Romanas, sob as penas de rebelião contra o Imperador Romano.

Testemunhas da nossa sentença:

Pelas dozes tribos de Israel: Rabaim Daniel; Rabaim Joaquim Banicar; Banbasu; Laré Peruculani.

Pelos fariseus: Bullieniel; Simeão; Ranol; Babbine; Mandoani; Bancurfossi.

Pelos hebreus: Matumberto.

Pelo Império Romano e pelo Presidente de Roma: Lúcio Sextilo e Amacio Chilicio."

Torna-se, portanto, imperioso considerar que já nesse tempo existiu um verdadeiro Tribunal da Santa Veheme. E até em tempos mais remotos e suce-

dâneos até ao dia de hoje...

Isso impele-nos a fazer um excuro sobre uma curiosidade adâmica: A civilização humana assenta sobre duas bases: propriedade e trabalho. A propriedade não existe a não ser como direito aos frutos do próprio trabalho. Os edifícios construídos pelos sucessores de Hiram devem ser conservados e decorados. Não podemos perder esta tradição nem distorcer o significado.



E a base desses verdadeiros Mestres, no sentido do ensino, é a Justiça.

Em consequência disso, Salomão retirou os principais dirigentes dos Prebostes e Juizes, já capacitados não só ao julgamento do comportamento humano, mas ao do aperfeiçoamento do Direito.

Como se disse, a sociedade humana apoia-se em dois alicerces: a propriedade e o trabalho.

O trabalho, base da existência social do homem, não existe sem a liberdade; a propriedade, direito ao produto do próprio trabalho não existe sem esse mesmo

Trabalho.

Os Juizes Comendadores devem, pois, realizar trabalhos especiais, oriundos da interpretação filosófica dos seus símbolos e alegorias, contribuindo, ao mesmo tempo, para a educação do povo para o qual deve haver uma legislação moral do trabalho.

Combatendo, sempre, a ignorância, a hipocrisia e a ambição, procurando o justo equilíbrio entre Propriedade, Ca-

pital e Trabalho como fontes de toda a prosperidade.

O Edifício Social é, pois, a preocupação precípua deste Grau. Cabe, portanto, aos bons Obreiros o dever de procurar os meios de construir a sociedade em bases sólidas e permanentes. Para esse fim, não tolerarão a infierença, inimiga terrível de todos

os bons sentimentos humanos.

Sem preocupações individuais serão invulneráveis ao desalento e ao desespero pois, o lema será: *"Um por todos e todos por um"*, consagrando-se com zelo à constância de todos os trabalhos que possam dar mais solidez ao Edifício Social.

Quando a nossa Ordem era Operativa, o Grau era observado com mais interesse, eis que o Edifício Social recém-nascia, com as teorias da dignidade do Trabalho.

Com a evolução social formando toda

uma legislação internacional protector do trabalhador, a preocupação da Maçonaria, já dedicada à especulação, passou a ser a construção a do Edifício Espiritual compreendendo-se na gema espiritual, a Moral, a Inteligência e o Culto à Divindade.

Não devemos, jamais, afastar-nos do entendimento de que há muita diferença entre Sociedade Profana e Sociedade Maçónica, porque não é tarefa (na actualidade) do Maçom, buscar o aperfeiçoamento social no mundo profano. Esse aperfeiçoamento é dado dentro dos Templos, considerando-se Templo, a Mente Humana.

Por mais que a Maçonaria tente constituir uma Universidade, abrir Escolas, transformar conceitos sociais, combater os vícios da Sociedade, jamais alcançará resultados, seja pela pobreza dos seus recursos financeiros, seja pela pobreza dos seus recursos intelectuais.

A liberdade de trabalho, protegida pelas Constituições de todas as Nações, ou seja, a faculdade de cada homem escolher a profissão e o trabalho que melhor lhe convenha, deve ser compreendida dentro da Maçonaria como a livre escolha do trabalho espiritual ou intelectual, dirigindo-se o Obreiro ao estudo para se consciencializar do que está realizando dentro do Templo.

O direito à Propriedade, às Leis que emanam de todo o poder Público e dos Códigos, encontra-se sobejamente protegido; o que falta proteger pelo direito é a conquista da "Propriedade" do conhecimento; aquilo que o Obreiro descobre como resultado do seu trabalho e esforço, no campo que não é material.

O interesse primeiro de Salomão foi consolidar a soma dos conhecimentos obtidos pelos artesãos estrangeiros dirigidos pelo magnificente Hiram Abif.

Urgia iniciar uma outra construção, ligada ao túmulo do mesmo Hiram Abif.

Temos insistido nesse aspecto, o de cada Maçom ter a possibilidade de construir o seu próprio túmulo como construção sagrada de importância relevante e necessidade urgente.



Indubitavelmente, Salomão, na sua sabedoria, tinha plena consciência de que o homem da sua e de todas as épocas, necessitava de uma preparação especial e cuidadosa para valorizar-se.

Era um direito natural e sagrado do homem, sem explodir e externar os valores íntimos, secretos e espirituais; a parcela divina que jazia oculta e que, revelada, volvia um poder ilimitado.

Primeiramente, a necessidade de um Templo; depois, não menos importan-

te, a de um Túmulo, para a plena ressurreição.

Impõe-se também fazer uma Reflexão sobre as aplicações dos pilares Propriedade e Trabalho em ângulos essenciais da vida profana.

A JUSTIÇA E O PODER DO TEMPO

Em pleno ambiente europeu de afirmação da viragem histórica do paradigma dos deveres humanos para os Direitos Humanos, proclamados no quadro da Revolução Francesa, Kant concebeu, em 1795, a sua famosa utopia irenista na obra icónica intitulada “*A Paz Perpétua*”.

Preocupado em encontrar um caminho para resolver o problema da «realização da paz civil que administre o direito universal», defende que uma paz perene para a humanidade só se conseguirá com uma Constituição e um Estado cosmopolitas. Considera que a construção da paz universal é um imperativo que decorre do exercício pleno da razão humana. Ao imperativo categórico associa uma visão prática em ordem ao estabelecimento da paz global e definitiva através de um ordenamento de três níveis jurídicos: direito civil, direitos humanos e direito cosmopolita. O dever ético de construção da paz em harmonia com a razão será possível pela federação de estados republicanos que acatem o direito universal que funda uma cidadania mundial.

SOBRE A JUSTIÇA

[...] *a justiça está primeiro que a devoção* (I, I, 268)

[...] *de nenhuma coisa são mais avarentos os homens, que do louvor; (...) de nenhuma são mais pródigos, que do desejo de receber* (II, VIII, 71).

“A humanidade é o realce da justiça: entre o justo e o justiceiro há esta diferença, ambos castigam, mas o justo castiga e pesa-lhe; o justiceiro castiga e folga. O justo castiga por justiça, o justiceiro por inclinação; o justo com mais vontade absolve que condena; o justiceiro com mais vontade condena que absolve. A justiça está entre a piedade e a crueldade: o justo propende para a parte de piedoso; o justiceiro para a de cruel.» (11, II, 296).



Immanuel Kant

SOBRE FAZER O BEM

«[...] porque para basta a vontade; para fazer o bem, é necessário ter com que o fazer.» (II, II, 172).

SOBRE A VAIDADE E A VANIDADE DA VIDA

Cumpre evocar as asserções a respeito do nosso Padre António Vieira constantes da sua “Chave dos Profetas”:

«[...] sendo tão natural ao homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior.» (II, IV, 191).

«[...] lembra-te, homem, que és pó levantado, e hás-de ser pó caído [...].» (II, II, 108).

«Quem haverá que olhe para o mundo com os olhos bem abertos, que veja como tudo é nada, como tudo é mentira, como tudo é inconstância, como hoje não são os que ontem foram, como amanhã não hão-de ser os que hoje são, como tudo acabou, e tudo acaba, como todos havemos de acabar e todos vamos acabando [...]?» (II, II, 257).

Tal como no mito do Sísifo relatado por Albert Camus na obra com o mesmo nome, parece que continuamos a ser dominados pelo mito do eterno retorno: o gigante Sísifo carrega o mundo até um pouco mais acima na encosta da montanha, mas a fatalidade obrigá-lo-á sempre a deixar rolá-lo, de novo e sempre, até ao sopé, onde retornará para iniciar nova viagem!

Que o Criador nos ajude na caminhada em que tudo se acaba excepto o espírito, centelha do divino protegido no corpo-templo e que assim se salva, para logo começar...

Igne Natura Renovatur Integra!

Igne Natura Renovatur Integra é uma frase latina e um aforismo que pretende ser uma reinterpretação moderna e esotérica do significado da sigla original IN-RI, que, de acordo com as tradições católicas e ortodoxas russas e gregas, apare-

gridade por meio do fogo."

As fontes que o mencionam justamente em contexto esotérico remontam principalmente aos séculos XVIII e XIX e o seu uso é restrito a círculos ocultistas, esotéricos ou alquimistas, ou mesmo a sociedades secretas como a Rosa-Cruz, ordem em que existe um grau que incorpora esta sigla e que no REAA é inserido no grau 18º, sendo que Claude André Vuillaume cita as formas *ignem natura regenerando integrat* e *igne natura renovatur integra* no seu

Manual Maçónico publicado pela primeira vez em 1820.

Notas:

Luis Miguel Araújo, «Livro dos Mortos», in *Dicionário do Antigo Egipto*, Ed. Caminho, Lisboa: 2001, pp. 513-517.

Edouard Schuré, *História Oculta do Mundo*, Loures: Alma dos Livros, 2021,

pág. 168-169,

Raymond Faulkner, *The Egyptian Book of the Dead: The Book of Going forth by Day*. Trad. e comentários R. Faulkner. San Francisco: Chronicle Books, 1998, plate 31.

José Gomes Correia, 32º



Reflexões sobre Iberismo

Hispanhoes somos e de Hispanhoes nos devemos presar: castelhanos nunca.

Almeida Garrett

Falai de castelhanos e portugueses, porque espanhóis somos todos.

Luís de Camões

Permitam-me, à partida, fazer uma declaração de interesses relativa ao tema que pretendo abordar, para o que, desde já peço a vossa indulgência.

Nasci e fui criado numa pequena vila junto a uma fronteira estável desde 1297, definida quando D. Dinis de Portugal negociou com Maria de Molina, regente durante a menoridade de Fernando IV de Castela, aquela que viria a revelar-se como a fronteira mais estável da Europa ao longo dos séculos.

Recorde-se que D. Dinis foi o monarca português escolhido por Jaime II de Aragão e Fernando IV de Leão e Castela para arbitrar o conflito sobre a fronteira entre os reinos de Valência e Múrcia, disputa que se resolveria pela Sentença Arbitral de Torrellas em 1304, sob o olhar atento de Maomé III de Granada.

Tenho, assim, sempre tive posso afirmá-lo, alguma dificuldade em perceber que uma linha imaginária, apenas definida por uma sucessão de marcos de pedra, à sua revelia desenhada, aparte dois povos que sempre se consideraram vizinhos, apesar das diferenças que uma imposta separação de séculos acentuou.

Vem isto a propósito do tema iberismo sobre o qual hoje me proponho apresentar algumas reflexões.



O iberismo foi, durante a segunda metade do século XIX, especialmente até 1880, um dos temas mais presentes e fracturantes do debate público em Portugal. Com ele se relacionavam a análise e a interpretação histórica do passado nacional desde o afastamento do Reino de Leão no século XII, mas sobretudo perspectivavam-se as diversas vias que se colocavam ao futuro, sujeitando-as ao olhar das diversas correntes políticas e filosóficas que, então, se digladiavam. Especialmente durante a Regeneração¹, o iberismo foi clara e intencionalmente utilizado como arma de arremesso na luta política, estando na origem de fortes controvérsias, apesar de se ter limitado ao ambiente elitista onde pontificavam jornalistas, intelectuais e funcionários públicos².

Se há alguma palavra que possa definir o século XIX peninsular é a palavra **crise**. Iniciado com as invasões napoleónicas que, em Portugal, mereceram o nome de Guerra Peninsular e em Espanha, mais patrioticamente, foram assumidas como Guerra da Independência, rapidamente se assistiu em toda a península a um estado de geral devastação a que se tornava cada vez mais difícil responder em resultado das dificuldades acrescidas com a independência das colónias sul-americanas. Pareciam reunidas as condições para a eclosão da tempestade perfeita em sociedades assentes em estruturas económicas e sociais de antigo regime e incapazes de responder aos desafios colocados pela ideologia liberal.

Portugal, exaurido dos seus recursos,

com a corte sediada no Brasil o que provocava um sentimento de menoridade política em Lisboa, não conseguiu implantar um regime liberal, sem se digladiar numa cruenta guerra civil, pífia antevisão da tragédia que se abateu sobre o País Basco, a Navarra, Aragão, a Catalunha e Valência. Embora de menor duração, a guerra civil em Portugal (1832-1834) nada ficou a dever à violência da primeira Guerra Carlista (1833- 1839) apesar do romantismo revolucionário dos seus primeiros momentos.

A crise dinástica de Fernando VII, o desgoverno de Isabel II e o fracasso de Amadeu I que haveriam de desembocar na proclamação da República em 11 de Fevereiro de 1873, marcaram indelevelmente toda a sociedade espanhola.

A *crise* portuguesa aparecia como o resultado final da sobreposição de duas crises. Uma geral e prologada de natureza económico-social, comum a todos os povos civilizados da Europa, resultante da afirmação crescente do modelo capitalista. Tratava-se de uma crise sobretudo social, em resultado do novo modelo de produção capitalista, dando origem a novas correntes filosófico-políticas de carácter socializante e a novos modelos de organização operária em substituição das tradicionais ligas e confrarias medievais de mesteiros.

A outra, marcadamente nacional, era de carácter político-financeiro. Tendo surgido na sequência do craque da Bolsa de Viena, em 1873, e da sequente contaminação da economia inglesa,

centro do capitalismo mundial, desenvolveu-se, em 1891, numa crise financeira quando as finanças do Estado e o sistema bancário entraram em colapso.

Neste contexto, a *crise* era entendida como estrutural, de duração relativamente longa, associada a um período de decadência e vulnerabilidade face aos poderes das grandes potências europeias, Inglaterra e França.

Independentemente das reais causas que a justificavam, ela era comum a Portugal e a Espanha. Assim a entendeu Antero de Quental no célebre e polémico discurso sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos* que proferiu, em 27 de Maio de 1871, quando, em Lisboa, abriu as “*Conferências Democráticas do Casino*”³.

Em Espanha, já, Martínez Marina, afirmava, em 1813, que a origem das calamidades políticas consubstanciadas no antigo regime se concentrava na *general y crasa ignorancia en que estaba España acerca de su arriesgada situación y del infeliz estado de sus verdaderos intereses. Yacia el pueblo español en un profundo olvido de sus prerogativas, de su dignidad y de sus derechos: sin las primeras nociones de libertad civil y política, sin ideas de constitución ni de leyes fundamentales ni de cortes, sin saber que estas habían sido en todos tiempos el apoyo de la monarquía y el remedio de los males políticos de la nación*.⁴

Na esteira de Teixeira Bastos⁵, que, ao tentar integrar a crise portuguesa numa teoria válida para todo o universo

desenvolvido do Séc. XIX, acabaria por afirmar que quando *o temporal se aproxima, se semeia o susto, a inquietação e o terror, também suscita a esperança*⁶, acreditamos que é na esperança da superação das dificuldades e da crise geral que podemos encontrar a causa remota para o surgimento do ideal que em termos genéricos assumimos designar por *iberismo*.

Centremo-nos, então, nos conceitos que, sob o termo iberismo podem corresponder a distintas formas de encarar o que genericamente designamos por *União Ibérica*, expressão que surgiu pela primeira vez nesta época.

Expressão de uma consciência hispânica que se modificou ao longo do tempo, o iberismo oitocentista foi, na opinião de Sérgio Campos Matos, umas vezes considerado uma forma de nacionalismo, outras ainda uma aspiração supranacional, o que motivou, nos dois lados da fronteira, receios que, na hora da decisão, nunca haveriam de ser ultrapassados. *Em todo o caso, entendido numa perspectiva geral, pode ser definido como aspiração à integração das nações peninsulares numa unidade política e económica mais vasta, ibérica, sob a forma unitária ou federal, monárquica ou republicana*⁷.

Mas, para além da dimensão política, existia um outro iberismo, mais ténue, de características essencialmente culturais com o objectivo de aproximação entre as tão diversas culturas ibéricas e um iberismo que apenas pretendia desenvolver e liberalizar as relações económicas entre Portugal e Espanha.

Segundo Irene Castells, para quem *en el surgimiento del iberismo habían confluído el romanticismo político, el internacionalismo liberal y el nacionalismo político de la época (...) germen democrático y humanista, que le permitía conciliar el particularismo con un universalismo que llegó a idear la existencia de unos estados unidos de Europa, con el fin de obtener la coexistencia pacífica entre naciones y fortalecer los pequeños países»*⁸, do lado espanhol, referia-se a um pacto de ajuda mútua entre Espanha e Portugal, enquanto do lado português os liberais radicais defendiam um regime liberal espanhol no âmbito de um internacionalismo liberal mais alargado, europeu⁹, posição distinta dos que faziam a apologia de algum tipo de federação ibérica, cuja defesa já fora incipientemente insinuada pelo Grande Orador do Grande Oriente Lusitano, José Liberato Freire de Carvalho no *Astro da Lusitânia* e no *Campeão Português em Lisboa*¹⁰

À esperança regeneradora implícita na defesa de qualquer um dos conceitos que se ocultavam sob o termo iberismo, não eram estranhos os movimentos que nas décadas de 1850 e 1860 haviam conduzido à unificação da Itália e da Alemanha, dando corpo a sentimentos que ultrapassavam a lógica dos pequenos poderes e viabilizando a teoria das grandes nacionalidades. Era a esperança na solução da crise que alimentava a ideia de iberismo, fosse ele entendido como a integração das

nações peninsulares numa unidade política e económica, sob a forma unitária ou federal, monárquica ou republicana, o desejo simples de uma apro-



Bandeira Federalista Ibérica (1854)

ximação económica sob uma perspectiva livre-cambista, ou tão só, uma aproximação genérica de características essencialmente culturais.

É certo que tanto o termo *ibérico* como *iberismo* fazem a sua aparição tardiamente. Não deixavam, no entanto, de se basear na ideia de federação tão cara ao universo ideológico da intelectualidade francesa de 48, inspirado no pensamento federalista europeu que Saint-Simon divulgara e defendera nos anos 20 como solução para os problemas do velho continente.

É neste contexto que Henriques Nogueira¹¹, grande teórico do federalismo ibérico, mas também do republicanismo, do municipalismo, do associacionismo e do socialismo utópico de meados de Oitocentos, utiliza o termo iberismo pela primeira vez em Portugal possivelmente inspirado por Sini-

baldo de Mas y Sans que, já em 1851, defendia a união pacífica de Espanha e Portugal¹².

Defensor de uma federação, *baseada em princípios essencialmente justos de igualdade de direitos e deveres, e de proporcionalidade de sacrifícios*, entendia que ela se adapta a todas as exigências, não ofende o santuário das tradições, respeita a pequenez ou grandeza de cada povo, nivela os gozos e os encargos de todos os grupos associados, deixa a cada um as suas leis, e os seus usos e costumes, espera da acção do tempo e do desenvolvimento das inteligências a marcha mais ou menos rápida para a unidade.

*Portugal e os outros povos peninsulares, irmãos em crenças, em costumes, em origem histórica, em grandes feitos, em grandeza e infortúnio, em interesses, em inspiração literária e artística, e quasi em linguagem, não podem deixar de constituir, para o futuro, uma grande nação. Dependem deste facto transcendentíssimo a paz e a felicidade de todos os habitantes da Península, o desenvolvimento das imensas riquezas contidas no seu solo, e a sua natural elevação a potencia de primeira ordem*¹³.

O federalismo de Henriques Nogueira distanciava-o da solução unitarista apresentada na *Iberia* por Sinibaldo de Mas e reassumida, entre nós, por autores como Latino Coelho, ao mesmo tempo que enfrentava os nacionalismos liberal e legitimista que nasceram ou recrudesceram nesta conjuntura.

Mas se Portugal era, desde longa data, uma nação homogénea, a Espanha

continuava a debater-se com a questão secular da submissão dos seus povos à centralização política, o que implicava como condição prévia, a destruição da hegemonia política de Castela sobre as restantes regiões e a consequente autonomia dos pequenos estados. Só a fragmentação da Espanha permitiria a Portugal estabelecer um *contracto* político com a Galiza, Astúrias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castela-a-Nova, Castela-a-Velha e Leão, dando origem a uma grande nação peninsular - a Ibéria dos povos - condição essencial, na sua perspectiva, para se poder alcançar uma verdadeira independência nacional que invertesse a longa agonia decadentista agravada pelo trauma provocado pela perda do Brasil e potenciase a recuperação da sua dignidade no contexto político internacional e a libertação da funesta tutela inglesa.

O *contracto* federativo assim estabelecido seria uma garantia da liberdade das partes que constituíam a totalidade social, ao mesmo tempo que garantia a manutenção da soberania e da individualidade de cada uma delas. O todo nacional, desta forma associado aos outros povos, surgia como uma das condições da liberdade dos indivíduos e do princípio da soberania popular.

Mas não deixava de, também, ter em conta as várias tentativas de unificação dos reinos peninsulares através de casamentos entre membros das respectivas coroas e, no caso português, aos

medos associados ao «tenebroso» período filipino e à *lenda negra espanhola* que desde meados do século XVII lhe andava associada.

Sem pretender ser exaustivo sobre os casamentos que poderiam ter resultado na união das coroas de Portugal e

tugal, filha de Fernando I. As vicissitudes desse casamento e as várias guerras que originou resultaram na Batalha de Aljubarrota que haveria de ter, em Toro, uma inversa similitude quando Afonso V de Portugal pretendeu relativamente a Castela e Leão o que João I



Casamento de D. Manuel I de Portugal com D. Isabel de Castela e Aragão

Leão e Castela, ainda nos séculos XII e XIII, cito apenas a união de Urraca de Portugal, filha de Afonso Henriques, com Fernando II de Leão da qual resultou o nascimento de Afonso IX de Leão que casaria em primeiras núpcias com Teresa Sanches, filha de Sancho I de Portugal e a que viria a unir Afonso II de Portugal com Urraca, filha de Afonso VIII de Castela.

Mais conhecida porque de distintas implicações foi o casamento de João I de Castela e Leão com Beatriz de Por-

de Castela reivindicara de Portugal.

A sorte, se assim entendermos designar o claro objectivo de união das coroas inerente a todos estes enlaces matrimoniais, esteve quase a ponto de materializar-se com o casamento do infante D. Afonso, filho único de D. João II de Portugal, com Isabel de Aragão, filha mais velha dos reis católicos. Uma vez mais, o destino se interpôs entre os planos dos monarcas peninsulares, fazendo com que o infante português, em 13 de Julho de 1491, mor-

resse de uma queda de cavalo na Ribeira de Santarém. Seu pai morreria de desgosto 4 anos depois, permitindo a ascensão ao trono do venturoso D. Manuel I.

Mas para grandes males, grandes remédios. Quase de imediato, tiveram início as negociações do casamento da infanta viúva, D. Isabel, com D. Manuel, o novo rei português. Mal consumado o casamento no final de Setembro de 1497, seguir-se-lhe-iam vários acontecimentos trágicos que abriram novas perspectivas à possibilidade da união das coroas hispânicas.

O herdeiro do trono de Castela e Aragão, infante D. João, casado com Margarida de Áustria, irmã de Filipe de Habsburgo, morreria logo, em Outubro seguinte, deixando sua mulher grávida de uma filha que morreria de parto prematuro. Isabel de Aragão tornava-se, *ipso facto*, na herdeira das coroas de Castela e Aragão abrindo novas perspectivas a D. Manuel I de Portugal, que, de imediato, passou a assinar como rei de Portugal e Príncipe de Castela e Aragão.

Como numa tragédia shakespeariana, também Isabel de Aragão morreria de parto, sem que tal afectasse a situação de D. Manuel. Pelo contrário, sairia reforçada com o nascimento do seu filho, o infante Miguel da Paz, perspectivando a união das três coroas na pessoa do rei de Portugal, projecto que se veria gorado com a morte do jovem príncipe antes de ter atingido os dois anos de idade.

Não fora, no entanto, pacífica, em Por-

tugal e Aragão, a unificação peninsular na pessoa do jovem príncipe. Anteviam-se já alguns dos problemas que, posteriormente, surgiriam em resultado da hegemonia de Castela e que, em muito, condicionaram os argumentos surgidos durante o século XIX.

Só uma tragédia superior a todas as outras poderia proporcionar nova oportunidade de união das coroas ibéricas. Surgiu com o desastre de Alcácer Quibir, abrindo as portas a Filipe II.

Sobre os sessenta anos do domínio filipino em Portugal já tudo foi dito, embora quase sempre sujeito às paixões que podem sintetizar-se quer no aforismo que assegura que *de Castela nem bom vento nem bom casamento* quer na anedota que afirma que Miguel de Vasconcelos¹⁴, por ter sido o último português lúcido, acabou defenestrado no Paço Real da Ribeira.

Seria necessário esperar por D. João VI de Portugal para, novamente, se levantar a hipótese da união das coroas pe-



ninsulares através de casamentos régios. A sua união com Carlota Joaquina abria essa possibilidade face às crises abertas com a abdicação de Carlos IV de Espanha. De novo, em vão.

O iberismo, enquanto doutrina ou pensamento filosófico, revelou, de fac-



to, um sincretismo de ideias que englobava a tradição da república universal, o pressuposto iluminístico do culto da razão humana, do progresso e fraternidade universais, caldeados com a visão romântica da especificidade regional, particularmente promovido na formulação do federalismo ibérico, como muito bem salientou Maria da Conceição Meireles Pereira¹⁵. No entanto, o receio de que Portugal fosse subjugado por Espanha estava sempre presente, ainda que de forma dissimulada, pelo que todo o processo de preparação tendente a uma unificação deveria ser devidamente planeado, com vista a que Portugal viesse a usufruir dela tão plenamente quanto possível.

No caso espanhol, o iberismo que era um pano de fundo moderado *en un margen del arco partidario de la monarquía isabelina*¹⁶ passou a ser recea-

do a partir do golpe militar liderado por Saldanha, em 1851. De facto, *a consecuencia del nuevo rumbo modernizador que venía a desarrollarse en Portugal, el iberismo se convirtió en un ingrediente difícil de integrar en el discurso político de los moderados, conscientes de la disimetría que se abría entre ambas monarquías y de lo inconveniente que podía resultar el seguir albergando aspiraciones de unidad peninsular*¹⁷.

A partir de então, o iberismo foi utilizado em Espanha como bandeira de confronto entre moderados e revolucionários insinuando-se como uma alternativa dinástica a Isabel II, o que acendeu, em Portugal, novos receios face a algumas propostas progressistas que insinuavam preferir D. Pedro V ou seu pai D. Fernando de Sax Coburgo e Gotta como alternativas ao trono de Isabel II.

Reflexo do pensamento revolucionário na Espanha dessa época é o discurso que Práxedes Mateo Sagasta pronunciou nas Cortes em 6 de Março de 1861.

(...) no hay español que no desee que la Península Ibérica constituya pronto una sola nacionalidad; no hay español que no desee que dos pueblos nacidos bajo el mismo cielo, bañados por los mismos mares, que han tenido por tanto tiempo una vida común, siempre vida semejante; que cuentan las mismas tradiciones, las mismas costumbres, la misma religión, el mismo carácter nacional, la misma historia; que han compartido las mismas glorias y las mismas penalidades; que se han repartido la honra en el descubrimien-

to de nuevos mundos y que no están separados sino por una línea imaginaria visible sólo por los aduaneros que la determinan; no hay un español, repito, que no desee que estos pueblos se reúnan en uno solo y que constituyan la unidad nacional como constituyen ya la unidad de raza y la unidad geográfica. No hay español, señores, que al observar la tendencia irresistible que se ve lo mismo en Italia que en Alemania y en todas partes a la unidad, no hay un español que no desee la unión de estos dos pueblos, si es que han de influir un día en los grandes destinos de la Europa, y constituir una potencia que pueda servir de contrapeso a las Naciones ya organizadas y a las que de nuevo se organicen; no hay un español, en fin, que no desee de todo corazón y como la apremiante satisfacción de una urgente necesidad la unión ibérica¹⁸.

Os receios portugueses haveriam de acentuar-se, ainda, em resultado do pronunciamento do General Juan Prim, em Janeiro de 1866, por muitos entendido como uma tentativa falhada de obter a união ibérica, sobretudo a partir do momento em que os sublevados derrotados se refugiaram em Portugal, onde foram acolhidos pelos progressistas liberais portugueses, acabando por intensificar as relações entre os iberistas portugueses e espanhóis.

Foi, no entanto, a partir da Revolução



Alegoria da proclamação da I República Espanhola, publicada na *La Flaca*, revista humorística e liberal do século XIX

de Setembro de 1868, depondo Isabel II, rejeitando os Bourbons e declarando o trono vago, que os sinais de alarme soaram a rebato em Lisboa, a avaliar pelas intervenções inflamadas produzidas na sessão de 5 de Agosto da Câmara dos Pares, que chegaram a merecer o desmentido do chefe do governo, Sá da Bandeira. O iberismo continuava a constituir uma arma política utilizada pelos partidários de Prim, com fortes reflexos na opinião pública em Portugal.

Terá sido o efeito destes receios que levou Pinheiro Chagas a fixar, pela pri-

meira vez num dicionário, o termo *Ibéria*, mas atribuindo-lhe um sentido negativo, identificando-o com uma "utopia partidária" que só tem adeptos em Espanha e que desejaria que os dois povos da península hispânica se fundissem numa só nação com este nome de Ibéria"¹⁹.

O jornalista Carlos José Caldeira editor da 3ª edição da *Iberia*, frequente polemista em *O Progresso*, embora propagando a conveniência da união ibérica, era bem elucidativo a esse respeito, não deixando de se fazer eco desses receios²⁰:

*Quasi todos os homens pensadores de Portugal julgam inevitável a absorção da nossa nação na nacionalidade hespanhola, porém uns a encaram como desgraça e aniquilamento político, e outros como o único futuro esperançoso para o nosso paiz, se for convenientemente prevenida e preparada. (...) Parece que o verdadeiro amor do nosso paiz não está em uma resistência inútil, e que nos ligue ao atrasamento e ao barbarismo em relação ao resto da Europa, mas que antes deve consistir em diligenciarmos que essa absorção nos seja vantajosa, decorosa, que enlace as duas dynastias, e que se effectue a tempo de ainda levarmos para o monte commum da riqueza da nova nacionalidade ibérica esses restos, ainda tão valiosos, da nossa opulência colonial*²¹.

Numa época assolada pelos temores da união ibérica, António Policarpo da Silva Lisboa²², na sequência do pensamento de Henriques Nogueira, retomou a ideia da federação ibérica na

lógica do pensamento federalista republicano: *Na hypothèse sugeita da federação dos povos peninsulares, sob a Republica, não existe já esse poder tão temido da monarchia hespanhola prestes a cair com todo o seu peso e com todo o seu velho rancor sobre o pobre Portugal, mas simplesmente um certo numero de povos constituídos em estados independentes, entre os quaes Portugal seria talvez individualmente o mais poderoso, e que sendo todos igualmente interessados na unidade politica da federação, sentiriam ao mesmo tempo a necessidade de respeitar e defender na independência dos demais povos federados a sua propria independência*²³.

Na mesma linha, o açoreano Joaquim Maria da Silva publicou, em 1854, um ensaio em que à fusão unitária monárquica contrapõe a federação republicana, apresentando-a como único garante da liberdade, individualidade, segurança e independência dos povos e nacionalidades ibéricas. Servindo-se do modelo dos Estados Unidos da América, enaltece as excelências do sistema federativo e alguns dos seus mecanismos de controle, como o veto, a opinião pública e a imprensa redigindo um *Projecto de Bases para a Constituição Federal dos Estados Unidos da Ibéria*.²⁴

Perspectiva diferente foi defendida por Feliciano António Marques Pereira num opúsculo que publicou em 1859²⁵, no qual propunha a fórmula de confederação monárquica baseada na diplomacia e no direito das gentes para conciliar *as vantagens da união, sem offender a religião santa da nacio-*

nalidade.

Na mesma linha se posicionava o teorizador do federalismo republicano, Teófilo Braga, que, em 1878, denunciava os que viam no iberismo a anulação da nação portuguesa:

[...] existe entre nós uma frase retórica com que o jornalismo explora a atenção pública: é a união ibérica; esta frase significa a absorção da nacionalidade portuguesa pela Espanha, convertendo este território independente em uma província. Mas como este facto se deu uma vez sob o régimen católico-monárquico, em 1580, ninguém entre nós compreende a união ibérica em outras quaisquer condições, e portanto faz-se da palavra iberismo o sinónimo de traição à pátria, e emprega-se como meio de anulação para qualquer indivíduo²⁶.

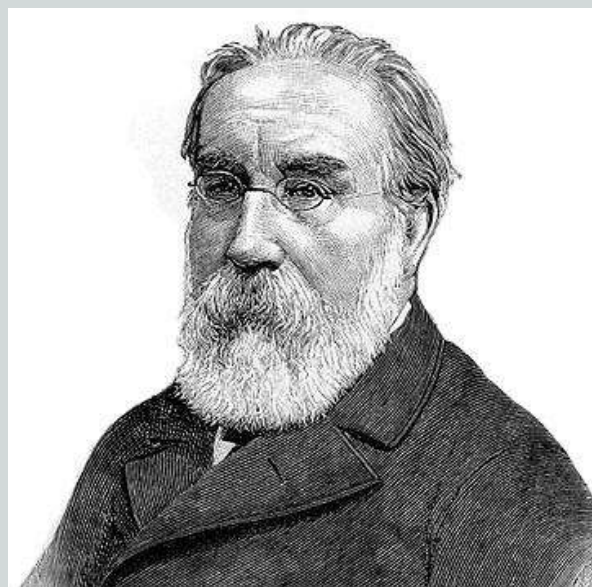
Foi tendo por base este conceito de iberismo que Antero de Quental e Oliveira Martins foram acusados de traição à pátria por defenderem posições simpatizantes com um republicanismo federal nas páginas da *Revista Ocidental* de Jaime Batalha Reis.

Antero de Quental, forte adepto da utopia ibérica, que, na sequência da Revolução espanhola de 1868, chegou a defender que a ideia de nacionalidade não passaria dum instrumento dos poderosos, um “obstáculo desgraçado, resto das hostilidades fatais de séculos bárbaros”, acabaria por reconhecer que se tratava de uma grande ilusão, da qual só desistira à *força de golpes brutais e repetidos da experiência*²⁷.

Referia-se certamente à desilusão dos sonhos que imaginara quando Isabel II

fora deposta ao reconhecer, no panfleto *Portugal perante a Revolução de Espanha*, a existência de *menos um trono na Espanha; mais uma mulher na França e mais um povo livre no mundo*, para, de seguida, se questionar: *que vai fazer a Espanha desta liberdade que agora conquista? (...) República (...)*. Em sua opinião, por essa altura, o ideal da Espanha em revolução confunde-se com o ideal de Portugal que precisa ser revolucionado.

Eram, ainda, as palavras de Pi y Margall que soavam através da sua pena.



Pi y Margall

É o tempo em que defende que não há política capaz de idéias, de futuro, de grandeza, possível em Portugal, senão esta: a política do iberismo (...) Portugal está sufocado em seus mais generosos impulsos por um conceito de nacionalidade que não condiz com o autêntico patriotismo; esta forma estreita de nacionalidade asfixia as energias mais viris e inteligentes; preferível é que sejamos homens íntegros e deixemos de ser portugueses a que sejamos portugueses e deixemos de ser homens; uma nação moribunda é uma

*coisa poética: infelizmente a melhor poesia, em política, não passa de uma poesia medíocre e (...) nas nossas atuais circunstâncias, o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar da nacionalidade*²⁸.

Também Oliveira Martins, um profundo crítico da aliança luso-britânica, (o elefante na sala em todas as discussões, em Portugal, sobre iberismo) manteve a defesa de uma política de aproximação diplomática e cultural com a Espanha, apesar de se ter tornado crítico do federalismo iberista com autonomia política de Portugal, que sustentara no final do decénio de 1860 e princípios dos anos 70²⁹. De facto, o iberismo utópico implícito na *História da Civilização Ibérica*, publicada em 1879, e que esclarecerá melhor, também nesse ano, na *História de Portugal*, e no inacabado *Príncipe Perfeito*, desaparece nos *Filhos de D. João I* e *n'A Vida de Nun'Álvares*³⁰.



Oliveira Martins

Na fase final da vida, resta-lhe o sonho da *Liga Ibérica* que defende na revista *La Ilustración Española y Americana: A ambição, porventura quimérica do meu espírito é a liga de todos os povos que falam castelhano e português*. Tratava-se já de hispanidade, conceito claramente distinto do de iberismo que será continuado por Moniz Barreto e que, em Espanha, teve especial desenvolvimento a partir da Guerra Hispano-Americana de 1898, sendo o historiador Rafael Altamira um dos seus principais teóricos. Este conceito de hispanidade correspondia à ideia de uma nova convivência humana moldada por uma espiritualidade e mundividência cristãs de que as nações ibéricas seriam os portandartes. Hispanidade constituía o paradigma ocidental da civilização: a Península Ibérica como essência da civilização cristã e fronteira³¹.

António Sardinha viria a aderir a este conceito de hispanidade ou de hispanismo como preferia, mas realçando sempre a ideia do dualismo político peninsular. Anti-maçónico e anti-iberista, Sardinha, um dos principais ideólogos do *Integralismo lusitano*, acabaria por condenar a fusão dos dois estados peninsulares, propondo uma forte ligação entre todos os povos hispânicos, a lançar por intermédio de uma aliança entre eles, reconduzidos à monarquia. A *Aliança Peninsular* seria, na sua perspectiva, o ponto de partida para a constituição de uma ampla Comunidade Hispânica (dos povos de língua portuguesa e espanhola), a base mais firme onde assentaria a sobrevivência da civilização ocidental.

*Se o Iberismo, como doutrina unitarista, é a cada passo desmentido pela Geografia e pela História, o Peninsularismo, na sua expressão de solidariedade afectuosa, é, exactamente, uma indicação constante da mesma Geografia e da mesma História*³².

*Não é a aberração utópica do iberismo, negando como doutrina absorvente a Portugal os direitos eternos de sua independência. E', ao contrário, a confirmação da parte que aos portugueses, como nação autónoma dentro da história imortal da Península, cabe*³³.

O iberismo viria, no entanto, a perder importância no debate nacional, durante a última década de novecentos e durante a Primeira República, implantada em 1910, em resultado do recrudescer do nacionalismo decorrente do *ultimatum* inglês de 1890. Aproveitado politicamente pelos republicanos para colocar em causa a monarquia, abriu as portas a um novo tipo de esperança focada na criação de um verdadeiro império colonial em África, como resposta às exigências do seu tradicional e falso aliado, a Inglaterra.

O lema traduzia-se agora na frase *contra os bretões, marchar marchar*. E, apesar da implantação da República tanto dever à Maçonaria, o iberismo perdeu actualidade, em função da urgente necessidade de legitimação do novo regime, para o que a atitude de Inglaterra, que sempre se opusera a qualquer tipo de iberismo, era fundamental.

Seria necessário esperar pelos movimentos integristas da segunda década

do século XX para que o iberismo voltasse a constituir tema de debate, nem sempre apenas ideológico.

É, ainda António Sardinha que, nas décadas de 20 e 30, servirá de inspiração aos iberistas espanhóis com destaque para Vasquez de Mella, o marquês de Quintanar, Maeztu, Ballesteros, o conde de Mortera, o marquês de Figueiroa e o marquês de Lozoya.

Mas também a Oliveira Martins que acabou por influenciar António Sérgio, Almada Negreiros, Fidelino de Figueiredo, Fernando Pessoa e Unamuno, que, de alguma forma partilharam a concepção iberista catalã de Ribera y Rovira, e Joan Maragall³⁴.

Com a instauração da ditadura do Estado Novo em Portugal e a eclosão da guerra civil em Espanha, o iberismo passou a desempenhar o papel do fantasma sempre presente, continuando a ser instrumentalizado para efeitos políticos, mesmo entre sectores da direita mais conservadora, evidenciando até que ponto alguns ideólogos do Salazarismo viviam do receio da absorção espanhola e de um anti-espanholismo primário, justificando o ápodo de *dos países hermanos pero de espaldas*. Salazar não desconhecia, certamente, a opinião que Serrano Súñer transmitira a Von Ribbentrop sobre Portugal: Ao ver o mapa da Europa é impossível não perceber que, geograficamente, Portugal não tem direito a existir.

O nacionalismo conservador do Estado Novo, enraizado numa visão triunfalista do passado nacional, definiu-se, em larga medida, por oposição a uma Es-

panha identificada com Castela e considerada explícita ou implicitamente como o grande adversário histórico. E nem o *Tratado de Amizade e Não-Agressão* (1939) - o chamado *Pacto Ibérico*, confirmado por Salazar e Franco em Sevilha (1942) - alterou, no essencial, aquela atitude de recusa identitária. Limitou-se a estabelecer uma



convergência diplomática em tempo de guerra que, do lado português, não modificou uma relação defensiva.

Diverso era o iberismo unamuniano, no âmbito do pensamento da geração de 98, entendido como a afirmação de uma necessidade orgânica de compreensão mútua, fraternal, entre povos irmãos que obtiveram autonomia e independência.

Embebido nas doutrinas de Oliveira Martins, em algumas das ideias de Menéndez Pelayo e de Juan Valera, influencia e é influenciado por um dos mais exaltados iberistas de todos os tempos, se não o mais exaltado iberista espanhol: o catalão Juan Maragall que, dirigindo-se aos portugueses, afirmava.

«Hay una patria común [...], una España grande que hacer.[...] y en esta Es-

paña están también ustedes [los portugueses]. [...] vayamos a una política común, a una política ibérica, a una patria mayor: la Península natural, íntegra, nuestra. [...] qué otra vida no fuera, qué alegría, qué orgullo, saber ser castellanos, portugueses, catalanes, vascos, todos libres y todos unos, y que de mar a mar no había extraños entre nosotros, sino una resultante común, una civilización ibérica, una gran fuerza nacional, acrecentando y acrecentada, rigiendo y regida por todos y a todos! Y del conjunto de tantas lenguas, bastante diversas para atestiguar la libertad de cada pueblo [...], deducir una acción colectiva [...]. España seríamos entonces nosotros mismos, ustedes, todos [...]. En cuanto libres, todos pequeños; en cuanto federados, todos grandes.³⁵»

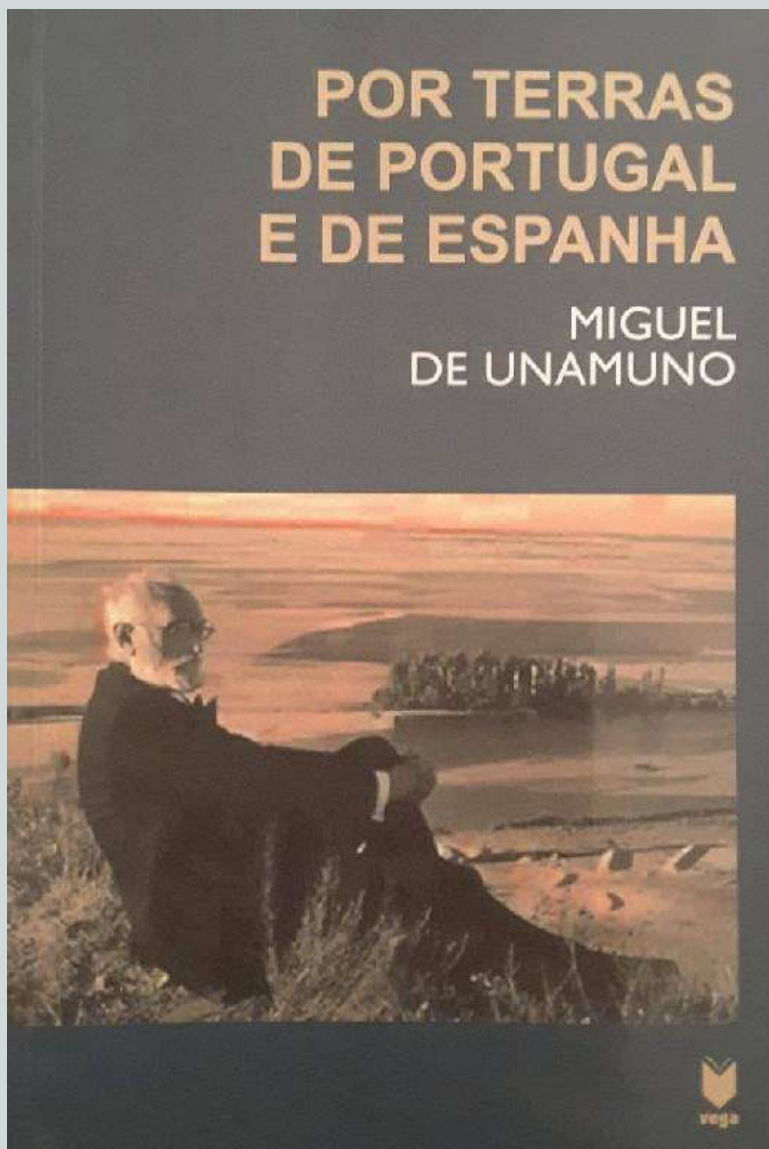
Mas, jamais passou pela cabeça de Miguel de Unamuno, esse espanhol amante de Portugal, outro sentido do iberismo a não ser o ditado pelo seu humanismo pelo desejo de confraternização espiritual entre povos da mesma estirpe. Jamais lhe passou pela cabeça a ideia de uma fusão integral. Sabia quão diferenciadas eram já as duas nações, apesar das semelhanças morais que se mantinham. Conhecia a força com que cada povo desejava prevalecer na sua realidade histórica e nacional. Sabia que se alguma coisa no sentido iberista pudesse um dia chegar a realizar-se, a iniciativa nunca poderia ser dos espanhóis, e sim dos portugueses. Não lhe passou, muito menos, pela cabeça, a ideia de um gesto semelhante ao de Filipe II, graças ao qual um reino absorve o outro. Unamuno odiava as tiranias e respeitava, mais do

que ninguém, a liberdade individual dos homens e dos povos

onalismos que espreitam no horizonte.

NOTAS

1. Período da Monarquia Constitucional (1 de Maio de 1851 – 1 de Janeiro de 1868) durante o qual, sob a presidência de Fontes Pereira de Melo se procedeu a um grande esforço de desenvolvimento económico e de modernização.
2. Sérgio Campos Matos, “Os conceitos de Iberismo em Portugal”, in *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 28, 2007, pag. 169.
3. Antero de Quental, Prefácio de Eduardo Lourenço, Lisboa: Tinta da China, MMVIII. O texto foi inicialmente publicado em 30 de Junho de 1871.
4. *Teoria de las cortes o grandes juntas nacionales de los reinos de Leon y Castilla*, Prologo, § 100, pag. 31. https://www.elcato.org/biblioteca/la-libertad/teoria-de-las-cortes-o-grandes-juntas-nacionales-de-los-reinos-de-leon-y-castilla-html/#f09_div_001 (12-08-2022)
5. Teixeira Bastos (1857-1902) Poeta, jornalista e ensaísta, foi um dos introdutores do Positivismo de Augusto Comte em Portugal.
6. *Crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporânea*, Porto: Casa Editora M. Luga, Successor, 1894, p. VII.
7. Sérgio Campos Matos, *Idem*. Pag. 169.
8. Irene Castells. «Los orígenes del iberismo (1815-1832)», in *Josep Fontana. Història i projecte social*. Barcelona: Crítica, 2004, p. 1040).
9. Irene Castells, *Idem*, p. 1035.
10. Sérgio Campos Matos, *Idem*. Pag. 171.
11. “O Iberismo e os seus adversários”, in *O Progresso*, 17-3-1855.
12. *La Iberia: Memoria sobre la conveniència de la union pacífica y legal de Portugal y España*, Segunda edición, corregida y aumentada por su autor en enero

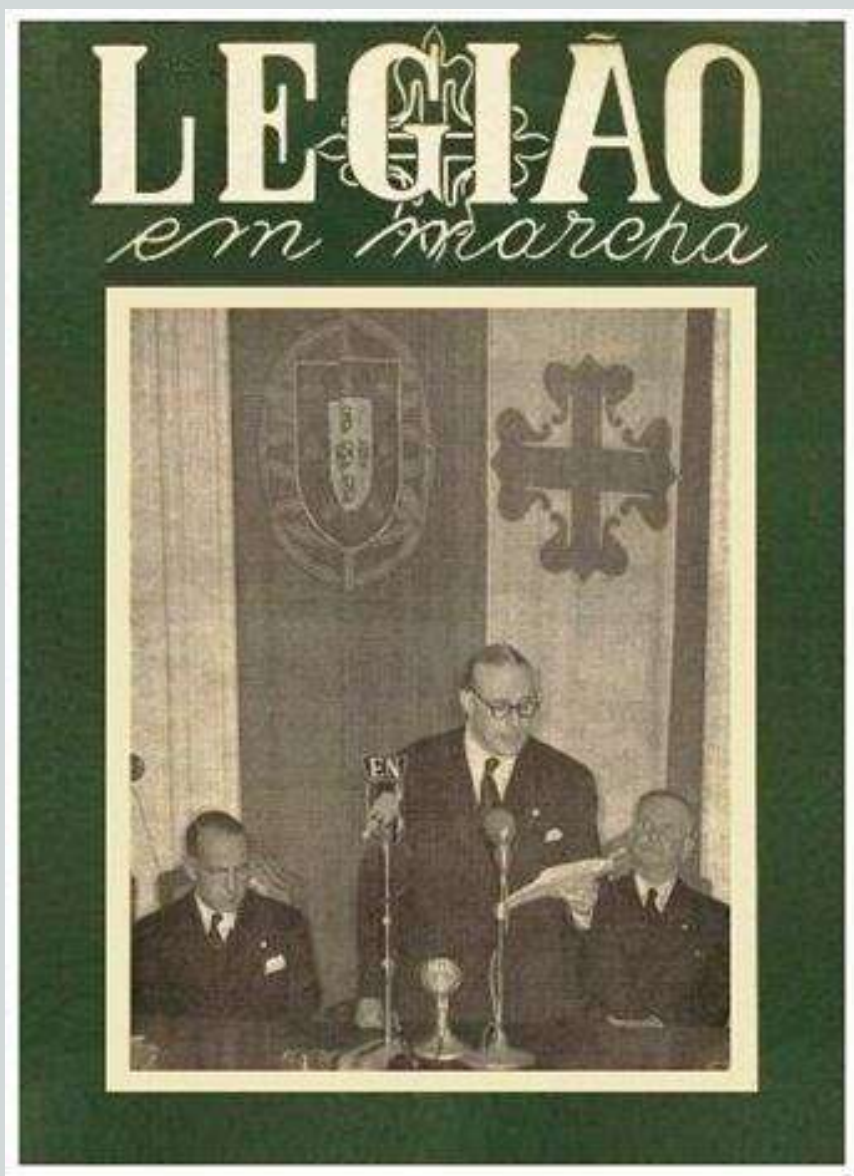


Hoje, sem necessidade de teorizarmos de novo o conceito de iberismo estamos mais unidos que nunca. Por iniciativa de terceiros e sem que os nossos povos tenham sido consultados, mas aceitando essa união como algo intrínseco à natureza das coisas.

Porque, acima de tudo, aprendemos a conhecer-nos, a admirar o que reciprocamente nos completa. Saibamos prosseguir neste caminho em fraternidade, sem tiques ou complexos de qualquer tipo, tão orgulhosos das nossas diferenças como das nossas similitudes. E assim saibamos resistir aos naci-

- de 1853, Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1853. A importância desta obra e a influência que exerceu no pensamento político em Portugal pode atestar-se pelo número de edições de que foi objecto num curtíssimo período temporal:
- *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um Philo-Portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um Philo-Iberico*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852, (diversos testemunhos referem que a publicação foi em Dezembro de 1851);
 - *A Iberia. Memoria em que se provam as Vantagens Políticas Económicas e Sociaes da União das duas Monarchias peninsulares em uma só nação. Escripta originalmente em Hespanhol por um Philo-Portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um Jornalista Portuguez. Segunda edição correcta e augmentada pelo author em Janeiro de 1853*, Lisboa, Typ. Universal,
 - *A Iberia. Memoria sobre a Conveniência da União Pacífica e Legal de Portugal e Hispanha escripta por Dom Sinibaldo de Mas, ex-enviado extraordinario e ministro plenipotenciário de S. M. C. na China. Tradusida em Portuguez. terceira Edição (Corrigida)*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855.
- 13 José Félix Henriques Nogueira, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol II, pags. 263-265.
 - 14 Secretário de Estado de Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua, vice-Rainha de Portugal, em nome do Rei D. Filipe III e valido do conde duque de Olivares, em 1 de Dezembro de 1640.
 - 15 *A Questão Ibérica: Imprensa e Opinião (1850-11870)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, Vol I, pag. 125.
 - 16 Em Espanha, o iberismo, mais do que tolerado, vinha sendo apadrinhado pelo partido moderado, na medida em que respondia aos anseios de progresso material, assente na vontade de uma união comercial, alfandegária e ferroviária que incentivasse um mercado único peninsular.
 - 17 Ignacio Chato Gonzalo, “Monarquía ibérica o Iberia republicana: identidad política e iberismo en la España de la revolución (1868-1873)” in *Memoria y Civilización* 23 (2020), Universidad de Navarra, pag. 192.
 - 18 *Diario de Sesiones de Cortes* legislatura de 1860, 6 de marzo de 1861, p. 2953. Citado por Ignacio Chato Gonzalo, *op. cit.* pag. 196.
 - 19 *Dicionário popular geográfico e mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário* (dir. de M. Pinheiro Chagas), t. 5/6, Lisboa, 1879, p. 329.
 - 20 Pinto de Soveral, ministro de Portugal em Madrid, alarmava o governo português com as propostas progressistas que, em Madrid, defendiam Luís I ou D. Fernando como alternativas a Isabel II e chamava a atenção para a propaganda iberista levada a cabo por progressistas e democratas com a venda, em Barcelona, de mapas que sob o título de «Espanha em 1866», incluíam Portugal dentro do território dessa futura Espanha.
 - 21 Carlos José Caldeira, *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa à China*, 2 vols, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão; 1852-53, pag. 286-287.
 - 22 Membro especialmente activo do grupo federalista republicana é, em 1881, um dos fundadores do Clube Henriques Nogueira.
 - 23 *Município e Federação segundo Henriques Nogueira: Conferencia sobre a Questão Ibérica*, Lisboa: Typ. Popular, 1881, p. 21.
 - 24 *Federação Ibérica, ou Ideas Geraes sobre o que convém ao Futuro da Peninsula por um Portuguez*, Porto: Typ. De, re F. G. da Fonseca, 1854, pag. 47–79.

- 25 *Confederação Ibérica. Bases para um Projecto de Tratado de Aliança Offensiva e Defensiva e de Liberdade de Comercio entre Portugal e a Hespanha*, Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1859, p. 3-4.
- 26 Teófilo Braga, "Bibliografía. Las nacionalidades por Pi y Margall", *O Positivismo*, vol. 1, 1879, p. 305.
- 27 Sérgio Campos Matos, *Idem*. Pag. 174.
- 28 Antero de Quental, *Prosas*, Lisboa: Ed. Couto Martins, 1926, t. II, 47 e s.
- 32 António Sardinha, "A unidade-hispânica", *A aliança peninsular*, Lisboa, 1924, pags. 19-20. *Id.* p. 61.
- 33 *Id.* p. 61.
- 34 Sérgio Campos Matos, *Idem*. Pag. 186.
- 35 Joan Maragall, *Obres completes – Obra castellana*. Barcelona: Editorial Selecta, 1960, «Biblioteca perenne», p. 750 b-751b. Citado por Denise boyer, *La pell de brau i el mite de Sepharad*, Paris: Un. Paris-Sorbonne, 2011, p. 6, Nota 32 y por Juan J. Trias Vejarano, *La visión de España en la obra de Juan Maragall*, <https://www.cepc.gob.es/sites/default/files/2021-12/8275rep113-114107.pdf> p. 138. (12-08-2022)



António Vicente, 33º

(texto de palestra proferida em 13-10-2022, na Academia de Estúdios Masónicos del Supremo Consejo para España)

- 29 *Ibid.*
- 30 Publicadas e, 1891 e 1893, respectivamente.
- 31 Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho, "O Integralismo Lusitano e a

Eventos



No dia 2 de Novembro, realizou-se sessão da outorga da Carta Patente à Excelsa Loja de Perfeição Luiz Fernando Torres, N.º 66, ao Vale de Tomar.

A sessão, presidida pelo Soberano Grande Comendador, M.: P.: e Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, foi abrilhantada pela presença do M.: P.: Soberano do Supremo Conselho do Grau 33 do R.:E.:A.:A.: da Maçonaria para a República Federativa do Brasil, Ill.: Ir.: Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º, acompanhado pelo seu Assistente, o Grande Inspector Geral, Ill.: Ir.: Sandro Tavares, 33º.





O Supremo Conselho para Espanha celebrou nos passados dias 4 e 5 de Novembro, na cidade de Sevilha, a sua tradicional Festa da Ordem.

O Supremo Conselho para Portugal esteve representado pelo Soberano Grande Comendador, M.: P.: e Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, acompanhado de uma comitiva onde pontuaram vários membros efectivos e do Sacro Colégio.

A festa teve início com um espectáculo de flamenco pelo grupo de baile da Fundación Cristina Heerene prosseguiu com os debates em torno do tema O Rito Escocês Antigo e Aceite, face aos desafios éticos, políticos e sociais do século XXI.

Os trabalhos terminaram com a instalação do M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Jesús Soriano Carrillo, 33º, pelo M.: P.: Soberano Grande Comendador Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, que desempenhou as funções de Grande Comendador Instalador.



O Soberano Grande Comendador, M.: P.: e Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, na entrega da lembrança alusiva à visita ao Soberano Grande Comendador, do SCNF, M.: P.: e Ill.: Ir.: Christian Hervé, 33º.



O Suprême Conseil National de France realizou entre 1 e 4 de Dezembro, em Paris, a sua Festa da Ordem.

O Supremo Conselho para Portugal esteve representado pelo Soberano Grande Comendador, M.: P.: e Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, acompanhado pelo Grande Secretário do Interior o P.: e Ill.: Ir.: Luís Centeno, 33º.

A hospitalidade francesa foi particularmente atenciosa com a delegação portuguesa, numa clara demonstração do prestígio de que goza o Supremo Conselho para Portugal.

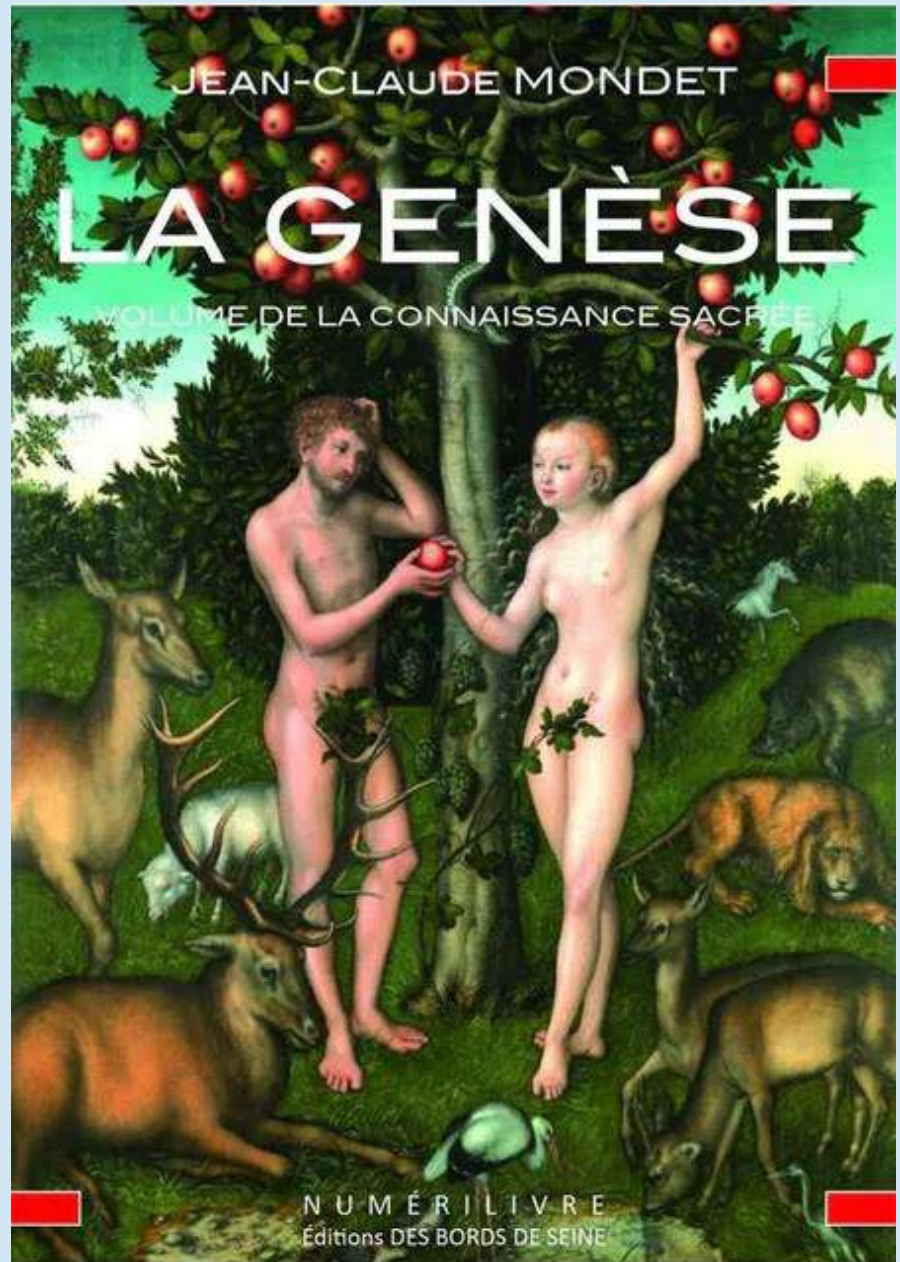


La Genèse

Se para os crentes, como é o nosso caso enquanto maçons, a Bíblia e, em particular o seu primeiro livro, o *Génese*, deve transmitir a palavra divina, cada vez há mais gente a admitir que se trata antes de uma colecção de tradições orais, expressando a forma como os antigos, talvez "inspirados", responderam às suas questões existenciais. De onde viemos? Para onde vamos? Qual o significado da vida? Naqueles tempos remotos, sendo a linguagem pouco adequada à reflexão abstracta, procedeu-se por analogia, transpondo para exemplos concretos as ideias que queriam transmitir, nascendo assim os símbolos e os mitos. No mundo antigo, o ouvinte era convidado a identificar-se com os heróis apresentados e, assim, a viver em espírito as aventuras que eles supostamente haviam realmente vivenciado e, portanto, receber a mensagem transmitida, relativa ao seu próprio destino.

O *Génese* está repleto de episódios famosos, prova, se necessário, de que permanece actual. Por detrás de cada história contada, há um novo conhecimento sobre nós mesmos que somos chamados a descobrir.

O autor apresenta aqui o resultado da sua própria leitura do *Génese*, ao mesmo tempo simbólica, alegórica e mítica, convidando o leitor a acompanhá-lo na jornada que ele conta, a do humano na sua busca espiritual, e a formar a sua própria interpretação.

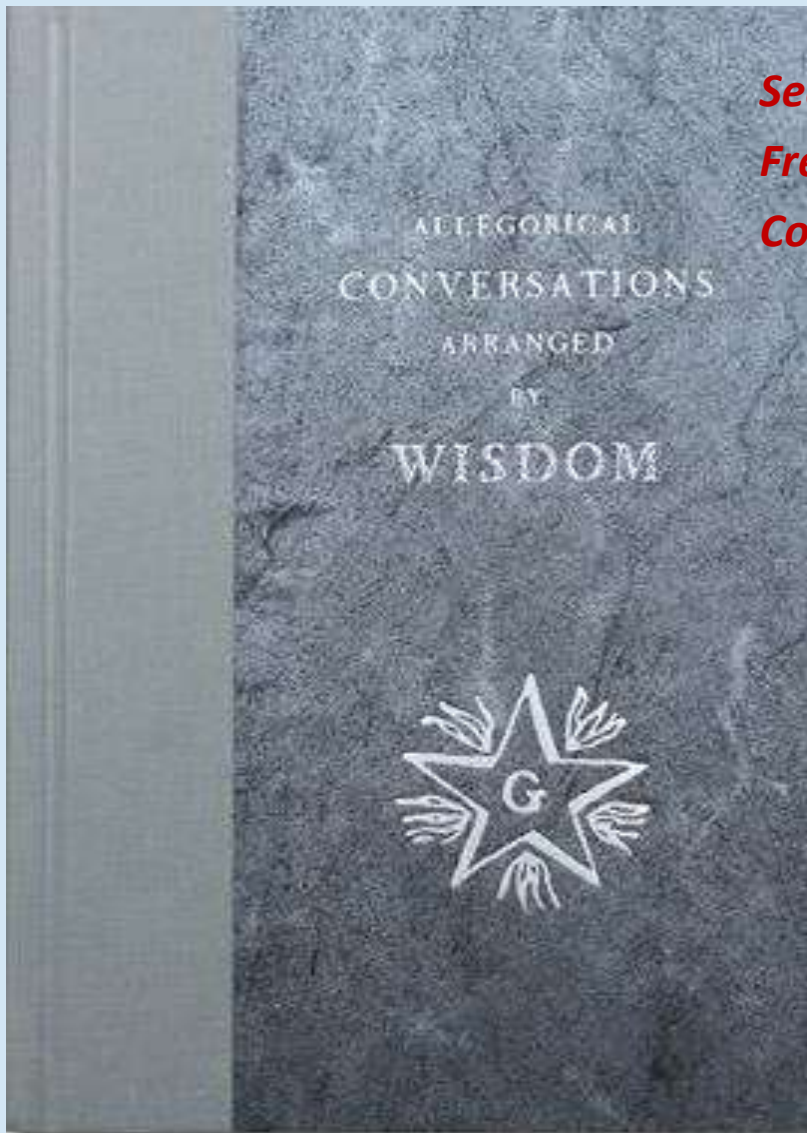


Jean-Claude MONDET, *La Genèse: Volume de la connaissance sacrée*

Paris: Numérilivre, 2017

378 páginas

ISBN: 2366320647



Secrets of the High Degrees of Freemasonry: The Allegorical Conversations

tuais que migraram para outros ritos, ordens e sistemas maçônicos.

O conteúdo inclui uma Introdução, Notas de Tradução. Reconhecimentos, Aprendiz, Companheiros, Mestres, Mestres Perfeitos, Mestres Irlandeses, Mestrado em Inglês, Mestres Eleitos de Fora; Mestres Eleitos dos Quinze; Ilustres Mestres; Escocês; Sublime Escocês; Mestres Inglês Perfeitos.

Inclui um fac-símile completo da edição original, com uma tradução nas páginas opostas! Também inclui reproduções de alta qualidade de

todas as xilogravuras originais.

Inclui um fac-símile completo da edição original, com uma tradução nas páginas opostas! Também inclui reproduções de alta qualidade de todas as xilogravuras originais.

De Arturo de Hoyos, 33º, Grande Arquivista e Grande Historiador e S. Brent Morris, 33º, editor-chefe do Scottish Rite Journal, este trabalho extremamente interessante e raro, traduzido da edição original francesa publicada em partes entre 1763 e 1766, foi o primeiro texto impresso dos catecismos da Maçonaria dos altos graus, alguns dos quais mais tarde se tornaram parte do Rito Escocês.

Originalmente preparado como uma ajuda para os maçons, pelo irmão Erasme Pince-maille, o trabalho foi rapidamente suprimido pela autoridades maçônicas, embora algumas cópias tenham sobrevivido.

Apresenta as primeiras formas de treze dos graus mais populares e inclui variações de ri-

Arturo de Hoyos and S. Brent Morris, *Secrets of the High Degrees of Freemasonry: The Allegorical Conversations*

Washington: Scottish Rite Research Series , 2012

276 páginas

ISBN: 0983773815

FELIZES
FESTAS

